



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Binah Ire

**Para pensar arquivos feministas: o acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História**

Florianópolis

2020

Binah Ire

**Para pensar arquivos feministas: o acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestra em História Cultural.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Janine Gomes da Silva

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Soraia Carolina de Mello

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ire, Binah

Para pensar arquivos feministas : o acervo do  
Laboratório de Estudos de Gênero e História / Binah Ire ;  
orientadora, Janine Gomes da Silva, coorientadora, Soraia  
Carolina de Mello, 2020.

148 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa  
de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. História. 2. arquivos feministas. 3. acervos de  
pesquisa. 4. arquivos universitários. I. Gomes da Silva,  
Janine . II. de Mello, Soraia Carolina. III. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em  
História. IV. Título.

Binah Ire

**Para pensar arquivos feministas:** o acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Janine Gomes da Silva  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Soraia Carolina de Mello  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina Scheibe Wolff  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sônia Weidner Maluf  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em História Cultural.

---

Prof. Dr. Lucas de Melo Reis Bueno  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Janine Gomes da Silva  
Orientadora

Florianópolis, 2020.

*Esta pesquisa é dedicada às minhas ancestrais:*

*Paladina Patrícia*

*Vera Regina*

*Mirela Maria.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao sopro da vida que meu peito reverbera diariamente. Com ele agradeço às mães Mirela Maria, mãe de sangue e sentimento, por uma vida de parceria e presença; Adriana Leke, Iyalorixá e amiga, mãe de Ori e Odu, por me lembrar quem sou e por sempre conseguir tirar o melhor de mim; sem deixar faltar minha tia e madrinha Mirte Maria, com quem pude contar para chegar até o fim deste trajeto tortuoso e difícil da Pós-graduação, especialmente em tempos de autoritarismos patriarcais beligerantes que nos afetam pessoal e politicamente. Por extensão, agradeço a todo o amor que minha avó estrela, Vera Regina, pode me dar durante minha vida, inspirando-me principalmente a manter o coração alegre, mesmo diante das tristezas da vida e do mundo. Perdê-la neste processo de escrever um primeiro trabalho de pesquisa foi a maior das provas, inscrita também na sensibilidade que procurei imprimir às narrativas. Não há medida para a saudade que ela deixou em minha vida. Ao meu avô Protógenes Vieira Filho agradeço o respeito silencioso que me dedicou nos 21 anos que pudemos conviver, e por ter sido o melhor “vô, bala” que já existiu. E a minha irmã Donna Kether agradeço por dividir comigo experiências, alegrias e dores que me ensinam e encantam. Suas artes me inspiram e motivam a continuar.

Aos colegas de curso e de Universidade, cujos bares, beijos, abraços e desabafos tornaram menos solitária a jornada da pesquisa, agradeço a experiência da participação discente, os debates que fizemos e as políticas que tentamos construir, a despeito das adversidades políticas internas e externas.

Às Professoras e Coordenadoras do LEGH, Cristina Scheibe Wolff, Joana Maria Pedro, Janine Gomes da Silva e Roselane Neckel, agradeço pela confiança de que eu chegaria ao fim dessa jornada com um trabalho consistente e inovador. Especialmente à minha orientadora, pela paciência com minha maneira ainda ensaísta e um tanto insegura de produzir e por me permitir desenvolver meu próprio caminho na construção do texto. Agradeço minha Coorientadora Soraia Carolina de Mello pelas leituras respeitosas e sugestões felizes ao trabalho. Agradeço também às Professoras Leticia Nedel e Sônia Maluf pelas orientações precisas da banca de qualificação. Espero retribuir a todas com uma leitura agradável.

Agradeço, por conseguinte, a CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela bolsa de pesquisa vinculada ao Projeto Mulheres de Luta: Feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985), contemplado pelo Edital Memórias Brasileiras: Conflitos sociais, de 2016, que me permitiu pagar aluguel de imóvel próximo à

Universidade, comida e contas de casa durante os dois primeiros anos de pesquisa. Ao Programa de Pós-Graduação em História, agradeço a oportunidade de melhor conhecer a vastidão do conhecimento histórico produzido globalmente.

Também gostaria de agradecer à equipe de bolsistas de Iniciação Científica e Apoio Técnico do Laboratório de Estudos de Gênero e História pelo empenho na catalogação da coleção bibliográfica. Com a contribuição de Alina Nunes, Glenda Lunardi, Lara Lucena, Luís Augusto Possamai e Isa Maria, sob coordenação minha e de Jair Zandoná, conseguimos salvar uma base de dados importante do acervo. Agradeço especialmente ao Jair por me ajudar explorar as possibilidades do programa, assim como sua firmeza e delicadeza ao fazer críticas e oferecer soluções de forma geral. A todas as equipes que passaram pelo LEGH em todos esses anos, agradeço por terem dado sua contribuição nos cuidados dedicados aos materiais do acervo, conforme suas possibilidades e meios para trabalhar. Agradeço muito a Eloísa Rosalen e Tamy Amorim da Silva por se disporem a compartilhar comigo suas experiências relatadas, apresentações e relatórios de trabalho.

Agradeço também aos amigos Maycon Benedito e Everson Fernandes por me apoiarem e ouvirem desde a graduação, e à comadre Sabrina Medeiros pelas trocas intensas e apoio mútuo para ultrapassar as barreiras sociais da Universidade. Agradeço com imenso carinho a todas as minhas irmãs de axé pelos abraços apertados e palavras de apoio. Finalmente, agradeço a todas as amigas lésbicas que com suas existências muito me ensinam também sobre mim. A elas devo muitas conversas importantes e que me ajudaram a amadurecer e aprender. Especialmente para Heloísa Hackenhaar, Giliane Brun, Silmara Takazaki, Carmen Luiz, Cilmara Bedaque, Paula Almeida, Maysa Espíndola, Ariane Cor, Nayara Barros, Rosângela Basso e Ana Terra Basso, fica meu afetuoso abraço pela graça das suas amizades, foi com a ajuda de vocês que enfrentei com mais coragem momentos de dificuldade. Em meio ao levante das trevas, brilhamos.

## RESUMO

Utilizo o Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História - LEGH como objeto de uma experiência para pensar o conceito de arquivo, as discussões contemporâneas entre Arquivologia, História e nas Ciências Humanas em geral e as sobreposições que podemos fazer quando voltamos ao objeto. Arquivo universitário, arquivo científico, acervo acadêmico de pesquisa, arquivo feminista. Tenho como objetivo realizar um experimento de historicização arquivística, colocando um arquivo científico como objeto de análise, incorporando elementos da prática arquivística à organização das informações para pesquisa histórica. O acervo do LEGH nos permite consignaões diferentes que nos ajudam tanto a compreendê-lo quanto a puxar dele reflexões necessárias sobre história e memória no contexto de lutas e conflitos sociais, principalmente entre as esquerdas, os movimentos sociais e os feminismos. Vamos também fazer incursões aos arquivos de ativismos do Cone Sul, aos arquivos da repressão e da resistência que são tão caros à construção de histórias que não puderam ser contadas antes, e que agora podem encontrar ativação pelas memórias registradas nos documentos de arquivo, guardadas em centros de documentação e memória, transpostas em espaços voltados à memorialização. O LEGH percorreu muitos caminhos e lugares em suas investigações, procurei apenas seguir o rastro de algumas incursões e apresentar uma reflexão abrangente em torno do seu acervo de pesquisa.

**Palavras-chave:** LEGH. Arquivos feministas. Acervo de pesquisa. Arquivos universitários. Acervo acadêmico de pesquisa.



## ABSTRACT

I use the Gender and History Studies Laboratory - LEGH Collection as the object of an experiment to think about the concept of archive, the contemporary discussions between Archivology, History and the Human Sciences in general and the overlaps that we can make when we return to the object. University archive, scientific archive, academic research archive, feminist archive. My objective is to perform an archival historicization experiment, placing a scientific archive as an object of analysis, incorporating elements of archival practice to the organization of information for historical research. The LEGH collection allows us different consignments that help us both to understand it and to draw from it necessary reflections on history and memory in the context of social struggles and conflicts, especially among the left, social movements and feminisms. We will also make inroads into the archives of activism in the Southern Cone, the archives of repression and resistance that are so expensive for the construction of stories that could not be told before, and that now they can be activated by the memories registered in the archives, kept in documentation and memory centers, transposed to spaces dedicated to memorialization. The LEGH covered many paths and places in its investigations, I just tried to follow the trail of some incursions and present a comprehensive reflection around its research collection.

**Keywords:** LEGH. Feminist archives. Research collections. University archives. Academic Research Archive.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Número de entrevistas por país do Cone Sul.....	71
Quadro 2 – Periódicos feministas no acervo do LEGH.....	74
Quadro 3 – Coleção de Microfilmes: <i>Princeton University American Pamphlet Collection</i> .....	134
Quadro 4 – Cópias de documentos feitas no Centro de Documentação Arcebispo de Santiago – Chile.....	134
Quadro 5 – Quadro temático para Folhetos, Livretos, Panfletos e Informativos.....	136

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AN – Arquivo Nacional

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AEL – Arquivo Edgard Leuenroth

AUGM – Associação de Universidades do Grupo Montevideu

LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História

CIM – Centro Informação Mulher

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CeDinCi – Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas

CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe

CEIU – Centro de estudios interdisciplinarios uruguayos

CODEPU – Corporación de Promoción y Defensa de los Derechos del Pueblo

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FAPESC – Fundação Estadual de amparo à pesquisa

FAPEU – Fundação de Amparo à pesquisa e extensão universitária

NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional)

SINERGIA – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis

SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

TRANSES – Núcleo de Antropologia do Contemporâneo

UM-SP – União de Mulheres de São Paulo

UNAM – Universidad Nacional Autónoma de México

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>O LEGH: COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI?</b> .....	<b>23</b>
2.1	O LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE GÊNERO E HISTÓRIA NA AVENTURA DO CONE SUL .....	36
2.2	ARQUIVO UNIVERSITÁRIO, ARQUIVO CIENTÍFICO E ACERVO ACADÊMICO DE PESQUISA.....	51
2.3	ONDE ESTÁ O QUÊ? IDENTIFICANDO O ACERVO LEGH.....	60
2.3.1	<b>Diagnóstico arquivístico:</b> .....	<b>63</b>
2.3.2	<b>O arquivo digital</b> .....	<b>65</b>
2.3.3	<b>Acervo bibliográfico</b> .....	<b>67</b>
2.3.4	<b>Acervo de História Oral</b> .....	<b>69</b>
2.3.5	<b>Acervo de Periódicos</b> .....	<b>71</b>
<b>3</b>	<b>PENSANDO ARQUIVOS FEMINISTAS A PARTIR DO LEGH</b> .....	<b>76</b>
3.1	CONEXÕES ARQUIVÍSTICAS – ENTRE ATIVISMOS E ACADEMIA.....	82
3.2	OS ARQUIVOS FEMINISTAS .....	100
3.3	POLÍTICAS DE MEMÓRIA: PERSPECTIVAS PARA PENSAR ARQUIVOS FEMINISTAS.....	110
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>119</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>125</b>
	<b>APÊNDICE A – Diagnóstico Arquivístico</b> .....	<b>130</b>
	<b>APÊNDICE B – Acervo LEGH/DROPBOX</b> .....	<b>138</b>
	<b>APÊNDICE C – COLEÇÃO ANITA PIRES</b> .....	<b>141</b>
	<b>APÊNDICE D – COLEÇÃO FANNY TABAK</b> .....	<b>143</b>
	<b>APÊNDICE E – Arquivo digital <i>Dropbox</i></b> .....	<b>147</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No projeto que elaborei para ingresso no mestrado, em 2016, havia o intento de identificar um paralelo entre a “história dos arquivos” e a “história das mulheres”, de forma a mostrar conexões e contradições entre os dois campos. Percebi, porém, que a história dos arquivos, assim como a história das mulheres, nos remete a histórias no plural, pois são muitas as definições e leituras acerca do que sejam e do que representam os arquivos em diferentes campos. Decidi então direcionar a análise a um objeto determinado – o acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História - um arquivo científico produzido no âmbito da pesquisa histórica por historiadoras que, em grande parte do tempo, se dedicaram aos estudos feministas, onde se situam as histórias das mulheres e a historiografia feminista. Meu projeto inicial foi totalmente modificado, pois seus objetivos eram audaciosos demais para uma dissertação. Não se perdeu, no entanto, o ímpeto curioso de conhecer “tudo sobre o arquivo”, conforme inspiração inicial que me levou ao projeto de mestrado, considerando que acabei por trabalhar com o conceito de arquivo(s) em suas significações singular e plural durante toda a pesquisa.

Na terminologia brasileira<sup>1</sup>, que segue as recomendações do Conselho Internacional de Arquivos, arquivo é um conjunto de documentos produzidos, recebidos ou coletados por instituições ou pessoas, no exercício de suas atividades e no cumprimento de suas funções, sejam elas quais forem. Essa definição serve bem à delimitação de um campo de trabalho que permite ampla atuação profissional aos arquivistas. Ao mesmo tempo, suscita problemas na aplicação de preceitos teóricos e metodológicos desenvolvidos de forma um tanto prescritiva, de acordo com a moderna teoria arquivística que se desenvolve a partir da prática nos arquivos administrativos de estados nacionais europeus. Com as transformações profundas nos processos de registro e transmissão de informações no século XX, a complexificação das administrações públicas e a democratização do acesso aos documentos e à informação desafiam a teoria arquivística e a todos que se põem a pensar sobre arquivos e o conceito de arquivo. A retroalimentação entre a prática e a teoria permitem ao campo de

---

<sup>1</sup> O Dicionário Brasileiro de Terminologia arquivística fornece quatro acepções para o termo “arquivo”: 1. Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. 2. Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos. 3. Instalações onde funcionam arquivos. 4. Móvel destinado a guarda de documentos.

exploração da Arquivologia ser uma área de conhecimento que preza tanto pela organização física de arquivos, quanto pela sua instrumentalização intelectual.

Trabalharemos com a clássica definição de arquivo apresentada, pois ela está estabelecida na legislação brasileira que rege os arquivos públicos e privados. Ampliarei, no entanto, as perspectivas teóricas, mostrando uma frutífera discussão que nos interessa, dentre outras coisas, para ter uma noção geral de como historiadoras/es (mas não só) tratam o conceito de arquivo e como abordam os arquivos que utilizam para selecionar fontes para a pesquisa histórica. Pretendo, portanto, evitar tanto a perspectiva estritamente profissional e pragmática arquivista quanto o tratamento ontológico atribuído ao conceito de arquivo por autores importantes da historiografia, como Paul Ricoeur e Michel de Certeau (ANHEIM, 2018).

As discussões e fricções entre disciplinas nos permitem explorar as ideias dos autores, ao mesmo tempo em que possibilitam pensar sobre o estatuto do documento e dos arquivos para as historiadoras do LEGH, já que é com seus “arquivos de fontes” que lidamos. Também pensaremos o arquivo, seguindo Jacques Derrida, como uma marca de consignação, de reunião, que determina uma região de saber-poder. Mesmo na teorização do arquivo de Michel Foucault, onde o sentido metafórico do arquivo prevalece, é também a ideia de consignação que faz com que o arquivo no singular apareça como reunião de enunciados, permitindo-nos criar arquivos imaginativos (HEMMINGS, 2018).

Por consignação não entendemos apenas, no sentido corrente desta palavra, o fato de designar uma residência ou confiar, pondo em reserva, em um lugar e sobre um suporte, mas o ato de *consignar reunindo os signos*. Não é apenas a *consignatio* tradicional, a saber, a prova escrita, mas aquilo que toda e qualquer *consignatio* supõe de entrada. A consignação tende a coordenar um único corpus em um sistema ou uma sincronia na qual todos os elementos articulam a unidade de uma configuração ideal. Num arquivo, não deve haver dissociação absoluta, heterogeneidade ou segredo que viesse a separar (*secernere*), compartimentar de modo absoluto. O princípio arcôntico do arquivo é também um princípio de consignação, isto é, de reunião (DERRIDA, 1995, p. 14).

Meu objetivo com esta pesquisa é realizar um experimento de historicização arquivística, colocando um arquivo científico<sup>2</sup> como objeto de análise, incorporando elementos da prática arquivística à organização dos dados para pesquisa histórica. Em torno dessa ideia, procurei desenvolver, no decorrer de um trabalho prático, conexões com as

---

<sup>2</sup> Há estudos que versam sobre arquivos universitários, outros sobre arquivos ou acervos científicos, categorizações que não se opõem, mas se complementam, dados os contextos em que cada uma se desenvolve. O acervo acadêmico de pesquisa é arquivo científico, e é arquivo universitário, mas senti a necessidade de sub categorizar para melhor compreender. O tópico 2.2 é dedicado a esta discussão.

narrativas disponíveis sobre os conjuntos documentais do arquivo, como as conversas com integrantes, entrevistas com as professoras coordenadoras e leituras dos relatórios e textos produzidos sobre o acervo e pesquisas relacionadas. A particularidade do objeto é, portanto, ser produto do trabalho de historiadoras e historiadores ao longo de quase 35 anos de pesquisas que se baseiam, fundamentalmente, na coleta de fontes para a produção historiográfica. Em se tratando das fontes para a história social, os materiais mais citados/utilizados são documentos públicos em geral, especialmente processos judiciais e inquéritos policiais; jornais, revistas e outros informativos, já numa complementação influenciada pelas produções em história cultural; e as entrevistas de História Oral, que aparecem como solução aos “vazios documentais” detectados quando se trata de construir histórias que não sejam sobre homens brancos “importantes”, como reis, imperadores, presidentes e líderes militares, mas sobre grupos sociais não representados na história tradicional ou “oficial”, como as mulheres e os povos africanos e indígenas. O acervo do LEGH revela assim fontes diversas que dialogam com aportes da história social e cultural.

A elaboração metodológica, em meio às possibilidades oferecidas pela pesquisa teórica multidisciplinar, certamente foi o desafio mais contundente na construção deste trabalho. Numa frente, fui explorando o objeto – o acervo – partindo do que havia nele de mais recente e indo ao mais antigo, reunindo todas as sistematizações produzidas, abrindo armários, caixas e pastas e identificando conjuntos documentais, em muitos momentos achando que havia me perdido no processo. Em outra frente, ainda anterior a essa, mergulhei nas discussões sobre o conceito de arquivo e a pesquisa em arquivos pelas ciências humanas, como a Antropologia, a Sociologia, e artigos relacionados às Artes. Pensei que essa “virada arquivística” – movimento transdisciplinar em torno do conceito de arquivo e suas implicações nas diferentes áreas de estudo – pudesse me oferecer mais estofamento teórico e metodológico para propor a análise de um arquivo, dadas a plasticidade que o conceito adquire com a interpretação Foucaultiana e a reverberação desta nas humanidades, muitas vezes borrando a inteligibilidade do sentido de sua utilização, mas permitindo a visualização de usos diversos do arquivo conceitual e dos arquivos como realidade material.

Arjun Appadurai<sup>3</sup> afirma que o arquivo nada mais é que uma ferramenta social para o trabalho da memória coletiva. Para ele, na imaginação humanista, o arquivo pode ser um

---

<sup>3</sup> O texto é apresentado como parte do projeto *Archives Public: A research art Project* [<https://archivepublic.wordpress.com/>], concebido como uma “prática de arte arquivística como intervenção no espaço público”. Sua publicação, no entanto, segundo página do autor na internet, data de 2003.

corpo ou container, guardião dos documentos, uma caixa vazia, um lugar ou uma instituição, conforme as possibilidades etimológicas. Este corpo seria também sacralizado como o sítio do passado e da cultura coletiva (cristalizada na nação), sendo tratado frequentemente como uma ferramenta neutra e até eticamente benigna, que carrega consigo algo menos visível – o espírito do povo, o povo, a humanidade no geral ou o espírito da posteridade por si mesmo. O documento, para ele, seria um vestígio gráfico de sobrevivência acidental, uma ideia alargada do documento textual para os artefatos, monumentos, produtos, vizinhanças e até cidades.

Na era do que chama de arquivo eletrônico – digital, não hierárquico e para humano - Appadurai chama atenção para uma lacuna cartesiana entre a memória bioquímica e suas funções e localizações sociais, entre as internalidades e externalidades da memória social que, segundo ele, permanece um mistério para a maioria de nós. Assim, toda forma, agência e intencionalidade vem do uso que fazemos do arquivo, não do arquivo em si. A função panóptica do arquivo enquanto acessório para o policiamento, vigilância e governamentalidade, evidenciadas pela “destruição da inocência do arquivo”, operada por Foucault, para Appadurai são demonstrações de que toda evidência nasce de algum tipo de olhar nosológico, e chama atenção para o arquivo enquanto ferramenta coletiva.

É desta forma que encaro os arquivos como campo de trabalho, o que não foi diferente para o presente objeto de análise. A princípio identificado como arquivo científico, busco analisá-lo também como um acervo acadêmico de pesquisa, no contexto dos arquivos universitários, considerando-se legislação, estrutura, gestão e utilização. Não é que o acervo do LEGH seja uma coisa ou outra e depois outra diferente. As definições se sobrepõem ao conjunto ou parte dele, um arquivo científico, a partir do qual destacamos um acervo acadêmico de pesquisa, que por sua pertença institucional é também um arquivo universitário. Vale ressaltar que, no Brasil, essa sobreposição é bastante comum, embora os arquivos universitários possam ser melhor entendidos como arquivos da administração universitária, excluindo-se arquivos de pesquisa, além de existirem instituições de pesquisa que não necessariamente estão atreladas às Universidades, e que por sua vez produzem arquivos científicos. No entanto, essas categorizações nos assinalam três marcas de consignação úteis à análise do nosso caso.

O trabalho da militância e pesquisa feministas contribui para a construção dessa ferramenta coletiva que o arquivo pode se tornar no âmbito acadêmico, já que os feminismos brasileiros se manifestam de maneira contundente nesse meio, articulando ação política e



produção intelectual e cultural. Quando reunimos no “lugar da prática historiográfica” (CERTEAU, 1974) os materiais brutos da pesquisa histórica no campo feminista, testemunhamos a materialização de um acervo de pesquisa que carrega consigo diversos potenciais de leitura crítica, sobre alinhamentos teóricos e metodológicos, conexões acadêmicas no âmbito nacional e internacional, opções de pesquisa etc. Ao colocar o acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História como objeto, busco identificá-lo, descrevê-lo e caracterizá-lo, a partir disso, como um arquivo feminista, já extrapolando as definições anteriores e partindo ao campo metafórico, ainda utilizando-nos da ideia de consignação.

Como ilustração dessas reflexões iniciais, recorro os cartazes de muitos eventos do 8 de março (BLAY, 2001) que foram colados às paredes da sala da oficina “Heranças dos feminismos: nossas memórias e vivências”<sup>4</sup>, durante o 13º Mundo de Mulheres e Fazendo Gênero 11, em agosto de 2017, e que me chamaram atenção. Dos cartazes utilizados nas manifestações, restam geralmente apenas os registros nas fotografias. Os cartazes em ato e o registro do ato. A oficina de cujas atividades participei junto às demais integrantes, vindas de diferentes partes do Brasil e do mundo, foi uma experiência de contar histórias de aproximação e/ou percepção das ideias feministas como parte de nossos cotidianos. Como havíamos nos dado conta de que éramos feministas? Em que momento partimos para os estudos e militância? Como nos entendíamos agora e como projetávamos nossos aprendizados? Os cartazes funcionavam como uma conexão irruptiva de memória entre nós e as muitas histórias das lutas feministas, um pouco como “provas de nós” (MCKEMMISH, 2018). Eles nos fazem perceber que não chegamos às discussões feministas, e aos questionamentos que nos incitam no presente, sem vínculos entre memórias e histórias, dos quais os arquivos são uma parcela importante.

Partindo da identificação, experiência de organização e histórico institucional, construímos uma análise do acervo de pesquisa do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), discutindo, no segundo capítulo, a constituição deste enquanto um “arquivo feminista”, seguindo a linha das operações de Clare Hemmings sobre o acervo pessoal de Emma Goldman, guardadas as devidas contextualizações. No contexto de um acervo acadêmico de pesquisa onde trabalham “mulheres historiadoras” e “historiadoras de

---

<sup>4</sup> Esta oficina foi proposta e coordenada por Aldevina Maria dos Santos (NEIM/UFBA), Angelita Lima (UFG) e Maria José Pereira Rocha (PUC/Goiás). Segundo as proponentes, a oficina se inspirou nos grupos de consciência dos anos 1960-70 e no lema “o pessoal é político”. As participantes foram convidadas a “narrar suas heranças feministas, seus legados e a refletir sobre os feminismos com que tiveram contato ou ajudaram a construir”. A ementa completa da Oficina (nº 75) está disponível no *site* do evento.

mulheres”, o arquivo feminista que visualizo aparece nas dimensões materiais, operacionais e intelectuais dessa constituição. O acervo do LEGH permite mostrar formas de acumular fontes para a pesquisa historiográfica feminista, destacando-se a produção cultural militante, com jornais, boletins e informativos voltados ao ativismo feminista no Brasil, no Cone Sul e pelo mundo de forma geral.

Minha primeira tarefa é apresentar um histórico institucional do Laboratório capaz de oferecer suporte à visualização do arquivo, ajudando na identificação dos projetos desenvolvidos com os materiais que constam hoje como acervo. A partir daí este acervo acadêmico de pesquisa<sup>5</sup> (VEIGA, 2014) é apresentado conforme alguns recortes fundamentais. Aqueles bastante básicos, como preceitos legais que dizem respeito aos arquivos universitários, infraestrutura, contexto de produção e coleta dos documentos. Descreverei seu aspecto material, as coleções e temáticas que o compõem, tornando-o imaginável às leitoras da pesquisa por meio de um processo de diagnóstico arquivístico. Procurarei contextualizar a operacionalidade das coletas de fontes, mostrando um pouco do resultado do trabalho das pessoas que buscaram sistematizá-la durante os últimos anos e apresentando seu conteúdo àquelas que estejam em busca de material para outras pesquisas e a quem deseje refletir sobre os significados da palavra “arquivo”, das suas relações com a história e discussões sobre memória no campo feminista.

O primeiro capítulo está organizado de forma a trazer um histórico institucional do Laboratório, as pessoas envolvidas, os projetos de pesquisa realizados nessa trajetória e, sempre que possível, relacionando a narrativa aos conjuntos de documentos que hoje compõem o acervo do LEGH. O levantamento teórico, que predominou no texto de qualificação desta dissertação, agora aparece mais fragmentado, acompanhando a descrição do acervo, embora haja mais espaço para discussão teórica no segundo capítulo do que no primeiro, dedicado a percorrer histórias sobre o acervo e seus materiais. Os objetivos do primeiro capítulo são descrever e contextualizar o objeto da pesquisa, para posteriormente, no segundo capítulo, refletir sobre como a produção de histórias das mulheres e dos feminismos muito se relaciona a esforços para ampliar a diversidade e usos das fontes para a escrita dessas histórias, seja na produção informativa ou na concepção mesma de arquivos.

---

<sup>5</sup> Segundo a definição da autora: “conjuntos de documentos acumulados e produzidos por grupos e núcleos de pesquisa dentro das Universidades ao longo do desenvolvimento de suas próprias investigações”, uma adaptação do conceito clássico da Arquivologia.

Parto do pressuposto de que “o arquivo fala” através das operações que realizo, ao contar um pouco da história de quem o produziu e produz, ao falar das atividades que o materializam, das diferentes contribuições à sistematização de seus conjuntos, da forma e do conteúdo dos documentos. De forma geral, em processos semelhantes, arquivos falam, silenciosamente, das organizações sociais, categorias, mensurações e modos de apreender a natureza e a realidade humanas, através de seus registros organizacionais. Evidentemente que isso não se dá de maneira espontânea, como se os papéis falassem, mas num sentido metafórico que atravessa a relação entre documentos e pessoas. Com a diversificação dos suportes informacionais ao longo do tempo, principalmente a partir de meados do século XX, o(s) arquivo(s), nesse sentido, passa(m) a falar cada vez mais, não sem ser entrecortado(s) por diversos silêncios, como na relação da música com suas pausas. Há no(s) arquivo(s) tanto intencionalidades quanto acasos que habitam circunstâncias nem sempre determináveis, tanto na sua dimensão material quanto subjetiva.

O caráter do acúmulo e consignação se mantém tanto para análises materiais quanto subjetivas do(s) arquivo(s). A oralidade o(s) precede(m). Se isso pode ser equiparado à memória acumulada e percebida coletivamente, já é uma outra discussão. Mas o arquivo remete ao registro e à memória, portanto à história, e guarda em seus significados materialidades e subjetividades, mesmo num sentido foucaultiano, pois este também se refere ao que é escrito, ao registrado; ainda que voltado à análise de discursos e enunciados, eles acabam por habitar o registro. Procuro trabalhar o tema do(s) arquivo(s) imiscuindo diferentes esquemas de manifestação deste(s) nas ciências humanas. Primeiro porque foi neles que a teoria arquivística buscou fazer a crítica ao positivismo impregnado em suas bases disciplinares (ARAÚJO, 2013). A falsa noção de neutralidade do trabalho arquivístico fez o movimento de saída e retorno ao contato com as ciências humanas acontecer – saída no afastamento entre arquivistas e historiadores, ao menos no que compete ao desenvolvimento epistemológico, e retorno pela necessidade de (re) aproximação pela própria complexidade que o tratamento dos arquivos passa a apresentar aos arquivistas (pós) modernos. Depois, porque acredito que as definições de arquivo apresentadas têm ao menos uma premissa em comum, a do acúmulo e da consignação, numa perspectiva derridiana.

O arquivo seria um acúmulo enunciativo, para além de sua dimensão material e localizada. Foucault faz questão de pontuar a sua não correspondência ao arquivo que corresponde a conjuntos documentais, mas também se refere a registros, ainda que de forma indireta. A dimensão subjetiva possibilita o uso do arquivo enquanto metáfora para um

acúmulo de raridades, o enunciado ou afirmação, que possibilitam desenvolver histórias das ideias, onde Foucault detecta a emergência de enunciados, objetos e discursos que acabam por consignar instituições disciplinares como a medicina, a psiquiatria, a biologia etc. Para ele, “o arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, 1987, p.149). Trazendo para a experiência prática dos arquivos, também neles se ensaia uma lei do que pode ser dito das organizações sociais das mais variadas que se registram cotidianamente.

Posteriormente, Jacques Derrida afirma que “não há arquivo sem o espaço instituído de um lugar de impressão” (DERRIDA, 1995, p. 8). Para ele o arquivo é, basicamente, “um princípio de consignação” (DERRIDA, 1995, p.14), de reunião, que não prescinde de localização, ainda que não necessariamente esta deva ser uma localização física. Enquanto Foucault se limita a explicar que o arquivo determina aquilo que pode ou não ser dito sobre um campo de conhecimento determinado, Derrida localiza nas tecnologias do registro a versatilidade do arquivo, que para ambos produz discursos que fundamentam aquilo que se entende por real, legítimo, reconhecível pela autoridade constituída sobre o discurso.

Para Michel Foucault, a História “é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (...) que apresenta sempre e em toda parte, em qualquer sociedade, formas de permanências, quer espontâneas, quer organizadas”. Ele discute duas formas do fazer histórico, uma “tradicional”, que “se dispunha a memorizar os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem esses rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem”; e outra contemporânea que “em nossos dias (...) é o que transforma os documentos em monumentos”, apontando o sentido arqueológico da exploração historiográfica que ele propõe em *Arqueologia do Saber*, sob o efeito da elaboração de séries e da emergência das discontinuidades no discurso histórico (FOUCAULT, 1987, p. 8). A arqueologia de Foucault é um fazer, um procedimento que não busca origens ou fins, mas que traz à tona, ao escavar a forma dos discursos.

Muitos dos textos produzidos pela “virada arquivística” abordam estes autores, fornecendo críticas, ampliações e retrações nas interpretações apresentadas. A virada arquivística pode ser compreendida como um estudo do que se entende por arquivo(s) no campo das humanidades, frequentemente partindo de discussões sobre arquivos específicos como objetos de análise e envolvendo, além da história, a filosofia, a psicologia, a sociologia, a antropologia, a teoria literária e as artes. Todas essas áreas, em conjunto, parecem operar

uma “epistemologia do arquivo” que nos permite revisitar preceitos teóricos, demonstrando a riqueza discursiva que surge dessas contribuições.

A disciplina histórica, desde a sua formalização moderna no século XIX europeu, já nos coloca diante do arquivo como uma “entidade” que emana vestígios para a pesquisa sobre o passado, por sua vez até então predominantemente uma História Política (dos homens). A história das mulheres, e especialmente a história do feminismo, beneficiam-se largamente de fontes produzidas fora do escopo do arquivo tradicional, reduto das máquinas burocráticas passadas. Entrevistas, produções editoriais independentes e leituras críticas de arquivos oficiais, além de políticas de aquisição de conjuntos de arquivos dos movimentos feministas são essenciais ao trabalho das historiadoras que buscam colocar as mulheres em evidência sócio-política, já que os arquivos, o arquivo e sua discussão filosófica, bem como suas localizações, são essencialmente políticos.

A experiência de pensar o acervo do LEGH passou por pensar um arquivo enquanto fonte histórica, dimensionado por relações de poder e usos variados dos documentos como dispositivos de ação, de exercício de autoridade/resistência/astúcia/manifestação, e da configuração das instituições e organizações sociais que os produzem. O arquivo é um processo de acúmulo e de indagação. O que há é sempre mais do que se pensa que há. Muitos dos seus itens o são por uma questão mesma de esquecimento, de deixar estar, de não ter espaço em outro lugar, de esconder para não encontrar ou para encontrar e em seguida esquecer de novo. O trabalho nos arquivos colocou-me diante das suas dimensões sociais, políticas, econômicas e afetivas, para além de nossa relação eminentemente técnica, operacional e prática.

Entendo por arquivos feministas aqueles produzidos com o intuito de salvaguardar fontes para o estudo das vidas das mulheres no passado e no presente e do feminismo enquanto ferramenta epistemológica e militante. O acervo do LEGH tem como importante objeto de estudo o feminismo latino americano, principalmente do Cone Sul – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai – e suas relações com as esquerdas e grupos de resistência às ditaduras militares que ascenderam ao poder no continente durante as décadas de 1960 a 1980. Busco com isso estudar um pouco mais as relações entre feministas e arquivos, quando e onde eles existem enquanto instituições nas quais se afirma uma autoridade feminista que busca alicerçar histórias e ajudar a viabilizar a continuidade da luta por transformações sociais para as mulheres ao longo do tempo.

No trabalho de identificar os conjuntos documentais do LEGH e seus principais temas, cruzando com informações dos currículos das professoras que coordenaram o Laboratório ao longo dos anos<sup>6</sup>, e aos seus respectivos projetos realizados em conjunto com bolsistas de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado, que resultaram na formação deste acervo de pesquisa historiográfica feminista, destacaram-se as coletas decorrentes dos projetos sobre o feminismo no Cone-Sul. Publicações feministas das décadas de 1970 e 1980, brasileiras, argentinas, chilenas, paraguaias, uruguaias e bolivianas são parte deste conjunto. Vale ressaltar também que parte da documentação do LEGH é anterior à sua institucionalização, acompanhando a trajetória das professoras/pesquisadoras. O LEGH passou a ser assim designado em 2005, mas foi fundado em 1985 como “Núcleo de Informação e Pesquisa da História do Trabalho em Santa Catarina”, passando a se chamar “Laboratório de História Social” em 1993, até culminar num agrupamento de pesquisas que fez mais sentido sob o guarda-chuva dos estudos de gênero em História.

Ponto que minha intenção neste trabalho não foi a de produzir uma biografia das professoras que foram/são coordenadoras e pesquisadoras do LEGH, nem avaliar positiva ou negativamente a forma como o acervo do Laboratório se acumulou, mas sim detectar na sua configuração atual a intencionalidade e o acaso, levantar as sistematizações feitas para o material com o intuito de preservar seu conteúdo e facilitar sua organização, avaliar a equivalência entre elas e as coleções que definem, e possibilitar acesso às fontes coletadas e produzidas, para que as pesquisas se ampliem. A vontade de tornar este e outros arquivos feministas acessíveis, seja para a análise histórica ou como equipamento cultural, permeia as intenções da organização do acervo e da investigação que se desdobra sobre ele, desenvolvida neste texto.

Minha opção por fazer uma leitura abrangente do objeto se deu pela demanda de organizar fisicamente os conjuntos documentais do acervo do LEGH e coordenar o início da catalogação dos livros adquiridos pelo Projeto “Mulheres de Luta: Feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)”, do qual fiz parte como bolsista de mestrado<sup>7</sup>. Além dos mais de 770 títulos incorporados ao acervo bibliográfico durante a execução do Projeto, foram realizadas 33 entrevistas – quase todas com mulheres brasileiras – entre março de 2017 e dezembro de

---

<sup>6</sup> Cristina Scheibe Wolff, Janine Gomes da Silva, Joana Maria Pedro e Roselane Neckel.

<sup>7</sup> Este projeto foi contemplado pelo Edital 12/2015 Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior), do Programa “Memórias Brasileiras – Conflitos Sociais”, Processo 88887.130836/2016-00, sob coordenação geral de Cristina Scheibe Wolff. Como produtos finais da execução do projeto entregamos um livro reunindo artigos e um webdocumentário [<http://mulheresdeluta.ufsc.br/>].

2018, totalizando 238 entrevistas no acervo de história oral do Laboratório. Participei do processo de produção dos documentos de algumas dessas entrevistas – roteiro, autorização, vídeo/áudio e transcrição – percebendo nas formas de sistematização os contrastes e semelhanças com produções anteriores de entrevistas para pesquisa.

A princípio, destacavam-se as três grandes coleções – bibliográfica, entrevistas, periódicos – cuja catalogação pôde ser acessada através dos documentos – planilhas, listagens, quadros – produzidos com intuito de organizar o acervo e permitir acesso aos materiais do LEGH, trabalho realizado por diversas bolsistas ao longo dos anos. Optei também por produzir alguns destes instrumentos, como um sumário e listagens de periódicos salvos em nuvem (em anexo), além de diagnóstico arquivístico completo, descrito no primeiro capítulo e detalhado em apêndice. Não foi possível proceder com a avaliação e descrição arquivísticas dos documentos individualmente, pela extensão do trabalho e pelos objetivos da pesquisa. Historicizar um acervo acadêmico de pesquisa historiográfica, cuja dinâmica está muito viva e presente, exigiu flexibilidade e paciência.

Entre setembro e outubro de 2018, entrevistei as professoras Joana Maria Pedro, Cristina Scheibe Wolff e Janine Gomes da Silva, na intenção de apreender de seus testemunhos maiores detalhes sobre suas relações com os arquivos onde pesquisaram e fontes que utilizaram no decorrer de suas vidas profissionais e nas pesquisas realizadas já como professoras da UFSC. Este fio condutor permitiu ao mesmo tempo cobrir as particulares experiências das historiadoras no processo de produção e coleta de fontes para pesquisa e focar sobre as viagens ao Cone Sul e as pesquisas em acervos onde as coletas de fontes, especialmente de periódicos de imprensa alternativa, de esquerda, movimentos sociais ou feministas, foram realizadas. O conjunto convencionado como banco ou coleção de periódicos é um dos mais volumosos do acervo do LEGH, revelando o quanto este tipo de fonte - publicações de grupos de direitos humanos e ativistas - tem utilização bastante disseminada entre as pesquisadoras do Laboratório.

A experiência que proponho é que, para além das associações que discuto, a leitora ou leitor possa observar, a partir de uma breve história, o que aparece como resultado dela antes mesmo de sua criação. Uso o acervo para acessar histórias e uso as histórias para iluminar o acervo e os caminhos que os documentos percorreram e percorrem até uma caixa, um registro e uma etiqueta na prateleira.

## 2 O LEGH: COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI?

Estar praticamente inserida em meu objeto de estudo foi simultaneamente profícuo e difícil. Estive em constante conflito com meu próprio criticismo, com a ampliação da noção do quanto desconheço e do quanto já havia aprendido até ter de elaborar uma metodologia de pesquisa adequada a este objeto, estando posicionada entre minha formação como arquivista e agora como historiadora. Ao mesmo tempo, lidar com as diferenças que atravessam nossas existências e relações, lidar com as outras facetas da vida demandando atenção tão prestativa e atenta quanto a vida profissional, e mesmo outras demandas do trabalho na pós graduação, como a organização de eventos, monitorias, apresentação de trabalhos, produção de artigos e participação discente, incluem o desafio do tempo no ritmo do capitalismo para a pesquisa acadêmica, e nas condições políticas que o Golpe Institucional de 2016 nos deixaram, agravadas agora pelo governo eleito sob condições no mínimo duvidosas.

Foram desafios tão complexos de compreender e aprender a utilizar a meu favor na pesquisa, procurando pensá-la ao longo do curso das disciplinas regulares, quanto o trabalho da coleta e organização de dados do acervo. Para descobrir como melhor apresentar e falar sobre esses dados, ou mesmo como melhor reuni-los, era necessário avançar na investigação mais detalhada de todos os conjuntos – físicos e digitais – de documentos do Laboratório e correlacionar suas origens funcionais e temáticas, utilizando-me da produção de sistematizações<sup>8</sup>. Fui avançando a partir de conversas com duas das pesquisadoras do LEGH, hoje doutorandas do Programa de Pós-Graduação em História, e que trabalharam nessas sistematizações do acervo, Eloísa Rosalen e Tamy Amorim da Silva<sup>9</sup>. Aos poucos, fui me integrando ao espaço, ao grupo e interagindo com o acervo, no intuito de estruturar a metodologia de pesquisa e aliá-la às reflexões teóricas que me auxiliassem na análise do objeto, considerando que cada arquivo é “um mundo” onde múltiplas relações, intenções e

---

<sup>8</sup> Planilhas do acervo bibliográfico, planilhas dos bancos de periódicos, jornais, CD's e DVD's, listagens e planilhas de entrevistas de história oral, identificação de exemplares e marcações de localização física. Estes instrumentos de catalogação e pesquisa foram produzidos em meio eletrônico e estavam salvos no arquivo *Dropbox* do LEGH.

<sup>9</sup> Eloísa Rosalen possui graduação e mestrado em História (UFSC) e atualmente é doutoranda em História, pesquisando principalmente exílio, relações de gênero, memórias, e ditadura militar. Atualmente está realizando doutorado sanduíche na Università Ca Foscari Venezia, com bolsa do PDSE/CAPES. Tamy Amorim da Silva é graduada e mestra em História (UFSC), atualmente doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, pesquisando principalmente relações de gênero, história oral, feminismos, biografias e memórias.



omissões acabam por caracterizá-lo, e que o processo de identificação ao menos geral de conjuntos documentais é fundamental para uma análise deste tipo.

Também me exigiu paciência e estratégia a limitação espacial e de ocupação do Laboratório, engajado em diversas frentes de trabalho em diferentes pesquisas durante os semestres letivos. Pude observar, não obstante, neste processo, elementos que caracterizam a formação de um acervo acadêmico de pesquisa em sua fase de produção, principalmente no que diz respeito à execução do Projeto Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985), o que me ofereceu convivência com fluxos e atividades semelhantes aos que originaram o que me foi disponibilizado antes em pastas, caixas, fichários e armários, o que convencionamos chamar de Acervo e que corresponde também, neste caso, pela linguagem legal, ao arquivo permanente do Laboratório (JARDIM, 1995; BELLOTTO, 2006). Conforme a perspectiva de coleta e produção de documentos foi se consolidando como uma operação pensada e contínua, por conta da intencionalidade que foi se tornando consciente, pude pensar em como otimizar esses processos, considerando o ciclo de vida<sup>10</sup> dos documentos que se constituem como parte do acervo do LEGH.

Heloísa Bellotto, uma das principais teóricas da Arquivologia no Brasil, considera permanentes aqueles documentos dotados de “valor permanente”. Este valor é definido no processo de avaliação arquivística, quando se “fixam critérios e justificativas para que se possam eliminar certos papéis desnecessários ao órgão de origem e sem interesse para a pesquisa histórica, os que restarem são de valor permanente, são os documentos históricos” (BELLOTTO, 2006, p. 24). Haveria então, segundo a autora, um “uso primário”, quando o documento cumpre sua função, e os usos científico, social e cultural, que se aplicam aos documentos permanentes. Embora seja uma forma útil de organizar um processo de avaliação, dificilmente, como historiadoras, colocaríamos estes usos em esferas apartadas entre si, até pela observância de que o “uso científico, social e cultural”, por exemplo, aqui se entrecruza com o “uso primário”, dadas as características do nosso “órgão de origem”.

Estive sempre ciente de que há de se ter muita sensibilidade com as pessoas que produzem arquivos com os quais venho a trabalhar, pois há o toque da personalidade mesmo na maior das exigências burocráticas. Há mais sentimento envolvido na constituição de um arquivo do que costumamos imaginar. Há sentimento tanto no interesse em salvaguardar

---

<sup>10</sup> As fases corrente, intermediária e permanente, numa perspectiva pós-custodial. Estou considerando essa perspectiva teórica bastante discutida no debate científico entre arquivistas, por conta de sua relação com os textos legais que regulamentam documentos e arquivos públicos no Brasil.

registros quanto numa suposta desimportância atribuída àquilo que se guarda. Guarda-se “por via das dúvidas”, por causa das prestações de contas e obrigações legais, mas também se guarda porque há um apelo íntimo por se guardar, porque a produção da história também se reproduz e multiplica por meio da constituição de um acervo de pesquisa, por menos que se pense nisso em termos práticos, o que nem chegou a ser o caso em se tratando do acervo do LEGH.

Isso fica demonstrado pela observação do desenvolvimento do Núcleo de Informação e Pesquisa da História do Trabalho em Santa Catarina, criado em 1985 e precursor do Laboratório de História Social, que posteriormente viria a se tornar o Laboratório de Estudos de Gênero e História. No projeto de sua criação, a justificativa apresentada se dá pelo propósito de promover pesquisa e extensão na Universidade, argumentando, dentre outras coisas, o quanto se torna “necessário promover a preocupação com a memória do trabalho e do trabalhador, buscando **preservar a documentação existente**” (CZESNAT; PEDRO, 1985, p. 2. Grifo meu). Certa dificuldade de se encontrar documentação preservada sobre trabalhadores nos arquivos disponíveis à época, e mesmo de saber que arquivos eram esses, fica visível quando é manifestada nesta mesma justificativa o desejo por se ter em mãos uma “indexação de arquivos públicos e particulares” (CZESNAT; PEDRO, 1985, p.3).

Em documento datado de 17 de junho de 1993, a Professora Joana Maria Pedro solicitava ao então Chefe do Departamento de História, Valmir Francisco Muraro, o projeto de transformação do “Núcleo de Informação e Pesquisa da História do Trabalho em Santa Catarina”, em “Laboratório de História Social”. O objetivo era obter a avaliação do departamento e seguir os trâmites que regulamentariam o projeto de mudança, obtendo portaria junto à Pró Reitoria responsável. O Colegiado do Departamento, levando em consideração as atividades do Núcleo de Pesquisa, as demandas crescentes da comunidade, a ampliação das atividades, o número significativo de professores e alunos envolvidos e a existência de recursos materiais suficientes para o seu funcionamento, deu parecer favorável à mudança em 21 de junho de 1993, encaminhando à Secretaria do CFH o dossiê no qual estava esta comunicação inicial.

O dossiê é composto pelas folhas processuais, onde se registram todas as decisões ao longo do trâmite, a comunicação inicial, acompanhada de um projeto de fundação e um relatório do Núcleo de Informação e Pesquisa anexados ao projeto do Laboratório de História Social, e finalizado pela Portaria emitida ao final do trâmite, nomeando a professora Joana

Maria Pedro como coordenadora do recém-criado Laboratório. Assinam o primeiro parecer o Professor Marcus Vinícius de Almeida Saul e a secretária do Departamento de História à época, Rossane Sucupira Souza. O registro subsequente nas folhas processuais (fls. n.º 47 e 48) é o encaminhamento, solicitando parecer, do Departamento à Conselheira Sandra Maria de Arruda Furtado, em 12 de julho de 1993. No carimbo da secretária do CFH Ana Lídia C. Brizola, assina Maria Nazaré Wagner, provavelmente sua substituta no momento da tramitação. Em 16 de julho de 1993 o Conselho departamental do CFH aprova o parecer favorável de Luiz Fernando Scheibe, então Diretor, que encaminha o processo à Pró Reitoria de Graduação em 28 de julho de 1993, segundo o carimbo de entrada no protocolo, registrado na folha 48. O Diretor solicita no encaminhamento a designação de um supervisor para o novo Laboratório de História Social.

Em 11 de agosto de 1993, a então Pró-Reitora de Ensino de Graduação em exercício, Vera Lúcia Bazzo, informa a Direção do Centro de Filosofia e Ciências Humanas que “Cfe (sic) a Portaria 0900/GR/93, de recente lavra – 27/05/93, no seu item 48, é de competência dos Diretores de Centro a emissão de Portaria, nesses casos”. A última folha do processo, sem o carimbo de numeração processual, é justamente a Portaria nº 037/CFH/93 emitida pelo CFH, designando a Professora Joana Maria Pedro como coordenadora do Laboratório de História Social, que passa então a existir oficialmente. Todo o trâmite está registrado no processo que encontrei numa caixa poli onda identificada como correspondente a um conteúdo de “Folder/Cartazes”.

A localização deste processo nos indica que em algum momento fez-se necessário guardá-lo, mas que o local escolhido provavelmente não foi pensado com coerência quando se trata de recuperar as informações importantes que ele contém. É um caso em que a contingência do arquivamento se faz evidente, mostrando que havia consciência da necessidade de se preservar o processo, ao mesmo tempo em que, por algum motivo alheio ao nosso conhecimento, não houve critério na escolha do local apropriado e identificação correspondente. Isso sugere também que houve um momento em que a caixa mencionada foi organizada e identificada, pois de fato constavam *folders* dentro dela<sup>11</sup>, mas que em ocasião diversa foi necessário utilizar o espaço para algo que provavelmente estava “solto”.

---

<sup>11</sup> *Folder* é um tipo de impresso informativo em formato dobrável, é utilizado para agregar valor criativo a uma comunicação, sendo uma variação do folheto ou *flyer*. Dentro da caixa havia vários tipos destas espécies documentais.

Este tipo de movimento é bastante comum aos arquivos e processos de arquivamento. Disso resultam, para a boa sorte do uso dos arquivos e acervos enquanto fontes, aquelas pequenas surpresas que podem, curiosamente, enriquecer muito os elementos constitutivos de uma pesquisa historiográfica, trazendo novidades inesperadas e detalhes resolutivos. Em se tratando do dossiê em questão, foi o que me permitiu ampliar o espaço dado ao período que precedeu a oficialização do LEGH e dos estudos sobre feminismo, e ajudou na identificação dos conjuntos de fichas manuscritas e outros materiais provenientes de pesquisas mais antigas, incluindo fragmentos de cartazes e apresentações.

Com o processo em mãos foi possível identificar os projetos correspondentes ao período de existência do “Núcleo de Informação e Pesquisa da História do Trabalho em Santa Catarina”, “um grupo de estudos preocupado com a **preservação da memória**” (PEDRO, 1993, p. 7. Grifo meu). Em 1985, no projeto de formação do núcleo, de autoria das professoras Joana Maria Pedro e Ligia de Oliveira Czesnat, pretendia-se estruturá-lo e organizá-lo entre 1985 e 1988, consolidando-o como núcleo de pesquisa no início de 1989, e dando continuidade ao projeto sem perspectiva de interrupção: “Todas as atividades do Núcleo [...] tem prazo para iniciar, porém não para terminar, entende-se que a preocupação com a História do Trabalho em Santa Catarina e a **preservação da memória** deve permanecer sem interrupção” (CZESNAT; PEDRO, 1985, p. 10. Grifo meu).

A Professora Cristina S. Wolff afirma que foi convidada a fazer parte do Núcleo em 1987, já no fim do seu curso de licenciatura em História na UFSC. Na ocasião, além das professoras que assinaram o projeto de criação, fazia também parte do grupo a professora Maria Bernadete Ramos Flores, hoje professora aposentada do Departamento de História (WOLFF, 2016, p. 9). No relato de sua experiência de pesquisa com trabalhadoras e trabalhadores rurais de Bocaina do Sul, fica explicitada a relação entre a pesquisa histórica e a produção de arquivos, tanto com relação às entrevistas orais, quanto à organização de arquivos da Associação de Pequenos e Médios Agricultores de Bocaina do Sul e Índios<sup>12</sup> como parte da “troca” entre pesquisadores e pesquisados.

Lá em Bocaina do Sul, foram muitos fins de semana na casa das famílias de agricultores, fazendo entrevistas, acompanhando os trabalhos, ajudando nas festas, reuniões, assembleias, organizando o pequeno arquivo da Associação, conversando com as mulheres (WOLFF, 2016, p.6).

---

<sup>12</sup> Na época distritos do município de Lages, planalto central catarinense.

Podemos perceber que, na ausência de uma relação mais racional e menos contingencial com a formação de arquivos, historiadoras/es se veem muitas vezes praticando um escambo entre organização de arquivos e utilização destes em pesquisas. Pensando especificamente na década de 1980 e nas pesquisas relacionadas ao Núcleo de Informação e Pesquisa da História do Trabalho em Santa Catarina, esse escambo se deu em trabalhos da professora Joana Pedro e Cristina Wolff em arquivos públicos e privados, o que também acontece com novos arquivistas da minha geração, mas já numa perspectiva mais gerencial, menos localizada. Em experiência relatada pela professora Joana, a equipe do arquivo público estadual, por exemplo, ensinava como organizar dossiês e em troca forneciam materiais para pesquisa (PEDRO, 2018). Como o trabalho historiográfico inclui ler e interpretar diferentes linguagens (imagens, cultura material, sons, textos) que trazem informações sobre o passado, a organização, a princípio, é um fator que favorece a extração das informações a ser interpretadas.

As relações entre historiadoras/es, arquivos e arquivistas acompanham a trajetória profissional dos indivíduos e os caminhos teóricos e metodológicos dessas disciplinas científicas. É de consenso entre muitos que a tarefa dos arquivos, assim como a dos museus e bibliotecas, é uma tarefa coletiva, que exige organização coletiva, sistematização coletiva e, agora já apenas por minha conta, acima de tudo, exige certa consciência social. A técnica não deve ser usada como desculpa para a ausência de pensamento crítico, clamando pela batida neutralidade do arquivista. A pluralidade da pessoa arquivista<sup>13</sup> – pensando num arquivista metafórico, um tanto mágico como Funes (BORGES, 1989) – favorece a ampliação das possibilidades para a construção de sistemas de informação e catalogação que integrem e pluralizem as representações sociais, com relação a indivíduos e grupos. Essa perspectiva me faz considerar mais de perto as relações entre pesquisadoras/es e arquivos.

Notamos também que o olhar para as “mulheres trabalhadeiras” (WOLFF, 2016, p. 9) numa primeira experiência de pesquisa, a leitura e o fichamento de jornais como estagiária da professora Joana Pedro renderam a construção de uma história das mulheres na colonização alemã da cidade de Blumenau, tema do projeto de mestrado da professora Cristina Wolff e que resultou na sua dissertação, intitulada “As mulheres da Colônia Blumenau: cotidiano e trabalho” (1850-1900) e defendida em setembro de 1991 (WOLFF, 2016, p. 13). Esta pesquisa, além de contribuir criticamente com a história da colonização

---

<sup>13</sup> Enquanto identificação daquela/e que gere processos de arquivamento, acabados ou inacabados.

alemã, contribuiu significativamente para a construção da História das mulheres no Brasil, cujas primeiras obras de referência despontam nas décadas de 1980 e 1990 (RAGO, 1985; DEL PRIORE, 1988, 1997; DIAS, ; SOHIET, 1986, 1989).

A historiografia das mulheres no Brasil, a julgar pelo exemplo mencionado, parece ter surgido no ritmo das transformações alcançadas pelos movimentos feministas anteriores – direitos civis e políticos das mulheres, como educação, voto e divórcio – e que culminaram na agenda da década da mulher encampada pela ONU, oficializada no Brasil em 1975. Coincide também o desenvolvimento da terceira geração dos *Annales* e sua Nova História, produzindo obras sobre o convívio social e os costumes, sobre “a vida privada”, no que então apresentavam suas interpretações sobre os papéis ou representações sociais inculcadas às mulheres. De um modo geral, dentro e fora do Brasil, onde o feminismo se manifestou, “antes das historiadoras foram as feministas que fizeram a história das mulheres” (SILVA, 2008, p. 225). Ou, como prefiro colocar, parte das feministas também atuaram como historiadoras. Devemos nos atentar, por enquanto, às atividades que poderão ser identificadas com materiais do acervo mais adiante, e ao fato de que a todo momento testemunhamos o relacionamento entre historiadoras, fontes e produção/organização de arquivos.

A pesquisa de mestrado da Professora Joana Maria Pedro, sobre construção naval em Santa Catarina, envolveu contato com o acervo da capitania dos portos de Itajaí que, segundo ela, à época “nem se chamava assim”, era “aquilo que eles guardavam” (PEDRO, 2018). Entre outros documentos, havia nestes conjuntos registros dos barcos (de donos e construtores), já que os barcos pagavam taxas para circular. Foi a partir destes registros que a autora versou sobre a história da construção naval no estado de Santa Catarina, desenvolvendo uma pesquisa no campo da história social do trabalho. Para a capitania, como frequentemente ouvimos quando se trata de gerir arquivos, os conjuntos documentais constituíam-se como um “arquivo morto”<sup>14</sup>. A pesquisa também se deu na capitania dos portos de Florianópolis, em “uma casa perto da beira-mar norte, era ali que estava todo o acervo” (PEDRO, 2018). Sua busca era pelo movimento dos portos, o que saía e entrava de mercadoria, e a relação entre a construção de navios e este movimento.

---

<sup>14</sup> Para arquivistas, há uma certa blasfêmia na afirmação, já que consideramos arquivos como entidades dotadas de organicidade, de um funcionamento contingencial que pode ser gerido racionalmente, mas que justamente por este caráter, se faz muito vivo, e não morto. No entanto, considerando a perspectiva de quem arquiva e com que fins, é possível que o arquivo seja interessadamente tratado como um defunto em cova rasa.

No desenrolar da referida pesquisa, a professora Joana Pedro diz ter constituído “uma espécie de acervo” ao realizar entrevistas com Carpinteiros de Ribeira – homens que fazem barcos em madeira – e Agenciadores de Navios – empresários que agenciavam navios para transporte de carga. Depois da defesa de mestrado, já trabalhando na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), expressa a intenção de constituir um centro de documentação, onde ela afirma que gostaria de reunir documentos que estavam com problemas junto à Prefeitura, mais as entrevistas que havia realizado. Ainda como professora da UNIVALI, realizou entrevistas com pescadores que participaram de um curso oferecido pela capitania, sendo esta sua última contribuição ao acervo que permaneceu naquela Universidade, como o embrião de um acervo de história oral. A professora Joana Maria Pedro veio então para Florianópolis trabalhar como professora da UFSC, e permaneceu dando assistência a esse acervo por algum tempo.

Isto se deu no ano de 1983, antes ainda da formação do Núcleo de Informação e Pesquisa da História do Trabalho em Santa Catarina, oficializado em 1985. Em 1986 tem início o projeto de pesquisa financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que resultou na obra “Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina”<sup>15</sup>, sob coordenação da professora Joana Maria Pedro. Em 1988, a professora Cristina Scheibe, ainda como estudante de graduação e estagiando no núcleo, trabalha, a pedido da professora Joana, em leituras e fichamentos de jornais Blumenauenses “que tivessem qualquer menção ou relação com mulheres” (WOLFF, 2016, p. 10). Foi com base nessas tarefas que ela desenvolveu sua pesquisa de mestrado sobre mulheres na colonização alemã em Santa Catarina.

A solicitação coincide com o período de realização de doutorado pela professora Joana Maria Pedro. Ela pesquisava então os papéis sociais femininos na cidade de Desterro, entre 1880 e 1920. A tese “Mulheres Honestas e Mulheres Faladas” já apontava os caminhos de pesquisa onde se destacariam os estudos feministas, das relações de gênero e de histórias das mulheres dentro do Núcleo de pesquisa. A tese foi defendida em 1992 na Universidade de São Paulo (USP), sob orientação da professora Maria Odila Leite da Silva Dias. Segundo o relatório anexado ao processo detalhado anteriormente, há também uma ampliação de estrutura para a realização das pesquisas que estavam em andamento naquele período: “Neste

---

<sup>15</sup> O projeto se propunha a investigar a forma como ocorreu a abolição da escravidão em Santa Catarina, analisando as relações entre negros e brancos. Sob coordenação da professora Joana Maria Pedro trabalharam neste projeto a professora Lígia de Oliveira Czesnat, Luís Felipe Falcão, Orivalda de Lima e Silva, Paulino de Jesus Francisco Cardoso e Rosângela de Miranda Cherm.

ano de 1992 o Núcleo teve um sensível incremento em suas atividades, à medida em que recebeu uma nova sala, no corredor do Departamento de História, além de obter, junto à direção do centro, móveis como: mesa de reunião e cadeiras” (PEDRO; SCESNAT, p. 1).

No ano em questão, dois projetos de pesquisa estavam em andamento: “ Memória do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis (SINERGIA)”, encomendado pelo próprio Sindicato dos eletricitários, sob coordenação de Joana Maria Pedro, e “Eles e Elas na Oktoberfest: construção cultural de gênero em uma festa teuto-brasileira”, sob coordenação de Maria Bernardete Ramos Flores<sup>16</sup>. Já em 1993 desenvolvem-se os seguintes projetos<sup>17</sup>: “História da Comissão Pastoral da terra – regional de Santa Catarina”, sob coordenação de Cristina Scheibe, já como professora assistente do Departamento de História, após realização de concurso em 1992; e “Memória Carl Hoepcke”, sob coordenação de Lígia Czesnat. Nestes projetos estiveram envolvidos 11 professores e 11 alunos bolsistas. A multiplicação de projetos e interesses de pesquisa foram determinantes para detectar a necessidade de mudança da categoria de Núcleo, que se configura mais como grupo de pesquisa com interesses em comum, para Laboratório de pesquisa, onde se desenvolvem pesquisas diversas e mais abrangentes, o que, como se alega na introdução do projeto de transformação, implicaria em “ampliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão” (PEDRO, 1993, p. 4).

A divulgação científica e a coleta de fontes de arquivo são fundamentais à produção de conhecimento histórico. Havia uma demanda das instituições tanto por organizar seus arquivos quanto para produzir histórias sobre elas, o que mobilizava pesquisas junto ao Núcleo. Alega-se que o aumento das demandas por pesquisa e mesmo de pessoas envolvidas nelas faz com que a criação do Laboratório se justifique, “no sentido de que se produz conhecimento histórico, criam-se novos objetos de estudo, discute-se, busca-se preservar a memória e divulgar os conhecimentos produzidos” (PEDRO, 1993, p. 7). O objetivo geral, portanto, é “Promover a construção e divulgação do conhecimento histórico, colaborar na

---

<sup>16</sup> Integrantes do projeto SINERGIA: Professores: Joana Maria Pedro, Maria Bernardete Ramos Flores, Cristina Scheibe Wolff, Laura do Nascimento Rótolo de Moraes, Marcos Vinícios de Almeida Saul. Alunos: Eunice Sueli Nodari, Karen Christine Rechia, Miriam Aparecida Tesseroli, Joseane Zimmermann, José Carlos Debus, Roberta Heloisa dos Santos, Miriam Marques de Oliveira, Adriano de Oliveira, Juçara Nair Wolff. No Projeto “Eles & Elas na Oktoberfest” trabalharam: Professoras: Maria Bernardete Ramos Flores, Cristina Scheibe Wolff. Alunas: Lucy C. Osteto, Ivonete Pereira.

<sup>17</sup> Do Projeto “História da Comissão Pastoral da terra – regional de Santa Catarina”, participaram, além da coordenadora Cristina Scheibe, os professores Élio Cantalício Serpa, João Klug e Paulo Pinheiro Machado, e os alunos Marcos Antônio de Souza e Rosilene Maria Alves. Os integrantes do Projeto “Memória Carl Hoepcke”, além da coordenadora Lígia Czesnat, foram o pesquisador convidado Klaus Richter, as professoras Eunice Sueli Nodari, Joana Maria Pedro e Maria Bernardete Ramos Flores e o professor João Klug.



preservação da memória e estimular a pesquisa em História Social de Santa Catarina” (PEDRO, 1993, p.9). Ainda na Introdução do projeto, afirma-se:

O Laboratório de História Social poderá cumprir, com mais facilidades que o Núcleo, o objetivo de contribuir para a história de um passado coletivo, o qual torna-se, a cada dia, uma reivindicação da população em vista da atual generalização da cidadania (PEDRO, 1993, p. 4).

Esta generalização da cidadania muito se devia à Constituição de 1988, que coroava o início da vida da jovem democracia brasileira, nascida da transição democrática que recusou as eleições diretas e elegeu Tancredo Neves via colégio eleitoral, em 1985. A cidadania é um dos fundamentos do estado democrático de direito que constituem a república brasileira, e sua relação com a informação contida em arquivos é bastante auto evidente, já que os documentos são também instrumentos do Estado, utilizados no controle de populações, principalmente no que se refere aos registros de vida, morte, propriedade, casamento e circulação dos indivíduos, social e economicamente. A carteira de identidade, por exemplo, é uma salvaguarda quando se trata de abordagens policiais em periferias, especialmente se os cidadãos são negros ou pardos, e há recomendações para que também carreguem a carteira de trabalho, “provando” que não são “vagabundos” caso venham a passar por abordagem policial. São exemplos que nos dão a dimensão da importância que adquirem os documentos – e por consequência os arquivos – na organização social.

Para indivíduos vivendo na clandestinidade, como ocorria sob o comando militar, os documentos falsos fabricavam alguma segurança, davam, apesar das leis mais duras, uma garantia que lhes possibilitava principalmente o direito à circulação, ainda que sob o medo da vigilância que os poderia revelar, e que poderia estar em qualquer lugar. Vivendo a prisão e os processos judiciais militares, mais registros eram feitos sobre os presos políticos, tornando-se, mais tarde, evidências das violações de direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro durante o período ditatorial, evidências duramente recuperadas, como no processo do projeto Brasil Nunca Mais<sup>18</sup>, pesquisado também pela equipe do LEGH (WOLFF, 2013,

---

<sup>18</sup> O projeto Brasil: Nunca Mais – BNM foi coordenado pelo Reverendo Jaime Wright e Dom Paulo Evaristo Arns, num trabalho compartilhado entre o Conselho Mundial de Igrejas e Arquidiocese de São Paulo nos anos 1980. O projeto reuniu 710 processos do Supremo Tribunal Militar com o objetivo de evitar a sua destruição ao mesmo tempo em que possibilitava sua utilização como prova das violações de direitos humanos ocorridas nos porões da ditadura como prática institucionalizada. Os processos foram fotocopiados durante o decorrer dos processos, com auxílio dos advogados. O BNM se propôs a ser um projeto de conscientização e educação em direitos humanos. Os processos reunidos pelo projeto foram oferecidos à Universidade Estadual de Campinas e recolhidos ao AEL, constituindo-se um dos principais conjuntos do acervo. É possível acessar todos os processos e documentos relacionados no *site* do projeto BNM Digit@l (<http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>).

p. 457). Vale lembrar que a história social ou nova história, seja proveniente da Escola dos *Annales* ou da Escola inglesa – pilares da fundamentação teórica do projeto do Laboratório de História Social<sup>19</sup> - coloca em cena as histórias “dos debaixo”, das populações pobres, trabalhadores, camponeses, operários, cujos registros provinham também do Estado ou das empresas capitalistas.

Com a oficialização do Laboratório de História Social, em 15 de setembro de 1993, adentra-se numa nova fase de desenvolvimento de pesquisas que começa a se voltar cada vez mais para os estudos feministas, das relações de gênero e de histórias das mulheres. Entre 1993 e 2006, foram executados 12 projetos de pesquisa cujos temas orbitavam essas grandes áreas<sup>20</sup>. Destaca-se que, entre 1995 e 2004, a professora Joana Maria Pedro coordenou 8 projetos de pesquisa. O primeiro deles foi o projeto “Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX”. Esta foi uma pesquisa realizada visando participar do concurso para Professora Titular em História Social, realizado em 1993. O título do projeto nos dá pistas dos caminhos de pesquisa da professora, já que o binômio público – privado é fundamental para muitas discussões feministas, especialmente aquelas que versam sobre direitos reprodutivos.

Entre 1995 e 2004, desenvolvem-se cinco projetos versando sobre autonomia e controle do corpo feminino, contracepção e direitos reprodutivos<sup>21</sup>. São pesquisas que podemos considerar bastante audaciosas, dados os conservadorismos brasileiros, especialmente no período em que a ditadura ainda se dissipava dos aparatos do Estado pós Constituição de 1988. Afinal, a cidadania não se exerce onde não há autonomia. Para as mulheres, seja no campo econômico, social ou corporal, a autonomia não se colocaria em lei nem poderia ser vivenciada sem as batalhas que os movimentos de mulheres e feministas travaram para alcançá-la. Coincidem, aliás, a ampliação da cidadania com as lutas feministas que a precederam no Brasil e no mundo. Identificamos, portanto, uma convergência de fatores que possibilitaram a elaboração de pesquisas como essas.

---

<sup>19</sup> A fundamentação teórica se baseia na expansão da história social, mencionando as duas escolas de pensamento, chamando atenção ao caráter interdisciplinar das pesquisas e a demanda por novos objetos.

<sup>20</sup> Iniciados e finalizados no período, considerando os currículos *lattes* das professoras Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff.

<sup>21</sup> **1995 – 1997:** Autonomia e Criminalização: o controle do corpo feminino (1900-1950); **1997 – 1999:** Corpo e Controle: autonomia e controle do corpo feminino (1900-1996); **1999 – 2001:** A medicalização da contracepção: conhecimento e autonomia (1960- 1980); **2001 – 2002:** A contracepção e o movimento de mulheres na França e no Brasil (1960-1979); **2002 – 2004:** Entre a ameaça da "bomba populacional" e os direitos reprodutivos (1960-1995).

Na experiência da professora Joana, segundo seu relato, havia a troca entre a permissão para pesquisa e a organização de algum conjunto arquivístico de interesse. Foi assim no arquivo público do Estado de Santa Catarina, na experiência da pesquisa sobre o SINERGIA e na pesquisa sobre aborto e infanticídio: “As meninas iam pro fórum, também não tava organizado, organizavam e tiravam fotocópias, de todos aqueles processos. E a gente trabalhava com a fotocópia do processo judicial onde alguma mulher estivesse envolvida com aborto e infanticídio” (PEDRO, 2018). Os processos judiciais são fontes bastante utilizadas na história social, pois fornecem séries de casos semelhantes para análise historiográfica, o que permite extrapolar discursos para o contexto social no qual os registros aconteceram.

Sob coordenação da Professora Cristina Scheibe Wolff, no período de existência do Laboratório de História Social, realizaram-se cinco projetos de pesquisa<sup>22</sup>. O primeiro deles deriva de sua pesquisa de doutorado, realizada na reserva extrativista do Alto Juruá, no Acre. Nos meses que habitou a estação de pesquisa localizada na reserva, a pesquisadora entrevistou mulheres e homens da comunidade do Juruá e da cidade de Cruzeiro do Sul, produzindo um acervo de entrevistas. Chama atenção que uma das entrevistadas “guardava em sua casa todo um acervo de um dos jornais da cidade, pois era a filha do editor, mas não pude explorar condignamente o arquivo” (WOLFF, 2016, p. 21). No Fórum de Cruzeiro do Sul, foram fichados processos “nos quais alguma mulher aparecia como vítima, acusada, testemunha ou mesmo citada como motivo para o crime” (WOLFF, 2016, p. 22). Posteriormente, segundo memorial da professora, os fichamentos manuscritos foram digitados por bolsistas numa base de dados, para facilitar a análise.

Venho destacando, ao contar um pouco das histórias de pesquisas e pesquisadoras do antes Núcleo e agora Laboratório de pesquisa, menções à coleta e produção de fontes que remetem aos arquivos consultados para coleta de fontes e aos acervos de pesquisa produzidos a partir da coleta e produção de fontes. O “acervo Acre”, por exemplo, traz vestígios do exercício de pesquisa da professora Cristina Scheibe e suas bolsistas, sendo composto de muitas fotocópias de textos, cópias de alguns processos, fotografias, mapas e relatos de viagem e duas cópias do texto da tese “Mulheres da Floresta: uma história. Alto Juruá (1890-

---

<sup>22</sup> **1998 – 2002:** Relações de gênero e sustentabilidade, ou de como os seringais do alto Juruá sobreviveram à crise da borracha (1912-1942); **2000 – 2003:** Índias pegas a laço”: mulheres indígenas na construção etno-histórica de Santa Catarina. Em busca de memórias e trajetórias; **2002 – 2004:** Relações perigosas: gênero e etnia na construção de um Brasil Mestiço; **2003 – 2006:** Relações de gênero na luta da esquerda armada no Brasil (1968-1973); **2004 – 2006:** O gênero da revolução: relações de gênero na resistência à ditadura militar em Santa Catarina (1964-1985).

1945)”. Em conversa com a professora, ela nos conta que boa parte do material desta pesquisa foi doado ao professor Marcos Fábio Freire Montysuma, colega de departamento que, segundo ela, tinha muitos alunos que pesquisavam a Amazônia. Mesmo assim, o “Acervo Acre” restante no LEGH reúne vários fragmentos desta empreitada que rendeu ainda mais um projeto de pesquisa sobre gênero e sustentabilidade, realizado entre 1998 e 2002.

A partir de 2003, os rumos de pesquisa das professoras Cristina Scheibe e Joana Pedro se aproximam um pouco mais. O último projeto coordenado pela professora Joana, correspondente ao marco temporal do início da existência do LEGH, executado entre 2004 e 2006, foi “Revoluções do Gênero: apropriações e identificações com o feminismo (1964-1985)”. Praticamente no mesmo período, entre 2003 e 2006, a professora Cristina encampa dois projetos: um sobre relações de gênero na esquerda armada no Brasil e outro abrangendo a resistência à ditadura militar em Santa Catarina (ver nota 16). O primeiro foi um projeto de pós-doutorado que, segundo ela, buscava consolidar essa aproximação em um projeto conjunto:

O projeto que elaborei para o Pós-doutorado se intitulava “Relações de gênero na luta da esquerda armada no Brasil (1968-1973)”. Já havia iniciado com as pesquisas para esse projeto no Brasil, em 2003. Desde o início, o projeto já reforçava uma aproximação com a Profa. Joana Maria Pedro, que estudava o feminismo no Brasil no mesmo período, e estávamos pensando já em um projeto conjunto, nos moldes do que se intitulava naquela época para o CNPq um Projeto Integrado de Pesquisa (WOLFF, 2016, p. 43).

É a partir do primeiro projeto efetivamente conjunto entre elas, a professora Roselane Neckel e o professor Marcos Fábio Freire Montysuma: “Feminismos e os movimentos sociais de resistência às ditaduras no Cone Sul: uma história comparativa (1960 - 1980)”, coordenado pela professora Joana Maria Pedro, que o tema dos feminismos, dos movimentos de mulheres e feministas, se entrecruza com as pesquisas sobre relações de gênero nos movimentos de esquerda nas ditaduras do Cone Sul, dando início ao que ficou convencionado como “Projeto Cone Sul”<sup>23</sup>, um grande guarda-chuva de pesquisas que amarram esses temas e multiplicam sub tópicos em seus objetos de estudo.

---

<sup>23</sup> Conjunto dos projetos de pesquisa desenvolvidos no Laboratório envolvendo as temáticas das relações de gênero, movimentos de esquerda e feministas nas ditaduras do Cone Sul entre 2006 e 2014. Os projetos coordenados pela professora Joana Maria Pedro no período foram: **2006 – 2008** Os feminismos e os movimentos sociais de resistência às ditaduras no Cone Sul: uma história comparativa (1960-1980); **2007 – 2009** Feminismos e movimentos de resistência às ditaduras no Cone Sul (1960-1989); **2007 – 2010** Movimento de Mulheres e Feminismos em tempos de ditadura militar no Cone Sul (1964-1989). A professora Cristina Wolff, por sua vez, coordenava os seguintes projetos: **2006 – 2009** Relações de gênero e Luta armada: Brasil, Uruguai e Argentina. (1968-1979); **2006 – 2010** Relações de gênero na luta da esquerda armada: Uma perspectiva comparativa entre os países do Cone Sul (1960-1979); **2009 – 2014** O gênero da

## 2.1 O LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE GÊNERO E HISTÓRIA NA AVENTURA DO CONE SUL

Podemos considerar o ano de 2005 como marco inicial de projetos voltados a estudar as relações de gênero nas resistências às ditaduras do Cone Sul. As viagens de pesquisa possibilitaram às pesquisadoras – professoras e bolsistas – a produção de entrevistas com integrantes de movimentos sociais, de esquerda e feministas, a coleta, via fotocópia ou fotografia digital, de produções culturais – informativos, revistas, jornais, relatórios – destes movimentos, a aquisição de livros, costurando a agenda com eventos onde pudessem reunir a maior quantidade de informações possível de se carregar na bagagem de volta para o Brasil. Foi nessa época que a produção de documentos já sinalizava ao menos uma preocupação em organizar, por exemplo, dissertações e teses produzidas pelo Laboratório. No período de 2004 a 2006 o LEGH se consolida como especializado em estudos feministas e das relações de gênero e passa a existir institucionalmente.

Havia certa discussão a respeito da mudança de nome do Laboratório, se seria benéfica, se não encerraria as pesquisadoras num “gueto” acadêmico, afinal, os embates com os conservadores hoje não ficam para trás dos embates passados com colegas de centro e departamento. “Com relação ao nosso Laboratório (...) eu tinha mais medo da resistência dos colegas, porque trabalhar com gênero era algo considerado apolítico” (PEDRO, 2018). A professora Joana Pedro temia, por este motivo, que pudesse haver um isolamento do grupo com relação aos colegas de departamento. Porém, os estudos feministas e das relações de gênero, as histórias das mulheres, dos movimentos homossexuais e LGBTQ+, sobre sexualidades e subjetividades diversas produzidas dentro e fora do LEGH, através da construção de parcerias dentro e fora da universidade, prosperaram e ganharam considerável notoriedade no campo historiográfico e fora dele. Sobre a nova mudança, o resumo institucional publicado no *site* do Laboratório informa:

Em maio de 2006, o antigo Laboratório de História Social, transformou-se, depois de uma reunião com a maioria dos membros do Laboratório e o contato com os demais, em Laboratório de Estudos de Gênero e História. Esta decisão foi tomada em vista das temáticas de pesquisa que estavam sendo feitas e que em sua maioria focalizavam as relações de gênero. Convém lembrar que este laboratório tem uma trajetória de mudança de nomes, motivadas por mudanças de temáticas. Em 1985, o laboratório chamava-se Núcleo de Informação e Pesquisa da História

---

resistência na luta contra as ditaduras militares no Cone Sul (1964-1989). Entre 2005 e 2008 também foi realizado, sob coordenação da Professora Roselane Neckel, o projeto A Liberação Sexual e as Publicações Feministas (1968-1985).

do Trabalho em Santa Catarina. Em 1993, passou a se chamar Laboratório de História Social, uma vez que os objetos de pesquisas ultrapassavam os limites da “história do trabalho” e se ampliavam para atividades no interior da História Social. Assim, o que fizemos em 2006 foi, mais uma vez, adaptar o nome do Laboratório aos temas que nossas pesquisas, aulas, orientações e publicações focalizam desta vez, o campo dos estudos de gênero (LEGH, 2019).

Entre 2006 e 2007, segundo a professora Cristina Scheibe Wolff, teve início a padronização das entrevistas para contemplar projetos do LEGH que se entrecruzavam. Não podia ser algo “muito fechado”, mas elas buscavam integrar as pesquisas através dos roteiros de entrevistas. Isso dependia de a entrevistada permitir ou não essa abertura, já que cada relato tem sua própria dinâmica. Por isso a importância de as pesquisadoras realizarem as viagens juntas, elas tinham de ser flexíveis e responsivas com relação às entrevistas: “Aprendi muito a fazer as coisas com a Joana” (WOLFF, 2018). Programar e produzir entrevistas junto ao Projeto Mulheres de Luta, durante o mestrado em 2017 e 2018, além de seguir certas premissas em comum, como a de contemplar mais pesquisas numa só entrevista, foi vivenciar esse aprendizado, não só diretamente com a professora Joana Pedro, mas com todas as colegas historiadoras.

As “técnicas de gentileza” funcionam como elos de confiança na realização das entrevistas orais. Nas viagens ao Cone Sul, as pesquisadoras presenteavam entrevistadas com livros e informativos, levavam cartas da Universidade e procuravam estabelecer um diálogo perene com as pessoas, não apenas para atestar seriedade e compromisso enquanto pesquisadoras, mas para estabelecer também uma conexão que permitisse a emergência de lembranças cuja rememoração ajudaria a levantar informações e construir narrativas sobre temas sensíveis e, por vezes, traumáticos. Isso é verdadeiro para grande parte das pesquisas envolvendo mulheres, se não todas, mas ainda mais presente nas narrativas sobre experiências de militância política, prisão, tortura e exílio nas ditaduras. Nem só de dor, obviamente, se dão as vidas das mulheres, mas o conforto para o relato dessas dores dá esteio aos contos menos pesados e mais felizes, não resumindo vidas inteiras pelas eventuais tragédias que as atravessam.

Entre 2006 e 2010 o tripé temático “Gênero, Feminismos e Ditaduras” sustentou diversas pesquisas nos países do Cone Sul. Em maio de 2009, o Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras do Cone Sul teve na UFSC um espaço aberto de discussão entre pesquisadoras/es dedicados a estudar na História recente do Cone Sul as relações de gênero, os feminismos e suas relações com as ditaduras e resistências, propiciando trocas de experiências e trabalhos conjuntos. As viagens agora tinham como destino o Brasil,

permitindo descobertas e aprendizados sobre a temática fundante das pesquisas e do evento. A realização do Colóquio e a publicação do livro “Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul”, materializam em artigos, ensaios e depoimentos o trabalho coletivo de mais de 15 pesquisadoras. O livro está diretamente relacionado aos Projetos “Relações de gênero na luta da esquerda armada: Uma perspectiva comparativa entre os países do Cone Sul (1960-1979)” coordenado pela professora Cristina Scheibe Wolff e “Movimento de Mulheres e Feminismos em tempos de ditadura militar no Cone Sul (1964-1989)” coordenado pela professora Joana Maria Pedro.

No período correspondente aos Projetos foram realizadas pelo menos onze viagens à Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. A primeira viagem à Bolívia aconteceu em dezembro de 2007, período em que o país se via em grande agitação política devido à Nova Constituição elaborada pelo governo recém-eleito de Evo Morales<sup>24</sup>. Joana Pedro e Gabriela Marques, na época graduanda em História e bolsista PIBIC, entrevistaram, em Santa Cruz e La Paz, 16 mulheres envolvidas com feminismo e resistências às ditaduras no país. O clima político e a diferença de altitude mostraram às pesquisadoras perspectivas importantes acerca do contexto boliviano, tanto pela observação que puderam fazer pelas ruas, das manifestações políticas nas cidades quanto do que ouviram das suas entrevistadas com relação aos debates em torno do novo governo e suas relações com passados de militância (PEDRO, WOLFF, 2011. p. 28).

Em agosto de 2008, em mais uma viagem à Bolívia, Joana e Cristina realizaram outras 13 entrevistas. Os contatos foram passados pela militante Dunia Mokrani que,

Além de nos dar uma entrevista, nos passou uma extensa lista de mulheres: feministas, sindicalistas, acadêmicas, militantes de esquerda, com telefones e e-mails (...) também compramos muitos livros, embora não tenhamos encontrado acervos organizados de periódicos e outros documentos que nos permitissem digitalizar (PEDRO; WOLFF, 2001. p.31).

O garimpo de fontes relatado pelas pesquisadoras nos mostra a ausência de centros de memória voltados a salvaguardar tanto documentos oficiais como os produzidos por militantes do período ditatorial boliviano (1964-1982). É uma ausência que se faz sentir, já que os arquivos de grupos em defesa de direitos humanos na América Latina são importantes

---

<sup>24</sup> Juan Evo Morales Ayma foi eleito em dezembro de 2005 e tomou posse como Presidente da Bolívia em 22 de janeiro de 2006. De ascendência Uru-aimará, destacou-se na liderança indígena ainda na década de 1980 e foi líder sindical de agricultores *cocaleros* durante a década de 1990.

para a construção de muitas das histórias produzidas pelo LEGH, como veremos mais adiante.

A primeira visita ao Chile aconteceu em 2007. Na ocasião, além de entrevistarem seis pessoas, as professoras Cristina Scheibe e Joana Pedro pesquisaram e recolheram fontes nos acervos da FLACSO - *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales*<sup>25</sup> e da revista *Isis Internacional*<sup>26</sup>, na capital, Santiago, numa das incursões do Projeto Cone Sul. Em setembro de 2008 uma nova equipe – formada por Joana Maria Pedro, Gabriel Jacomel e Karina Woitowicz – trabalhou na realização de mais 12 entrevistas. Uma das entrevistadas, cujo contato foi fornecido por outra figura importante nas atividades artísticas do feminismo chileno, temática de pesquisa de Gabriel, puxou o fio das narrativas:

Acontece que recentemente tinham feito um documentário com entrevistas de várias mulheres que haviam participado, nos anos oitenta, da formação do feminismo no Chile. “Flora” tinha se negado a participar. Dissera que não participaria de uma “História Oficial” do feminismo chileno. Ao saberem que tínhamos seu testemunho, todas quiseram nos fornecer sua versão dos acontecimentos. Voltamos com 10 novas entrevistas e muitos documentos” (PEDRO; WOLFF, p. 32).

Percebemos na experiência das entrevistas o efeito “bola-de-neve” típico da prática em história oral e mencionado pelas pesquisadoras: “Ao saber que outras colegas feministas ou ex-militantes já haviam sido contatadas e entrevistadas, várias mulheres se dispunham a nos contar sua versão do que havia acontecido” (PEDRO; WOLFF, 2011, p. 23). Isto se deu não apenas no Chile, como no caso citado, mas também no Paraguai, na Bolívia e no Uruguai. As pessoas queriam dividir não só a narrativa contada, mas também os materiais produzidos nas suas atividades militantes, como periódicos, fotografias e livros. O governo de Michele Bachelet<sup>27</sup> e as demandas das mulheres chilenas aparecem como pano de fundo nas anotações dos “cadernos de campo” das pesquisadoras, afinal, a contextualização da pesquisa passam pelas experiências vividas na aproximação com os lugares de onde partem discursos.

---

<sup>25</sup> A FLACSO (<http://www.flacsochile.org/>) foi criada em abril de 1957 na cidade do Rio de Janeiro, na ocasião da Conferência Latino-americana de Ciências Sociais, por iniciativa da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

<sup>26</sup> A Isis Internacional (<https://www.isiswomen.org/>) é uma organização feminista criada em 1974 a partir de um grupo de ativistas de diferentes partes do mundo que passaram a se comunicar sobre as questões que enfrentavam em seus territórios. O Boletim Isis Internacional cumpria um papel comunicador e expandia as redes em defesa dos direitos das mulheres. Alguns números deste Boletim são itens presentes acervo do LEGH.

<sup>27</sup> Michele Bachelet foi eleita em janeiro de 2006 para o primeiro mandato e eleita novamente em dezembro de 2013 para o segundo mandato, findo em março de 2018.



Desses fragmentos vamos aos poucos percebendo como se acumularam as entrevistas do acervo de história oral do LEGH, durante o processo de investigação das origens do feminismo brasileiro e de suas relações com as militâncias contra ditaduras. A consciência de que a “celebração acrítica das narrativas orais de mulheres” (SALVATICI, 2005, p.31) não poderia conduzir o trabalho de pesquisa, fez com que as entrevistas realizadas, além de manterem o espaço de encontro entre mulheres, numa atmosfera específica, considerassem a pluralidade (conceito-chave na história oral de mulheres) e as subjetividades manifestadas. A História Oral como metodologia para a História das Mulheres se difundiu na década de oitenta e, segundo Salvatici, muito se baseia na identificação da memória como “uma forma de *mentalité*”, ou seja, o foco passa do que é dito (sem, porém, desprezar o que é dito), para o modo como as histórias são narradas.

Houve ainda uma última viagem ao Chile no período, quando as pesquisadoras Gabriela Marques e Rosemeri Moreira visitaram arquivos ligados à Igreja Católica - Centro de Documentação do Arcebispo de Santiago e *Vicaria de La Solidariedad* - e à Polícia Feminina de Santiago. Esta viagem ocorreu em 2009 e foi simultânea a outra viagem ao Paraguai, quando as professoras Joana Pedro e Cristina Scheibe, mais as bolsistas Larissa Freitas e Miriam Nascimento, realizaram quatro entrevistas. O mais importante desta viagem, no entanto, segundo as professoras, foi a visita ao *Archivo del terror*. O nome oficial deste arquivo é “*Centro de documentación y archivo para la defensa de los derechos humanos*”, mantido com auxílio da UNESCO pela corte suprema do Paraguai, em Assumpção. Nele está

Uma parte do que constitui o acervo do sistema de informação do governo Stroessner. São milhares de documentos que incluem fichas de pessoas suspeitas ou presas, relatórios de vigilância de casas de suspeitos, relatos de reuniões, transcrição de reuniões de sindicatos, associações estudantis e partidos políticos, depoimentos, listas de pessoas presas, material “subversivo” apreendido e muito mais. Através deste arquivo, embora não se possa saber muito das atividades da polícia e do governo – somente seus interesses – é possível reconstituir o cotidiano dos opositores do regime detalhadamente, minuto a minuto” (PEDRO; WOLFF, 2011, p. 36).

Outra viagem ao Paraguai havia acontecido em fevereiro de 2008, quando as professoras Cristina e Joana colheram dezessete depoimentos no Museu Etnográfico Andres Barbeiro, em Assumpção. Pelos relatos desta e de outras viagens aos que tive acesso, escritos e/ou contados nas entrevistas com as professoras e nas conversas com colegas, é perceptível que a coleção de periódicos neste momento estava sendo produzida de forma mais contingencial. A intenção era coletar fontes para pesquisas variadas, o que tornava particular

cada ocasião de produção de cópias e o resultado da coleta. Já as entrevistas tinham um caráter mais pragmático de execução, o que facilitava o entendimento de que se produzia um acervo de história oral. Os materiais colhidos com entrevistadas/os ou copiados nos arquivos e centros de documentação visitados seguia as atividades corriqueiras da coleta de fontes: “Fotografamos revistas, fizemos fotocópias, compramos livros” (PEDRO, WOLFF, 2011, p.28).

Ainda em março de 2008 foram realizadas duas viagens simultâneas, uma ao Uruguai e outra para a Argentina. Desta aventura participaram a professora Cristina Scheibe, Andrei Martin San Pablo Kotchergenko, Priscila Carbonieri de Sena e Lilian Back. A Professora Cristina e Andrei Martin fizeram entrevistas em Montevidéu, enquanto as pesquisadoras Priscila e Lilian fora a Buenos Aires, e visitaram a Biblioteca Nacional e o CeDinCi - *Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas*, onde a professora Cristina as encontrou por um dia.

Trouxemos 12 entrevistas do Uruguai, muitas fotos de documentos, livros, panfletos e periódicos. Nossa colega Gabriela Sapriza foi muito acolhedora e nos abriu as portas do *Centro de Estudios Interdisciplinarios Latinoamericanos da Universidad de la Republica del Uruguay*. Neste pequeno arquivo, com instalação um tanto precária, há um excepcional acervo de documentos das organizações de esquerda daquele país, incluindo o MLN Tupamaros (PEDRO, WOLFF; 2011, p.29).

Algum tempo antes, em setembro de 2006, a professora Roselane Neckel participou de um evento da AUGM – Associação de Universidades do Grupo Montevidéu, quando entrevistou três mulheres uruguaias e uma argentina identificadas com o feminismo. “Além disso, estive em bibliotecas e arquivos de onde trouxe muito material e fontes de pesquisa” (PEDRO; WOLFF, 2011, p. 30). Outras viagens individuais, das pesquisadoras Ana Maria Veiga, Deusa Maria de Sousa, Mariana Joffily e Lilian Back à Argentina renderam mais entrevistas. Foram realizadas também entrevistas coletivas no LEGH, recebendo pessoas vindas dos países do Cone Sul, principalmente em 2009, por ocasião do Colóquio Internacional Gênero, Feminismo e Ditaduras do Cone Sul.

Além das viagens individuais de pesquisadoras para a Argentina, e da pesquisa coletiva em março de 2008, o país foi visitado em pelo menos outras duas ocasiões pela professora Cristina Scheibe, ao comparecer em outubro de 2006 ao evento *VII Jornadas de Historia de las Mujeres de Córdoba*, onde realizou seis entrevistas; e em novembro de 2007 ao *III Encuentro de Publicaciones Feministas*, onde entrevistou outras quatro pessoas. Na última ocasião, a professora também fotocopiou e digitalizou textos e documentos na

biblioteca do IDES - *Instituto de desarrollo económico y social*. Em 2006 ela visitou outros lugares importantes na Argentina, realizando esta mesma tarefa:

Estive também em Buenos Aires, onde comprei livros, conheci a sede do projeto Memoria Abierta, a Libreria de Mujeres e a Libreria de las Madres, e iniciei a pesquisa no Arquivo do CeDinCi fotografando periódicos feministas e documentos de organizações de esquerda da Argentina e do Uruguai (PEDRO, WOLFF, 2011, p. 24).

Em 2011 é publicado um segundo livro, reunindo 16 textos sob dois grandes temas: “Feminismos em tempos de ditadura” e “Repressão, revolução e cultura”. O capítulo de abertura, anterior aos dois blocos, escrito por Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff, traz relatos de viagens feitas ao Cone Sul e reflexões sobre as bases teóricas e metodológicas do fazer histórico concebido para narrar histórias tão conectadas, quanto distintas. Foi a partir deles e do que elas me contaram em suas entrevistas que reconstruo fragmentos das aventuras de pesquisa no Cone Sul. Os relatos nos ajudarão a relacionar o acervo aos episódios de coleta e produção de fontes, se não de forma direta, pelo menos de forma contextual. Podemos saber em que circunstâncias e como foram realizadas algumas entrevistas, além de ter um panorama geral das principais atividades de pesquisa, como podemos constatar no excerto:

Como os projetos têm propostas de pesquisa, objetivos e metodologia que se entrecruzam, assim como bases geográficas e temporais que coincidem, a equipe de pesquisa tem trabalhado em conjunto nas seguintes atividades: coleta de material de arquivos, através da digitalização de documentos; realização, transcrição e revisão de entrevistas orais; levantamento bibliográfico com a formação de um acervo no Laboratório de estudos de Gênero e História (LEGH) da UFSC; discussão de textos, livros e metodologias; organização e participação em eventos e publicações (PEDRO; WOLFF, 2011, p. 21).

Vimos que estas atividades se repetem em diferentes lugares e circunstâncias, conforme condições específicas, climas e humores variados, e que resultam na produção de documentos sobre os quais as pesquisas se desenvolvem. Das fontes são feitos fichamentos, análises, resumos e por fim textos são escritos com base nessas informações organizadas. Podemos nos debruçar, por exemplo, sobre as diferenças entre fichamentos manuscritos e fichamentos nato digitais, produzidos em editores de texto no ambiente de sistemas computacionais. Não há necessariamente uma padronização uniforme na forma destes documentos, mas como são produzidos com os mesmos fins, acabam por apresentar os mesmos elementos que caracterizam um fichamento: seleção de excertos de textos com paginação para uso na construção do texto de uma pesquisa. Desde pelo menos 2004 algumas perguntas se repetem nos roteiros de entrevistas: onde nasceu, onde estudou, como se deu

sua trajetória de vida, quando se identificou com os feminismos e as ligações com grupos de esquerda, movimento estudantil, partidos, sindicatos etc. Já as padronizações mais diplomáticas, concernentes à apresentação de transcrições, por exemplo, começam a aparecer na consolidação do Projeto Cone Sul, cujo modelo de transcrição de entrevista foi criado entre 2013 e 2014.

Já são reflexos da influência da professora Janine Gomes da Silva, que integrou a equipe de professoras do LEGH após sua entrada no departamento de História, em fevereiro de 2011. Até então, como havia realizado seu mestrado (entre 1995 e 1997) e doutorado (entre 1999-2004) pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, ela já havia participado de muitas atividades realizadas pelo então Laboratório de História Social, e depois pelo LEGH. A professora conheceu, portanto, as pessoas e formas de pesquisar que circulavam pelo LEGH nesses períodos e em eventos dos quais participou, como o próprio Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras do Cone Sul, em 2009. Sua formação abarca os estudos de gênero na construção da historiografia catarinense, como atestam seus textos de dissertação “Tensões, trabalho e sociabilidades: histórias de mulheres em Joinville no século XIX” e da tese “Tempo de lembrar, tempo de esquecer... As vibrações do Centenário e o período da Nacionalização: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville”, que se atém a memórias femininas no processo de nacionalização na cidade de Joinville.

A influência da professora Janine sobre a organização do acervo do LEGH muito se deve a sua experiência como servidora do Arquivo Histórico Municipal de Joinville, onde ingressou em um concurso aberto pela Prefeitura Municipal, em 1994. A vaga de historiadora no arquivo histórico, segundo seu relato, a fez ir “para o outro lado do balcão”, já que o arquivo histórico fornecia, anteriormente, fontes para seus estudos. Seu interesse pelos arquivos e arquivologia se deu pela relação com seu local de trabalho, segundo ela muito “híbrido” na sua construção (o arquivo foi criado em 1972 e acolhe muitos conjuntos pessoais, de famílias de imigrantes, por exemplo, entre documentação administrativa, processos etc.). Ela trabalhava mais no desenvolvimento de pesquisa histórica para exposições e publicações do acervo, ligadas ao ensino de história, e menos na sua manutenção, embora tenha participado de oficinas para aprender a manuseá-lo, tendo higienizado e costurado muitos processos. Os problemas de conservação e preservação no arquivo histórico foram importantes para aprender ações neste campo. A professora também trabalhou com questões relacionadas ao campo do patrimônio, tendo participado da criação

do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE. Essa experiência, aliada às experiências em sala de aula que teve, primeiro no ensino fundamental e médio e depois na própria UNIVILLE, no curso de História, possibilitaram um olhar cuidadoso para o acervo constituído pelo LEGH, anos depois.

Como Professora da UNIVILLE - foi a segunda doutora a ingressar no curso de História - Janine Gomes da Silva coordenou alguns projetos de pesquisa, antes de ser aprovada no concurso da UFSC. Assim como nas entrevistas com Cristina e Joana, perguntei a ela quanto às relações com arquivos enquanto pesquisadora, historiadora. Ela me conta que nas pesquisas do mestrado e doutorado utilizou o acervo do próprio arquivo histórico onde trabalhava, utilizando processos, notícias de jornais, registros civis e outros documentos. Nas pesquisas sobre violência contra mulher<sup>28</sup> - ela também usou o acervo do arquivo histórico, mas afirma que foi bem depois (das primeiras pesquisas) e que teve outras características.

Janine e algumas colegas tinham participação nos movimentos de mulheres em Joinville, que trabalhavam muito com violência doméstica. Ela e uma colega do arquivo histórico apresentaram um projeto na UNIVILLE para pesquisar as mulheres vítimas de violência. Utilizaram documentos da Delegacia de Proteção à Mulher, com a contrapartida de organizarem os documentos, como vimos em exemplos anteriores. Estagiários voluntários e bolsistas auxiliaram nas tarefas, criando um banco de dados. O livro “Gênero e Violência: Diferentes narrativas sobre mulheres em situação de violência em Joinville/SC” tem registros que, segunda a professora, a própria delegacia veio a perder posteriormente.

Em 2010 foi aberto concurso para a uma vaga no quadro de professores do curso de Museologia, que tem participação de professores do curso de História. A vaga era para trabalhar no campo do patrimônio, onde a professora Janine Gomes da Silva possuía experiência. Neste concurso ingressaram a professora Letícia Borges Nedel, cujo trabalho também aborda arquivos e acervos, e a professora Janine Gomes da Silva. Num primeiro momento, a professora Janine ainda se dedicava a dois projetos<sup>29</sup> iniciados na UNIVILLE, dava aulas de História de Santa Catarina e pensava em como contribuir com as pesquisas envolvendo o Cone Sul, já tendo optado por integrar a equipe de professoras do LEGH.

---

<sup>28</sup> **2004 – 2005** Histórias de mulheres em situação de violência - Joinville (1991/2003); **2005 – 2006** Narrativas sobre violência: histórias e memórias de mulheres (Joinville - 1991/2004). Ambos projetos foram financiados pela FAP/UNIVILLE.

<sup>29</sup> **2008 – 2011** Lugares de memória, memórias de lugares...diferentes olhares para o patrimônio cultural de Joinville; **2010 – 2011** A Estrada Mildau e a Festa do Cará: (re) significando memórias e identidades. Ambos Projetos financiados pela FAP/UNIVILLE; **2010 – 2012** Memórias femininas, identidades e patrimônio alimentar: histórias sobre a região de Joinville/SC. Projeto financiado pelo CNPq.

Para ela, a ditadura era um tema novo, e havia necessidade de saber um pouco mais sobre os países do Cone Sul. Janine se debruçou mais a estudar as ditaduras na Argentina, Brasil, Chile e Paraguai, mantendo-se alinhada às viagens que havia acompanhado entre 2011 e 2013. Foi ao Paraguai, à Argentina e ao Chile, segundo ela mais como colaboradora nas coletas de fontes, a princípio, acompanhando a execução de Projetos das professoras Joana Pedro e Cristina Scheibe. No Paraguai, conheceu e se interessou muito pela história do *Archivo del Terror*, em Assumpção. Lá participou do processo de fotocopiar jornais e documentos e digitalizar materiais do arquivo. Foi com base nessa experiência que a professora elabora um primeiro projeto<sup>30</sup> relacionado ao tema das ditaduras do Cone Sul, envolvendo o papel das mulheres. A referida viagem ao Paraguai aconteceu em 2011.

Os anos de 2013 e 2014 marcam a história do acervo do LEGH<sup>31</sup> no que concerne à sua sistematização e organização. Para isso, colaboraram estudantes bolsistas em todos os níveis de formação, mas principalmente as de apoio técnico e iniciação científica. A professora Janine Gomes da Silva também percebia que, além das usuais “bagunças”, a lógica de quem foi “buscar para pesquisa” (SILVA, 2018) predominava na formação dos conjuntos documentais. Tudo o que havia sido coletado era por demanda das pesquisas, feito com aqueles objetivos, sem necessariamente pensar sistematicamente na formação do acervo, embora pelo menos com relação às entrevistas já houvesse uma consciência de que era isso que se constituía ao longo dos trabalhos, e pelo formato e disposição dos documentos, algo mais simples de recuperar, embora não menos trabalhoso. A consequente fragmentação nas coletas se torna um desafio posterior na identificação do acervo, principalmente em se tratando dos periódicos fotografados e salvos em dispositivos para armazenamento de documentos digitais. Isso torna premente, mesmo na “lógica do historiador, do pesquisador” (SILVA, 2018), que a organização das coletas seja mais criteriosa quanto à produção de metadados, relacionando acervos pesquisados e listando documentos copiados, de preferência no momento da coleta.

Neste período, foram realizadas várias atividades de identificação, registro e organização do acervo do LEGH. Em 2013 as professoras e integrantes das atividades de acervo discutem a passagem das entrevistas orais ao repositório da UFSC, depois de uma

---

<sup>30</sup> 2012 – 2016 Espaços de memória. Arquivos e fontes documentais (re) significando as ditaduras militares (Brasil e Paraguai).

<sup>31</sup> Sobre a história do LEGH ver também IRE; SILVA, 2019 e SILVA, 2019.

revisão de documentos produzidos e buscas por áudios em fitas cassete. Na época, a hoje doutoranda Eloísa Rosalen era uma das responsáveis por esse processo:

No passado as entrevistas eram depositadas em um banco de dados *online* chamado *Socrata*. Entretanto, ele apresentou vários problemas como suporte de tais documentos. A partir da possibilidade de um *site* institucional da universidade (Repositório UFSC), passamos a fazer a mudança de arquivo *online*, e que se encontra em andamento. Neste momento, de forma transitória, temos todos os arquivos organizados (trabalho feito em um dos levantamentos) em pastas numa conta do *Dropbox*, e continuamente estou colocando as entrevistas no Repositório UFSC do LEGH (ROSALEN, 2013, p. 5).

Esta conta no aplicativo de armazenamento de documentos *Dropbox* foi produzida por essa leva de bolsistas que passaram pelo LEGH entre 2013 e 2014. Discutiremos o conteúdo dessa parte do acervo digital no terceiro tópico deste capítulo e o detalharemos em Apêndice. Tamy Amorim da Silva, uma das integrantes da equipe<sup>32</sup> desde 2011 – bolsista de iniciação científica entre 2010-2011 e de apoio técnico entre 2013-2014 – trabalhou no processo de passagem dos dados de um software a outro. Antes disso, enquanto bolsista IC, produzia fichamento de textos que ficavam no banco de dados *online* *Socrata*. Tentei acessar a conta no programa com os dados fornecidos pela colega, hoje também doutoranda do PPGH-UFSC, mas o sistema não reconhece mais a conta para o endereço de e-mail fornecido.

Por relatos e relatórios, podemos observar que a organização do acervo do LEGH tem sido um trabalho voluntário de todas/os bolsistas do Laboratório, que aceitam contribuir com parte de sua carga horária de pesquisa nas tarefas relacionadas. As atividades listadas em um relatório da pesquisadora Eloísa Rosalen<sup>33</sup> nos dão uma ideia de como funcionou, à época, o trabalho com o acervo:

Por se tratar de uma bolsa AT-NS (Apoio Técnico Nível Superior) as tarefas da bolsa sem dividiram em dois caminhos que se entrelaçam, colocadas dentro do projeto deste projeto maior. Uma primeira direcionada a pesquisa científica ligada a temática das relações de gênero na vida clandestina dos militantes de esquerda, e a segunda direcionada ao trabalho com o Acervo do LEGH (ROSALEN, 2014. p.1).

<sup>32</sup> Faziam parte deste grupo, segundo informações de Tamy Amorim: Eloísa Rosalen (AT), Gabriela Santeti, Lídia Bristot, Musa Santos (permanência), Heloisa Nunes, e mais três bolsistas de Apoio Técnico – Gustavo Tiengo Pontes, Camila Azevedo, Fernando Damazio, que vieram depois de Tamy Amorim no período 2013-2014.

<sup>33</sup> Eloísa era bolsista AT-NS (Apoio Técnico - Nível Superior/CNPq) pelo Projeto “Vidas Clandestinas: relações de gênero na clandestinidade, um estudo comparativo no Cone Sul sobre apropriações de teorias feministas (1960-2008)”. Agradeço à Eloísa a autorização para utilizar trechos dos seus relatórios de 2013 e 2014 que muito me auxiliaram no “ligar os pontos” entre os arquivos e suas produtoras.

O período em que a reforma das lajes do bloco C do CFH aconteceu<sup>34</sup>, a partir de janeiro de 2014, envolveu essa equipe de bolsistas na mudança dos materiais do LEGH para a ala C do Restaurante Universitário, o que se confirma pelo relato que a colega me fez em 2017 sobre o episódio, que por sua vez também foi mencionado pela Professora Joana Pedro, ao rememorar as salas já ocupadas pelo Laboratório em momentos anteriores. Eloísa havia comentado comigo em meados de 2017, numa conversa informal, que ela e outras bolsistas do mesmo período fizeram a mudança:

No que diz respeito ao Acervo do Laboratório, nestes dois meses que serão mencionados neste relatório, dando continuidade ao que eu já vinha fazendo, as minhas tarefas se concentraram no depósito das entrevistas no Repositório (...) e algumas tarefas mais práticas ligadas à mudança física do Laboratório (ROSALEN, 2014, p. 2).

Com relação às entrevistas, o trabalho das bolsistas incluiu tarefas como realizar orçamentos para digitalização de fitas cassetes, organização parcial das caixas da referida mudança e fabricação de sachês de conservação, propostos pela professora Janine Gomes da Silva. No período anterior, entre 2011 e 2013, elas e demais colegas já vinham trabalhando em revisão de entrevistas (transcrição, áudio, edição) e no cadastro e controle de livros do acervo do LEGH. Neste período havia uma bibliotecária no grupo, também mencionada por colegas e identificada no relatório de Eloísa Rosalen:

As atividades de disposição do laboratório consistiram no registro das listras de presença das reuniões semanais, a organização e levantamento da biblioteca do Laboratório (livros, teses, dissertações, TCC'S, relatórios de estágio, *Nunca Mais*, etc.), organização do espaço físico do Laboratório e auxílio na elaboração de manuais para a transcrição e disposição física (fabricação de sachê de conservação, oficina de armazenamento de jornais, etc.). Tarefas realizadas juntamente com Tamy Amorim da Silva e demais bolsistas, auxiliado pela bibliotecária Beatriz Alvez de Sousa e professora Janine Gomes da Silva (ROSALEN, 2013, p. 5).

Com o auxílio da bibliotecária Beatriz Alves de Sousa, à época orientanda da professora Joana Pedro, foi elaborado o manual de práticas relacionadas ao acervo, cuja cópia, impressa em papel lilás, ainda estava fixada à parede do LEGH quando comecei minha pesquisa. Este grupo também cadastrou os livros em planilha e identificou a coleção com etiquetas que remetiam às duas primeiras letras dos sobrenomes dos autores, seguida de um número correspondente, sequencial. Guardei o manual mais para utilizar na apresentação do

---

<sup>34</sup> A Reforma contou com recursos do REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.



trabalho, como parte da experiência de construção e destruição do arquivo, pois o original pode ser acessado na conta do *Dropbox* registrada pelas bolsistas com todas as listagens e instrumentos de pesquisa criados por elas, podendo ser reimpresso. No entanto, é recomendável uma atualização do conteúdo do manual, dado o crescimento do acervo e das mudanças na dinâmica de funcionamento do Laboratório ocorridas nestes cinco anos.

As pesquisas realizadas pelas equipes do LEGH desde os tempos de núcleo de pesquisa tiveram apoio e financiamento por parte da Fundação Carlos Chagas (FCC), Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento científico e tecnológico (CNPq) através de editais, bolsas de produtividade em pesquisa, iniciação científica e pós-doutorado; Fundação de Apoio à pesquisa científica e tecnológica do Estado de Santa Catarina (FAPESC), através de editais universais, e da hoje infelizmente extinta Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Os financiamentos foram fundamentais para execução de viagens, aquisição de materiais de pesquisa, realização de eventos e viabilização da divulgação do trabalho científico de pelo menos 30 pesquisadoras, considerando todos os projetos mencionados neste tópico.

Enfim chegamos ao que acontece agora, mas que também já começa a escorrer ao passado enquanto o texto se constrói. Observando o trabalho das pessoas envolvidas nas histórias contadas até aqui, nas suas formas de encarar e lidar com fontes e elaboração histórica, identifiquei algumas dúvidas que ficam em aberto para as coordenadoras do LEGH. Se pretendem dar continuidade à racionalização do processo de coleta de fontes, tem de levar em consideração os limites de armazenamento e espaço, tanto físico quanto virtual. Também é necessário pensar nas políticas de aquisição de materiais, seja pela via da doação ou pelos projetos de pesquisa, já que o espaço físico do LEGH não comportará muitas inclusões a mais. E mesmo a coleta de fontes em arquivos, com as fotos digitais tiradas página a página de documentos, principalmente publicações, precisa ser preparada e executada, pensando na posterior recuperação e utilização dessas fontes.

Como mencionei anteriormente, trabalhar como integrante do Projeto Mulheres de Luta foi acompanhar de perto, observar e aprender para poder sugerir soluções que eliminem ou ao menos diminuam o “retrabalho” no tratamento do acervo. Isto me ajudou a pensar essas atividades como produção artesanal de um arquivo de fontes. A equipe do Projeto que trabalhou nas visitas a centros de documentação e arquivos em São Paulo produziu listagens e nomeou pastas de forma correspondente, dando-nos um exemplo de como podemos

organizar as coletas. No entanto, ainda pecamos ao não nomear as imagens registradas e salvas nos dispositivos de armazenamento *online*. Uma ideia interessante para esses conjuntos, principalmente no que se refere às publicações feministas, seria a identificação destas com um breve histórico, período de publicação, principais conteúdos, justificando a inclusão no acervo e cadastrando no sistema.

Seria igualmente interessante verificar se não há cópias das publicações disponíveis *online*. Por exemplo, o periódico *Persona*, publicação feminista argentina, está completa e disponível digitalizada no site do CeDinCi [<http://cedinci.org/>], de onde provavelmente foi copiado, em uma das viagens ao país, já há muito tempo. É preciso considerar que, dado o trabalho coletivo que se demanda ao pensarmos na formação de um acervo de pesquisa voltado à reutilização de fontes produzidas e coletadas, otimizar atividades pode poupar o grupo da sensação de “não estar dando conta” de tudo o que o processo de arquivamento envolve. No caso dos periódicos, uma revisão completa das listas, títulos e números, nesse sentido, se faz necessária, principalmente das fotocópias impressas.

Entre 2017 e 2019 o acervo do LEGH recebeu doações de duas feministas proeminentes e uma doação de fontes coletadas sobre o MMC (Movimento de Mulheres Camponesas) – algo que já acontecia, porém não da forma como registramos nesta ocasião. As doações recentes de fragmentos de acervos pessoais de Anita Pires<sup>35</sup> e Fanny Tabak<sup>36</sup>, levantam questão importante quanto às doações feitas ao LEGH, principalmente por conta as limitações do espaço físico. Se esta for uma ação que será repetida ao longo do tempo, mesmo em pequenas remessas, em breve não haverá mais espaço nos móveis do Laboratório para acomodar livros, pastas e cadernos. O acervo de Anita Pires inclui pastas de clippings e obras acadêmicas antigas sobre direitos e políticas para mulheres. Já a coleção doada por Fani Tabak, neta homônima da pesquisadora Fanny Tabak, foi resgatada do antigo apartamento

---

<sup>35</sup> Anita Pires é catarinense, fez parte da União Catarinense dos Estudantes e foi presa logo no início do golpe militar de 1964. Em 16 de abril foi presa e passou três meses no Hospital da Polícia Militar. Depois disso, passou por muitos episódios de discriminação, por ser vista como subversiva e comunista, e acabou indo embora com a família para Paris quando a hostilidade passou a atingir seus filhos, em 1976. Quando retornou ao Brasil, em 1979, após a anistia, envolveu-se intensamente com a construção do PMDB catarinense, tendo sido duas vezes candidata à deputada e ocupado o cargo de Secretária Adjunta de Planejamento no primeiro governo de Luís Henrique da Silveira.

<sup>36</sup> Fanny Tabak nasceu no Rio de Janeiro, é socióloga e pioneira nos estudos feministas em ciência e tecnologia, e a primeira pesquisadora no Brasil a investigar a participação política e inserção acadêmica das mulheres. Trabalhou neste campo no âmbito da ONU e outras agências de pesquisa, enfocando a integração latino-americana em sua produção. No início da carreira já refletia sobre tecnologia e desenvolvimento, sendo crítica ao modelo tecnologicamente dependente dos EUA e Europa. Foi a primeira mulher no grupo de Pensamento Latino-Americano em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PLACTS), e uma importante teórica de sua primeira geração.

desta última em ocasião posterior ao seu falecimento. A professora Fani Tabak resgatou o conjunto, doando uma parte dele ao LEGH. Ambas as coleções estão detalhadas em apêndice.

Em 2017 doei ao LEGH uma coleção original do Jornal O Pasquim, com 23 volumes contendo 3 anos de publicações. Esta coleção foi reunida por meu tio, Célio Kikuti, e dada de presente à minha mãe, Mirela Maria Vieira, logo que ela se formou no curso de jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina, em 1985. Desde então, ela carrega a coleção consigo e muito folheei e fiz trabalhos de escola com base no que havia nos Pasquim. A partir de um certo momento, passei a cuidar da coleção, antes mesmo de decidir cursar Arquivologia, mantendo-a organizada e limpa. Mesmo assim, ataques de traças e algumas perdas de exemplares soltos não foram evitadas, dadas as muitas mudanças que fizemos. Realizei uma última higienização com trincha antes de entregá-los ao LEGH em 2018, mas creio que o conjunto necessite de um tratamento mais avançado no que concerne aos possíveis fungos presentes em suas páginas, dada a avançada idade do material.

Entre 2010 e 2012 as pesquisas no Cone Sul adentraram uma nova fase. A professora Cristina Scheibe passou a tematizar as emoções<sup>37</sup> relacionadas ao gênero nos discursos militantes. Já a professora Janine Gomes da Silva, passadas as primeiras experiências de viagem e estudos sobre o Cone Sul, propôs e coordenou um projeto relacionado aos acervos como “lugares de memória” (NORA, 1993), numa perspectiva comparativa entre acervos das ditaduras militares no Brasil e no Paraguai<sup>38</sup>. A partir de 2010 a professora Joana Pedro, por sua vez, coordenou três projetos que orbitaram a apropriação de teorias feministas no Cone Sul desde a década de 1960<sup>39</sup>. Vale ressaltar que as professoras do LEGH costumam integrar os projetos umas das outras, contribuindo com a sua execução não apenas naqueles que elas mesmas coordenam, dividindo recursos e fontes entre todos os projetos em andamento, produzindo pesquisas coletivas: “A gente tem um Laboratório muito legal, assim, que fique registrado” (SILVA, 2018).

---

<sup>37</sup> Projetos: **2012 – 2016** Lágrimas como bandeira: Emoções e gênero na retórica da resistência no Cone Sul; **2014 – 2018** Un pedazo de mi alma: gênero e sentimentos na retórica da resistência às ditaduras militares no Cone Sul.

<sup>38</sup> **2012 – 2016** Espaços de memória. Arquivos e fontes documentais (re) significando as ditaduras militares (Brasil e Paraguai).

<sup>39</sup> Três projetos foram coordenados pela professora Joana Pedro nessa fase: **2010 – 2012** Gênero, Feminismo, Mulher e Mulheres: apropriações no Cone Sul (1960-2008); **2010 – 2017** Do feminismo ao gênero - circulação de teorias e apropriações no Cone Sul (1960-2008); **2012 – 2017** Vidas Clandestinas: Relações de gênero na clandestinidade, um estudo comparativo no Cone Sul sobre apropriações de teorias feministas (1960-2008).

Em 2019 a professora Joana Pedro se aposentou como professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina, estando ainda em atividade com o projeto iniciado em 2017: “Os feminismos e as possibilidades democráticas para as mulheres no Cone Sul (1982-2012) ”, onde as relações entre feministas e a política no contexto democrático aparecem como fundamentais ao avanço de pautas feministas e políticas públicas com recorte de gênero. Os projetos atuais da professora Janine Gomes da Silva abordam relações de gênero e memórias sobre o Cone Sul na perspectiva da historiografia francesa<sup>40</sup>, e a professora Cristina Scheibe Wolff coordena três projetos, dois voltados aos estudos sobre emoções e gênero nas ditaduras militares do Cone Sul<sup>41</sup> e o Projeto Mulheres de luta. Como veremos ao longo do trabalho, este projeto possibilitou algumas novas abordagens e ações sobre a coleta de fontes e organização do acervo do LEGH.

## 2.2 ARQUIVO UNIVERSITÁRIO, ARQUIVO CIENTÍFICO E ACERVO ACADÊMICO DE PESQUISA

Para entendermos como se configura o acervo do LEGH de forma holística, procurei proceder com uma análise que aliasse as perspectivas provenientes de minha formação como arquivista àquelas de historiadoras e historiadores a respeito do uso, produção e teorização sobre arquivos, operações com as fontes e o conceito de arquivo em si. Voltei-me para “o arquivo” enquanto objeto para pesquisa histórica e etnográfica e, simultaneamente, procurei pensá-lo enquanto processo dinâmico de acumulação, que se estabelece entre finalidades, intenções e práticas possíveis de sistematização e preservação. Observando o resultado das coletas de fontes para utilização na pesquisa histórica presentes no LEGH, e a produção científica construída a partir dela, procuro contextualizar e descrever seu acervo.

Depois de historicizar personagens e ações envolvidas na produção deste acervo, sobre as quais discorremos no primeiro tópico, parto para uma discussão sobre arquivo científico e arquivo universitário – considerando a legislação e procedimentos de gestão arquivística estabelecidos para as instituições federais de ensino – a concepção de acervos pessoais de cientistas e de acervos acadêmicos de pesquisa, destacando-se suas

---

<sup>40</sup> **2016** – **Atual** Gênero, memórias das ditaduras civis-militares e historiografia francesa sobre o Cone Sul (Brasil, Paraguai, Chile e Argentina); **2016** – **Atual** Relações de gênero e memórias das ditaduras civis-militares: perspectivas da historiografia francesa sobre o Cone Sul (Brasil, Paraguai, Chile e Argentina).

<sup>41</sup> **2016** – **Atual** Políticas da emoção e do gênero na resistência às ditaduras militares no Cone Sul; **2018** – **Atual** Mulheres na política em tempos de ditadura: Gênero, Feminismos e Emoções (Cone Sul 1970-1989).

especificidades e mostrando como as definições conversam com o que acontece no acervo do LEGH. Utilizo interações e fricções entre arquivistas, profissionais da história, antropologia e de outras áreas das humanidades no campo teórico para tentar compreender de forma mais abrangente as práticas de arquivo nas universidades e a formação de acervos acadêmicos de pesquisa, que podem ser identificados também como arquivos permanentes (BELLOTTO, 2006). Em nosso caso, isto se deve ao fato de que o acervo do LEGH é produto direto das atividades profissionais de cientistas, neste caso, historiadoras, dentro de uma instituição pública. No tópico seguinte, apresento a identificação do acervo do LEGH, partindo do diagnóstico realizado no início de 2018. Descrevo as principais coleções e séries, propondo um esboço de quadro de arranjo (APÊNDICE B). Ao longo do diagnóstico discuto sistematizações e apresento sugestões para organização, catalogação e preservação dos documentos.

A palavra “acervo” é um substantivo de origem latina que significa fundamentalmente acumulação, conjunto, reunião, geralmente mais associado ao estatuto de coleção. O Acervo do LEGH passou a ser assim considerado quando alguns dos conjuntos documentais acumulados foram reconhecidos por seu valor histórico, além dos valores probatório e informativo. Esta terminologia de valoração dos documentos, embora limitada, nos é útil para analisar os conjuntos sob uma ótica mais legalista, devido ao enquadramento da documentação na legislação arquivística nacional. O valor probatório se aplica porque para cumprir com as exigências dos editais de financiamento à pesquisa é importante que se preservem materiais coletados e produzidos no decorrer da execução das pesquisas. Eles são provas das ações organizativas de fontes teóricas e metodológicas e resguardam trabalhos realizados na execução dos projetos, como eventos, produções textuais, relatórios, planilhas, etc. Cumprida essa função pelos documentos, avalia-se a necessidade e/ou vontade em se preservar uma parte deles, avaliando seus valores informativo e histórico. Este seria o procedimento adequado ao arquivo permanente, que então pode ou não ser incorporado como acervo, mas é preciso pontuar que, na definição mais clássica de arquivo permanente, este corresponde aos conjuntos de documentos produzidos para guarda permanente, nascidos permanentes.

No caso do LEGH, as atividades das pesquisadoras no cumprimento de suas funções resultam na constituição de acervos, não apenas um acervo arquivístico, mas um híbrido de acervo bibliográfico e arquivístico, pois as atividades de pesquisa incluem a aquisição de livros e periódicos, e por si produzem muitas monografias, mas também produzem

documentos “administrativos”, como certificados, autorizações e relatórios. Levando em conta questões levantadas pela banca de qualificação desta dissertação sobre a categorização do acervo do LEGH enquanto arquivo ou biblioteca, observamos que a fronteira tênue entre biblioteca e arquivo que observamos nas atividades de organização do acervo do LEGH se dão pela demanda das usuárias/os do Laboratório. Não foram utilizados sistemas de gestão arquivística de documentos nem software de biblioteca antes de nossa incursão com o BibLivre, que tem se mostrado viável e útil tanto para a catalogação do acervo bibliográfico como para o controle de empréstimos, embora ainda estejamos em falta com a disposição física apropriada do acervo nas estantes disponíveis.

Numa discussão mais abrangente sobre confusões nas fronteiras entre arquivos e bibliotecas, o arquivista italiano Elio Lodolini as discute historicamente e levanta questões relativas a mudanças na legislação italiana de arquivos que foram operando resoluções, e por vezes confusões, nos arquivos e bibliotecas públicas italianos ao longo do tempo. Muitas decisões contidas em decretos acabavam por fragmentar séries arquivísticas cujo tratamento colecionista, temático, destituía séries organicamente constituídas, principalmente no que diz respeito à documentação administrativa, notarial. Para Lodolini, assim como para muitos arquivistas, há oposição entre o caráter da biblioteca e do arquivo, que seriam “realidades antitéticas”:

O arquivo é um complexo orgânico de documentos produzidos como consequência de uma atividade prática, administrativa, jurídica. Ele nasce “involuntariamente” como resultado de tal atividade. Não é possível constituir voluntariamente um arquivo. Por sua vez, o documento, considerado unitariamente, não dispõe de autonomia e tem pouco valor, no entanto possui um valor máximo quando faz parte de um contexto, como o elo de uma corrente. O arquivo é um conjunto orgânico e, desde a sua origem, é o oposto de uma coleção, de uma coletânea. A biblioteca, ao contrário, é um acervo de livros ou de outros textos, cada um dos quais foi criado voluntariamente pelo autor, sendo completo em si mesmo e que foi inserido na biblioteca por vontade e escolha do bibliotecário ou do órgão ao qual a biblioteca pertence (LODOLINI, 2013, p. 146).

Em nossa experiência, a consequência das “atividades práticas” de pesquisa em que estamos envolvidas é a formação deste acervo e a sua utilização. Em nenhum momento pude pensar o acervo do LEGH como algo que incluísse apenas o que foi “coleccionado”, pois, além de a coleta de fontes ter características determinadas pela atividade profissional das historiadoras/es, sendo mais complexa do que um simples ato de colecionar, o que observo é como seu produto forma um *corpus* completo, que inclui sempre documentos criados ou adquiridos voluntariamente, com uma finalidade que pode ser prática, jurídica ou administrativa a depender do que se demanda dos documentos, mesmo dos livros. Temos um

arquivo ou fundo que se constitui “organicamente” pela realização de pesquisas históricas, permitindo, a partir dele, a sistematização de acervos e coleções. Os livros que agora compõem o acervo bibliográfico, por exemplo, são usados como referência pelas pesquisadoras, adicionados ao conjunto antes e como resultado desses trabalhos. Por esse motivo, acompanham as temáticas que já foram desenvolvidas em pesquisas, formando uma pequena biblioteca, é verdade, mas que não deixa de ser também produto deste arquivo “orgânico”, um tanto contingencial, um tanto sistematizado, mas sempre resultado de atividades práticas do Laboratório, no cumprimento de suas funções existindo, portanto, enquanto arquivo, de maneiras diversas.

Essa organicidade para a qual apelamos enquanto arquivistas está atrelada ao princípio de proveniência e da ordem original de produção dos documentos, “em uma relação contextual, orgânica e natural com sua entidade produtora e com os atos de sua produção” (COOK, 2017, p. 9), que nos remete principalmente à contextualização, àquilo que permite entender que funções cumprem e que atividades registram os documentos, analisando também forma e conteúdo, mas não tanto os discursos utilizados na sua construção, como nos proporia uma mirada mais etnográfica, e mesmo foucaultiana, sobre o assunto. O que proponho para pensar arquivos – com suporte da teoria arquivística e das teorias do arquivo, no singular – é justamente aliar recursos epistemológicos multidisciplinares que estejam pensando sua teorização e experiência prática, que desafia aventuras prescritivas. É o que podemos observar nestes anos de discussões a que nos remetem as principais referências mencionadas neste texto.

Uma das questões mais “polêmicas” entre arquivistas e historiadores/as se desdobra sobre a afirmação dos primeiros de que os documentos arquivísticos não são e não devem ser produzidos em função da pesquisa histórica, mas sim por conta das demandas que exigem a produção e guarda de documentos por seu “valor probatório” e “valor informativo”. O valor histórico, portanto, não seria pensado em função do que supostamente esperaríamos ou desejariamos historiadores – pela relação destes com os arquivos desde a “virada arquivística” de Leopold Von Ranke (ESKILDSEN; KASPER, 2008) e pela constituição de muitos arquivos históricos – mas em função do que os produtores de documentos, sejam empresas, governos ou indivíduos, estabelecem como “valor histórico”, caracterizando a necessidade de ação para guarda permanente. Em contrapartida, a pesquisa histórica corretamente questiona a noção de “valor histórico” dos documentos estabelecida por arquivistas, já que a

definição deste valor é cercada de decisões subjetivas, com um apelo bastante genérico à memória e à preservação histórica sempre presentes nos discursos.

A relação entre a disciplina de História e a Arquivística modernas foi e é bastante próxima, concorrente e complementar, não à toa as formações e práticas profissionais dialogam e se entrecruzam. A arquivística tem como crescente foco a gestão dos volumes cada vez maiores de documentos, principalmente aqueles produzidos pelo Estado moderno – o estado-nação - fazendo dos arquivos o seu objeto de prática, método e teorização; a História os estabeleceu, numa “virada arquivística moderna”<sup>42</sup>, como seu campo de trabalho, fonte de verificação documental, com seus “monumentae” a definir uma “nova história erudita” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2004, p. 55), e as consequentes críticas dos variados usos dessas fontes. Francis X. Blouin Jr e William G. Rosenberg (2007), respectivamente um arquivista e um historiador, abordam o distanciamento que arquivistas tomaram de historiadores no desenvolvimento de sua própria disciplina, voltando-se à gestão dos crescentes volumes de arquivos modernos. Na coletânea de ensaios resultantes dos debates realizados durante o *Sawyer Seminar: “Archives, documentation and institutions of social memory”*, organizado pelos autores, parte-se de uma concepção de arquivos como artefatos de cultura, não simplesmente como repositórios históricos, mas como um complexo de estruturas, processos e epistemologias.

A experiência do seminário teve como consequência a continuidade do trabalho cooperativo entre Blouin Jr. e Rosenberg, o que resultou na coletânea de artigos alternados entre eles no livro “*Processing the past: contesting authority in history and the archives*”. Eles discutem o que chamam de “*archival divide*”, um processo de separação entre arquivistas e historiadores provocado por novas discussões conceituais sobre arquivos e história, mudanças na noção de autoridade histórica e na prática arquivística e das novas tecnologias de informação. O livro convida a refletir sobre como as práticas arquivísticas de classificação, avaliação e descrição afetam de forma contingente e problemática o trabalho de historiadores, que em contrapartida precisam compreender os desafios inerentes ao processo de gestão e preservação de documentos tradicionais e digitais enfrentados por arquivistas.

Propomos uma reelaboração desse argumento, pensando em documentos forjados pelos/para os historiadores nas últimas décadas, a partir dos quais eles passaram a trabalhar. Esta é a principal reflexão proposta neste artigo,

---

<sup>42</sup> O “*archival turn*” do princípio da disciplina histórica moderna, com a história metódica de Leopold Von Ranke e sua relação fervorosa com os arquivos. Este tópico é discutido em número especial da revista *History of the Human Sciences* (HUISTRA; PAUL; TOLLEBEEK, 2013).



que se torna pertinente diante das práticas atuais de núcleos acadêmicos de pesquisa, especialmente na área da História e das demais Ciências Humanas, que acumulam e por vezes produzem (para si) seu próprio material de trabalho. Além de suprir as necessidades de seus membros (em sucessivas gerações dentro do ciclo acadêmico), a documentação produzida também pode ser disponibilizada para a comunidade universitária, assim como para outros interessados nas temáticas abordadas (VEIGA, 2014, p. 71)

Quando nos voltamos ao arquivo universitário, é preciso considerar as vinculações administrativas e legais que tornam possível caracterizar o acervo do LEGH também como arquivo permanente. Por ser um conjunto acumulado no decorrer de atividades de ensino, pesquisa e extensão de uma Universidade Federal, aplica-se sobre o conjunto toda a legislação que regula a gestão de arquivos no Brasil, destacando-se a Lei de Arquivos (8.159/1991), suas regulamentações e as resoluções internas concernentes à gestão documental nas Instituições Federais de Ensino e na Universidade em particular, certificadas pelo CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos) e orientadas pela Coordenadoria do Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina.

O estudo da gestão dos arquivos universitários (VENÂNCIO; NASCIMENTO, 2015), dos arquivos e acervos científicos (MELLO e SILVA; BARBOZA, 2012 e OLIVEIRA, MELLO e SILVA, 2012) e acervos acadêmicos de pesquisa evidenciam cruzamentos entre estas categorizações. A relação entre o trabalho de pesquisa e as Universidades, praticamente intrínseco no Brasil, faz com que a grande massa de arquivos científicos se concentre nas Instituições Federais de ensino, já que é nelas que estão os maiores e mais qualificados centros de pesquisa científica do país. Acervos acadêmicos, portanto, são arquivos científicos e universitários ao mesmo tempo. O desafio que se coloca não é tanto a salvaguarda dos arquivos, embora este seja um aspecto fundamental, mas a sua utilização. Se pensamos em arquivos científicos, em acervos acadêmicos de pesquisa, é porque pensamos na difusão da ciência que produzimos, e na conseqüente multiplicação de interesses e desdobramentos que ela pode produzir.

Na UFSC, as normativas sobre a gestão documental universitária orientam a destinação e recolhimento de documentos administrativos para guarda permanente pelo arquivo central, sob coordenação da comissão permanente de avaliação. No entanto, a avaliação e eliminação/guarda de documentos, principalmente aqueles concernentes às atividades de pesquisa e extensão da Universidade, sofre de uma certa nebulosidade no que concerne à destinação de conjuntos específicos, como os produzidos pelos Núcleos e Laboratórios na execução das pesquisas, não apenas nos seus trâmites comprobatórios,

considerando, ainda, que o produto de uma pesquisa é o que há de mais comprobatório da sua execução. Lembramos que a dispersão dos documentos em diferentes locais de armazenamento é um fenômeno comum, o que não os descaracteriza como parte de um mesmo arquivo. A produção do documento tem uma relação funcional com o fundo do qual faz parte, ela é uma demanda necessária à execução de uma atividade específica, neste caso a atividade de pesquisa.

No código de classificação e tabela de temporalidade – instrumentos técnicos criados para gestão de documentos das Instituições Federais de Ensino – conforme seus objetivos, não há qualquer especificidade com relação aos tipos documentais produzidos nas pesquisas em ciências humanas, por exemplo. As classes 200 e 300 da Tabela de Temporalidade das IFES – atividades-fim – contemplam os documentos produzidos pelas atividades de pesquisa e extensão, respectivamente. Os instrumentos de classificação utilizados pela arquivística são criados para orientar a destinação dos documentos ao arquivo permanente ou ao descarte/eliminação. Seu uso é bastante pragmático e voltando aos trâmites administrativos de projetos de pesquisa, não desdobrando nenhuma das séries documentais propostas dentro da classe 200 – Pesquisa<sup>43</sup>.

Se os resultados de pesquisa incluem trabalhos de conclusão, relatórios e demais produtos, que podem variar muito conforme a área onde se desenvolvem estudos, seria interessante criar algum tipo de orientação para gestão de arquivos científicos como acervos de pesquisa dos núcleos e laboratórios em Universidades e Instituições públicas de pesquisa. Que a sua salvaguarda pode ser abarcada pela lei, quanto a isso não resta dúvida, o que fica em aberto é como criar políticas de preservação e difusão desses acervos? Como auxiliá-los na preservação dos documentos e transformá-los em veículo de memória científica e produção intelectual e acadêmica, ultrapassando deste modo a mera prescrição legal? Como fazê-los circular aquilo que registram e que, afinal, é o que nos interessa neste processo todo?

Isso nos remete ao funcionamento administrativo dos núcleos e laboratórios de pesquisa na Universidade. Os programas de pós-graduação se organizam por linhas de pesquisa que se reúnem nestes locais, podendo entrecruzarem-se. Como vimos na descrição das atividades do LEGH, neles as professoras/es desenvolvem projetos de pesquisa que recebem financiamento e/ou apoio da própria Universidade e/ou das agências de fomento à

---

<sup>43</sup> Estes instrumentos de gestão de documentos são disponibilizados pelo Arquivo Nacional no endereço [<http://siga.arquivonacional.gov.br/index.php/legislacao-e-normas/legislacao-decretos/31-gestao-de-documentos/resultado-das-atividades-de-gestao-documental/159-codigos-de-classificacao-e-tabelas-de-temporalidade-destinacao-de-documentos>]

pesquisa<sup>44</sup>, um financiamento que, no geral, é voltado a custear bolsas de pesquisa, equipamentos, como computadores, impressoras, projetores, câmaras; móveis, livros e custeio para eventos, dentre outros proventos que dependem da forma como os editais abertos definem a distribuição do dinheiro disponível para a execução de pesquisas e eventos científicos.

Por ser um processo dinâmico, implica numa acumulação orgânica que, de maneira geral, não consegue considerar todas as implicações legais e administrativas relacionadas aos documentos, tanto por questões culturais quanto por limitações técnicas efetivas, como a falta de espaço, móveis e material de acondicionamento adequado aos documentos, bem como a falta de orientação no trato dos documentos digitais, já que há também uma produção que supera a capacidade de racionalização, exigindo que “alguém” analise e organize esse processo. Parte da documentação relativa aos projetos desenvolvidos geralmente permanece um tanto desvinculada dos núcleos e laboratórios de pesquisa e carregam características de acervos pessoais, pois se relacionam com o desenvolver de cada pesquisa e habitam salas e quartos de casa, além dos espaços de trabalho na Universidade.

A problemática do espaço e acomodação acaba por influenciar diretamente no que pode ou não ser acondicionado e preservado de maneira tecnicamente adequada do ponto de vista da preservação dos documentos. O desafio de produção do acervo se estende ao desafio de sua conservação nas condições que existem efetivamente. Não é possível trabalhar no campo do ideal, então buscamos lidar com o campo do real e utilizá-lo a nosso favor o máximo possível. Não podemos ter um controle constante de temperatura nem temos espaço adequado para acondicionar jornais, por exemplo. Isso implica em priorizar ações básicas como manter limpo o laboratório para evitar que insetos se proliferem, trocar materiais de acondicionamento que tenham perdido sua eficácia, como as caixas-arquivo de papelão e embalagens plásticas, produzir cópias digitais em pelo menos dois locais diferentes e por fim proceder com avaliação e seleção do que é imprescindível que permaneça ali guardado, pensando ainda num sistema de acesso para pesquisas. Partindo dessas reflexões é que destaquei, num primeiro momento, as coleções bibliográficas, de periódicos e de entrevistas como conjuntos a serem discutidos na elaboração da pesquisa, pois são os materiais menos sensíveis no manuseio e mais inteligíveis na forma em que estão organizados.

---

<sup>44</sup> Principalmente Capes, CNPq e FAPESC.

Destaca-se que, desde a escrita do projeto do Núcleo de Informação e Pesquisa de História do Trabalho em Santa Catarina, há uma preocupação sempre presente com a produção e preservação de acervos. Um dos motivos, naquele momento, era a escassez de fontes para a História do Trabalho, como fica demonstrado em um dos excertos da justificativa do projeto:

É fato conhecido a dificuldade do pesquisador de História do Trabalho em obter informações sobre arquivos oficiais, particulares, bibliografias, enfim em localizar o material necessário para a realização de seu estudo. Através do núcleo, o pesquisador obterá essas informações (CZESNAT; PEDRO, 1985, p. 3).

O núcleo já imaginava, portanto, que seus procedimentos de pesquisa resultariam na formação de um acervo, pois, além de a metodologia da História Oral já aparecer como uma das ferramentas de pesquisa para o grupo, prevendo, portanto, o acúmulo de entrevistas, a preocupação com a disponibilidade de fontes e principalmente com um acesso menos dificultoso às informações. Pensando na pesquisa em arquivos públicos e privados com acesso público, uma ideia que poderia reverberar ainda hoje é a proposta seguinte:

Para operacionalizar a busca e localização dos documentos, deseja-se ter em mãos a indexação de arquivos públicos e particulares, a fim de que os pesquisadores, através da consulta a esta indexação, possam localizar com facilidade os documentos que lhes interessem e ir diretamente às fontes (CZESNAT; PEDRO, 1985, p. 3).

Não creio que esta indexação tenha chegado a acontecer e, se chegou, seu produto não alcançou nossos tempos de ação. Porém, um catálogo de arquivos e centros de documentação especializados ou não nas temáticas estudadas no Laboratório seria viável e certamente deveras aproveitável para as pesquisas.

O incentivo à preservação da **memória histórica** é também um dos objetivos do Núcleo de informação e pesquisa da História do Trabalho em Santa Catarina, para tanto, buscar-se-á conscientização da importância do documento e quando necessário encaminhar-se-á para arquivos oficiais a documentação que estiver sob risco de perder-se (CZESNAT; PEDRO, 1985, p. 3).

Não encontrei nenhum registro a respeito desse tipo de doação, ficando a impressão de que, embora houvesse o desejo de se proceder com essa tarefa, ela acabou ficando para trás, pelas mudanças nas condições de trabalho ou mesmo por uma decisão pragmática. Seja como for, a Metodologia e Programa de trabalho propostos no projeto incluem atividades como indexação, catalogação, preservação da memória histórica, produção de documentos através das técnicas de História Oral, produção de bancos de dados, democratização da informação, formação de acervo bibliográfico, realização de fóruns de debates e a produção

de relatórios semestrais, bem documentadas e registradas no conjunto do acervo. Nota-se que a preocupação com os documentos contempla desde a fase da produção e coleta de fontes até a difusão das pesquisas.

### 2.3 ONDE ESTÁ O QUÊ? IDENTIFICANDO O ACERVO LEGH

Busquei exercitar constantemente a objetividade da empiria ao trabalhar com os materiais produzidos pelo LEGH, enquanto procurava também observar relações com as discussões teóricas e metodológicas em torno dos arquivos e do conceito de arquivo. O funcionamento de um Núcleo de pesquisa ou Laboratório diverge do sentido clássico administrativo que se confere às análises arquivísticas em instituições públicas; o limiar entre o que pode ser entendido como atividades meio e fim – definições a meu ver já por si problemáticas – é embaralhado e incerto. Não nos permite uma visualização apropriada do funcionamento do campo de pesquisa histórica e nos engessa desconfortavelmente num formato pré-estabelecido. Este acervo acadêmico de pesquisa, conforme identificamos, mais funciona de forma dinâmica, e estando bastante próximo a mim, pediu um equilíbrio certo entre sensibilidade observante, descrição objetiva e análise epistemológica em meio a profusões conceituais, que procuro de certa forma organizar e apresentar nesse trabalho.

Meu objetivo, além de ter mais segurança ao trabalhar com o acervo em termos práticos, era demonstrar, numa exploração deste, que faz sentido pensa-lo simultaneamente como acervo acadêmico de pesquisa, arquivo universitário e arquivo feminista, criando instrumentos de organização arquivística que me serviram como emergências descritivas e como exemplos do detalhamento que o trabalho de arquivos exige sem, no entanto, buscar fazê-lo por completo, já que este é um trabalho que exige atenção continuada, se a intenção é disponibilizar o acervo para pesquisa e continuar integrando itens a ele. Mesmo para “apenas organizá-lo”, o processo de classificação, descrição e tratamento arquivístico no geral não tem fim, pois presume-se que as atividades continuam e, portanto, itens continuam sendo adicionados ou eliminados. Para tornar possível uma sistematização, um acervo sempre exige investimento, tempo e rigor. O diagnóstico, as listagens, inventários, catálogos ou outros instrumentos que se constroem, é importante ressaltar, jamais serão suficientes por si mesmos, sendo necessário atualizá-los periodicamente.

Em janeiro de 2018, numa primeira inserção de ordem mais prática e abrangente no acervo, comecei a movimentar os materiais de modo que me permitisse analisar todos os

conjuntos de documentos guardados naquela sala de pouco mais de 10m<sup>2</sup>. As quatro paredes da sala do Laboratório são contornadas internamente por três grandes armários, três balcões baixos de duas portas, todos em madeira, quatro prateleiras de metal e quatro estações de trabalho. Estas últimas são dispostas em quatro mesas que formam um L no canto direito da sala, logo em frente à porta de entrada e à direita desta. Nas paredes acima das mesas, espalham-se *banners* e cartazes de pesquisa, eventos, e ativismos feministas/acadêmicos. No centro da sala, a mesa de reuniões é rodeada de cadeiras variadas. Três ou quatro outras pilhas de cadeiras escolares se distribuem ou se empilham em cantos estratégicos a depender da ocasião.

Nos quatro computadores locais, pesquisadoras se revezam no cumprimento das suas tarefas durante os semestres letivos, o que tornava importante, naquele momento, realizar essa etapa do trabalho sem a presença das colegas no ambiente, por isso a opção pelo mês de janeiro, durante o período de férias. Inicialmente, criei maneiras de poder melhor circular e “revirar” o Laboratório, mudando algumas coisas de lugar enquanto ia lentamente identificando os conjuntos. Com o início do novo semestre, procurei não interferir espacial e fisicamente em demasiado nas rotinas, que consistiam na catalogação dos livros, proposta no início do semestre letivo em março de 2018, sistematização das entrevistas, dentre as atividades corriqueiras de pesquisa. A catalogação visava a acomodar a demanda de cadastro dos novos livros que estavam sendo adquiridos com os recursos do Projeto Mulheres de Luta desde 2017, além da coleção já existente.

Identifiquei sumariamente todos os conjuntos documentais da sala do LEGH. Procurei listar e relacionar, quando possível, aos conjuntos de fotocópias que haviam sido digitalizados e outros documentos fotografados ou digitalizados salvos nos arquivos em aplicativo de nuvem – *DropBox* – e a projetos de pesquisa específicos, utilizando-me dos currículos *lattes* das coordenadoras Joana Maria Pedro, Cristina Scheibe Wolff, Janine Gomes da Silva e Roselane Neckel para auxiliar na tarefa, como um guia pela linha do tempo cronológico, ainda que não fosse meu objetivo segui-la durante o texto. Também conferi os computadores para verificar a correspondência entre materiais salvos nos *HD's* do Laboratório e arquivos salvos em nuvem – com os suportes em papel. Reuni todos os instrumentos de catalogação que encontrei em uma única pasta deste arquivo em nuvem, nomeando-a.

Na ocasião do diagnóstico arquivístico, que apresentarei a seguir e que está detalhado em apêndice, reacomodei os materiais eletrônicos – uma CPU, dois monitores e

uma caixa com teclados e mouses - que aguardam baixa no patrimônio da Universidade, colocando a CPU e os monitores para cima de um dos grandes armários, o de duas portas, terceiro à esquerda de quem entra no Laboratório; e a caixa foi colocada em cima da última prateleira da estante de metal, localizada no canto à diagonal esquerda da porta de entrada, junto às janelas. As caixas arquivo de papelão, que antes habitavam as prateleiras inferiores das estantes de metal antigas, passaram temporariamente para cima do armário de 12 portas. Posicionei-as de forma que os documentos não deslizassem e amassem novamente. É algo que acontece quando não preenchemos o volume da caixa arquivo e a deixamos na posição vertical, os documentos escorregam e amassam, formando “barrigas” entre as margens.

Retirei as caixas-arquivo de papelão que havia em cima do armário de 12 portas – cada uma com duas prateleiras no interior. Nele armazenei os apetrechos de consumo de café e lanches e os materiais de limpeza, além de tudo aquilo que estava em movimento no Laboratório, livros adquiridos pelo Projeto Mulheres de Luta e outros conjuntos que necessitavam ser identificados. Por sobre o armário coloquei os *banners* e pôsteres que estavam numa das estantes inferiores da prateleira de metal mais antiga. Com a chegada das novas estantes de metal para os livros, compradas com recursos da FAPEU (Fundação de Amparo à pesquisa e extensão universitária) para a III Jornadas do LEGH<sup>45</sup>, todos os livros que estavam dentro deste móvel foram transferidos para as estantes de metal, mais apropriadas para a melhor preservação do suporte em papel. A coleção identificada como “LG” se distribuía antes no interior das pequenas portas. Essa mudança parece ter ajudado na dinamização dos trabalhos, além de ter favorecido livros que antes habitavam esse armário.

A organização dos materiais depois dessa primeira intervenção ficou registrada como uma primeira anotação geral de meu objeto de pesquisa, no que concerne aos suportes, espécies documentais e formatos em geral, bem como observar assuntos e temas frequentes<sup>46</sup>. Fui descrevendo o que encontrei, em que localização e que intervenções pude realizar imediatamente no intuito de reunir conjuntos – como o “Acervo Acre” ou o conjunto de fitas cassete – a depender também de como estavam organizados. A distribuição dos materiais foi

---

<sup>45</sup> Evento organizado e realizado pela equipe do Laboratório em março de 2018, cujo planejamento iniciou a partir de dezembro de 2017 e incluiu reuniões, orçamentos, reservas de espaço físico, contato com pesquisadoras, leitura e organização de anais e textos completos, resultando na edição dos anais eletrônicos, disponível aqui: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188285>.

<sup>46</sup> Espécies documentais, segundo o dicionário brasileiro de terminologia arquivística, constituem uma reunião de tipos documentais pelo formato, constituindo um gênero documental quando reunidas.

feita levando em consideração frequência de uso, peso e dimensões. Pontuo que a organização física e intelectual do acervo nem sempre se equivalem, influenciadas que são pelo espaço de acomodação, as espécies documentais que correspondem a conjuntos temáticos identificáveis e aquelas que valem ser destacadas pelo tipo de mídia utilizado ou pelo histórico de atividades relacionada ao conjunto, como os documentos provenientes do Arcebispado de Santiago (ver listagem no APÊNDICE A).

As localizações que porventura forneço, bem como a descrição detalhada do espaço do Laboratório nos servem de guia, constituindo um marco, um “estado da arte” relacionado ao arquivo e seus conjuntos documentais. As posições e identificações não permanecem fixas no decorrer das atividades do Laboratório para todos os conjuntos, algumas delas agora já se alteraram e provavelmente haverá mais alterações posteriormente. Esse movimento pelo acervo, no entanto, tornou possível um mapeamento que nos permite planejar ações permanentes no tratamento dos materiais do Laboratório, assim como nos aproxima dele como num percorrer museológico. É a partir dessa primeira ação que construí um diagnóstico arquivístico, discutido abaixo e detalhado no APÊNDICE A. Depois disso, discuto brevemente o arquivo digital e os acervos bibliográfico, de História Oral e de periódicos especiais.

### **2.3.1 Diagnóstico arquivístico:**

O diagnóstico arquivístico é uma ferramenta de observação que permite organizar a identificação de conjuntos de documentos contidos num arquivo, trazendo dados gerais sobre espaço, distribuição, armazenamento e conteúdo que possibilitam colocar o arquivo em perspectiva e planejar sua organização técnica e intelectual. Também são levantadas informações legais e históricas a respeito de quem – instituição e pessoas – produziu a documentação. No caso do LEGH, priorizei a descrição sumária dos materiais acondicionados na sala do Laboratório, considerando armários, prateleiras, caixas e pastas, dado que o levantamento da legislação e regulação de gestão de documentos nas Universidades já fazia parte de minha experiência de iniciação científica e, portanto, eu já tinha noção de estar lidando com acervos de cientistas, com a particularidade de que agora tais cientistas eram historiadoras.

Apresento o diagnóstico praticamente da mesma forma em que ele foi concebido em janeiro de 2018, com algumas alterações na ordem de apresentação e inclusão de informações pertinentes à descrição do acervo. A partir dessas localizações, representativas



do espaço, estrutura e conteúdo do Laboratório, identifiquei os conjuntos documentais relacionando-os às atividades de pesquisa que os geraram, técnica e intelectualmente. Vimos no início deste tópico que o LEGH foi precedido de dois momentos institucionais distintos, um enquanto grupo reunido em um Núcleo de pesquisa, outro já constituindo um Laboratório, mais complexo e abrangente em temáticas e coletas de fontes, e ainda um último, do início da oficialização do LEGH até hoje. Por consequência, parte significativa do acervo diz respeito às pesquisas dos períodos anteriores a 2005.

Destacamos que o gênero documental predominante no acervo é o textual, seguido dos documentos informáticos, iconográficos, sonoros, filmográficos e micrográficos, em ordem decrescente de quantidade. Também nos é possível fazer uma breve listagem dos suportes e espécies documentais encontrados no LEGH, o que nos dá uma dimensão das demandas por reprodutores de mídias e tratamento técnico correspondentes a cada suporte informacional. No que concerne a estes - depois do papel, destacando-se como o que há de maior volume - temos fitas magnéticas em formato cassete e VHS<sup>47</sup>, discos compactos (CD's e DVD's)<sup>48</sup>, um disco de vinil e discos rígidos dos computadores e externos (*pen drives* e outros HD's externos). Já as espécies documentais incluem folhetos, livretos, panfletos, separatas, cartazes, fotocópias de textos, periódicos e livros; revistas, jornais, livros e microfilmes.

Na fase de diagnóstico ainda estava dentro da sala do LEGH um arquivo de metal<sup>49</sup> que posteriormente foi retirado para abrir espaço às novas estantes de aço que indiquei como apropriadas para acomodar os livros. Este arquivo de metal provavelmente era uma das peças mais antigas da sala e já devia guardar pastas suspensas desde a década de 1990, quando o então recém institucionalizado Laboratório de História Social passou a ter este nome. O móvel foi retirado do Laboratório e levado para a sala da professora Cristina Scheibe Wolff, no início de 2019, juntamente com todos os ficheiros de metal, já esvaziados. Optou-se por assim proceder por conta de uma conjunção de fatores. O primeiro deles, a chegada da aposentadoria da Professora Joana que exigiu o tombamento dos itens do patrimônio da

---

<sup>47</sup> A fita cassete, audiocassete ou *compact cassette* é uma invenção da empresa holandesa Philips, lançada oficialmente em 1963. Tornou-se o padrão de fita magnética para gravação de áudio, marcando também o início da música individualizada, com o lançamento dos walkmans pela Sony. O nome da fita cassete é comumente abreviado como K7. O VHS – *video home system* ou sistema doméstico de vídeo, corresponde a um padrão comercial de gravação analógica em videoteipe, desenvolvido pela JVC (*Victor Company of Japan*) na década de 1970, fez grande sucesso na popularização do videoteipe caseiro.

<sup>48</sup> CD – *Compact Disc*; DVD – *Digital Versatile Disc*.

<sup>49</sup> Um móvel feito em metal (aço ou alumínio) contendo quatro gavetas para pastas suspensas.

Universidade registrados em seu nome, o que incluía esses itens. O segundo, a necessidade de abrir espaço às novas estantes e aos cerca de mil livros adicionais que dariam entrada no acervo durante a execução do Projeto Mulheres de Luta, e seguimos contando.

Todas as caixas-arquivo de papelão – sete no total – foram trocadas por caixas poli onda no fim de 2018. O conteúdo não foi alterado, mas a numeração descrita no diagnóstico corresponde ao que foi anotado diretamente nas caixas de papelão, que já não existem mais. Provavelmente, esta numeração correspondia ao momento em que o arquivo do Laboratório precisou ser movido, por ocasião das obras no Bloco C do CFH, em 2014. Por algum tempo, portanto, as caixas estiveram guardadas num depósito próximo ao Restaurante Universitário (Ver tópico 2.1). Dentre estas caixas, destaco o conjunto de microfílm recolhido ao acervo pela professora Cristina Scheibe Wolff, na ocasião de seu pós-doutorado na Universidade de Maryland, nos Estados Unidos, entre 2010 e 2011. Trata-se de um conjunto extraído da *Mackeldin Library*, cópias da coleção intitulada *Princeton University Libraries Latin American microfilm collection*, sobre direitos humanos, direitos das mulheres e questões de gênero na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

Foram entregues ao LEGH, no início de 2018, três caixas convencionais, de papelão, identificadas como concernentes ao “Projeto Cone Sul”, cada uma delas contendo textos, documentos coletados, a maior parte fotocópias de periódicos feministas, transcrições de entrevistas, dentre outros. Ressalto que não há apenas um Projeto envolvendo o Cone Sul, como vimos na primeira seção deste capítulo, portanto, nem sempre foi possível identificar exatamente a qual dos projetos envolvendo o Cone Sul correspondiam os documentos, nem de qual viagem de coleta exatamente se originaram, principalmente quando se tratava de avaliar itens colecionáveis, como livros, periódicos, jornais, *CD's* e *DVD's*, fotocópias de textos e livros, dentre outros, adquiridos ou produzidos em decorrência da execução dos projetos.

### **2.3.2 O arquivo digital**

O arquivo digital salvo no aplicativo de nuvem *Dropbox* foi criado em 2013 com a finalidade de salvar documentos importados do *Socrata*, documentos organizacionais e registros de viagem, como vimos anteriormente. Há ainda uma pasta com um *backup* feito em um computador da Professora Joana Pedro, e cujo *backup* anterior foi feito em *CD's*. Nesta pasta estão salvas imagens correspondentes a exemplares de números de diversas publicações brasileiras e estrangeiras, tanto feministas quanto jornais e informativos de mídia

alternativa e hegemônica. Destacam-se as publicações feministas: **Agora é que são elas, Brasil Mulher, Brasília Mulher, Brujas, De femmes, Mujer llet, Nexo, Nós Mulheres, Nosotras, Nosso corpo, e Boletim informativo da União das Mulheres de Maceió (UMMA).**

A disponibilização de bases de dados de arquivos pelo mundo na internet desloca o(s) arquivo(s) no qual historiadoras/es buscam conexões. Saliento que os arquivos digitais do LEGH não são considerados aqui como parte do que entendo por arquivo imaginativo, já na esteira das reflexões sobre arquivos feministas, que discutirei no segundo capítulo. O arquivo imaginativo (HEMMINGS, 2018) está no campo do subjetivo, da consciência e da memória individual e coletiva; o arquivo físico também o é em meio digital, ele não deixa de estar registrado sobre um suporte e com determinada linguagem. Ele não deixa de ser manipulável tal como seu homônimo mais tradicional, o acúmulo de papéis e outros suportes informacionais. A inserção dos computadores em nossa produção cultural e intelectual fez multiplicar a quantidade de documentos registrados em papéis e numa gama cada vez mais diversa de mídias; e a internet tem se consolidado como meio de acesso a acervos históricos digitalizados pelo mundo.

Embora não estejamos dando especial atenção aos arquivos digitais, esta é uma questão que necessariamente atravessa o imbróglia da virada arquivística e é algo que também caracteriza o acervo do LEGH, em seu espaço virtual no repositório da Universidade, nos discos rígidos dos computadores do Laboratório e em aplicativos de nuvens de armazenamento *web*, como o *Dropbox*. Algumas discussões sobre arquivos e “humanidades digitais” (NYGREN, 2014; PONS, 2013) levantam questões pertinentes relacionadas às fontes digitais e digitalizadas, quanto a interação de historiadoras/es com suas fontes estar há algum tempo atravessada pela programação computacional e mudanças nas tecnologias de captação de imagem e leitura, criando tanto aproximações quanto afastamentos na relação arquivo-usuário/pesquisador. Como pensar a crítica da fonte, ou mesmo construção do “arquivo de fontes” de historiadoras e historiadores sob as novas formas de organização de informações, incluindo aí bases de dados e mecanismos de busca?

O advento do documento digital nos fez compreender bem claramente que um documento não é um artefato com conteúdo e entorno de limites fixos. Um documento digital é definido diferentemente de um documento físico; ele pode remeter a outros documentos através de links, é variável e mutável, fluido e instável (KETELAAR, 2018, p. 196).

A disponibilização de arquivos digitalizados transforma o trabalho de historiadoras/es. Passamos a acessar fontes com maior facilidade, é verdade, mas devemos nos atentar que a crítica da fonte também recai sobre modos de arquivamento. Devemos poder acessá-las também com o interesse em pensar como se constituíram e se tornaram disponíveis. Muitos fundos de arquivo e coleções estão digitalizados e disponibilizados na internet, reduzindo a necessidade de deslocamento, embora não descarte as idas a campo, consultando Arquivos e Centros de documentação, mas com isso afetando a própria possibilidade de exploração presencial e extensa do arquivo por pesquisadoras/es, a relação é intermediada de outra forma. A maneira como os fundos são disponibilizados e os meios de busca de documentos nem sempre farão as desejadas surpresas aparecerem, embora também não as impossibilitem por completo, e permitam outras aparentes aleatoriedades. O próprio funcionamento das instituições que guardam arquivos também estabelece limites a quem pesquisa, não é possível serpentear pelas estantes deslizantes de uma instituição como o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) (<https://www.ael.ifch.unicamp.br/>), há sempre supervisão, tutela, e toda uma “pré-fabricação” da fonte por conta das intervenções arquivísticas (identificação, classificação, descrição, ordenação).

O arquivo digital do LEGH constitui-se como parte do arquivo, interseccionando-se com as categorizações estabelecidas para os conjuntos ao mesmo tempo em que contém registros da organização dos acervos, fichamentos de fontes e agrupamento destas em temáticas específicas, como o aborto, divórcio e as charges nos jornais de grande circulação. Organizei uma breve descrição por pastas que permite visualizarmos a organização atual destes arquivos no que concerne ao que está salvo no aplicativo de armazenamento, constante no Apêndice E. Não cheguei a detalhar todas as pastas item a item, dada a extensão da tarefa e o foco do trabalho não ser esse, mas justamente pretendi demonstrar como o processo de arquivamento de fontes para a pesquisa segue prioritariamente as necessidades da pesquisa, restando o arquivo digital como material bruto a ser avaliado e integrado ao acervo desta ou daquela maneira (num acervo específico, como o de periódicos especiais, ou se permanece no arquivo digital como parte do arquivo permanente do Laboratório, como os fichamentos de fontes, sem ser necessária uma ação especial além do armazenamento e *backup*).

### **2.3.3 Acervo bibliográfico**

O acervo bibliográfico do LEGH constitui-se de obras no formato de livro, como monografias, coletâneas de artigos, ensaios etc. Quando fiz a primeira contagem de

exemplares, utilizando-me da tabela produzida pelas pesquisadoras Eloisa Rosalen e Tamy Amorim da Silva, contabilizávamos mais de 1000 títulos, considerando apenas as coleções estabelecidas pelo esforço das colegas, cujas planilhas ainda nos servem como instrumento de organização e recuperação da informação e como registro desse primeiro processo de catalogação. Parte desse acervo foi doado pela professora Cristina Scheibe Wolff e nomeado, por esse motivo, como “Coleção Cristina”, contando com 219 títulos. Outra grande parte, 655 títulos, foram doados pelas professoras titulares e visitantes, e/ou adquiridos ao longo da vida do Laboratório e o restante, cerca de 130 títulos, correspondiam a um acréscimo a esta coleção geral, identificado como “coleção LG” (LEGH Geral).

Com a aquisição de livros pelo Projeto Mulheres de Luta, a partir de 2017, o acervo foi ampliado em mais de 770 títulos. Deste modo, são pelo menos 1770 títulos compondo um rico acervo de obras historiográficas, filosóficas, literárias e feministas, conforme o que já registramos em sistema de informação apropriado. O BibLivre, um software aberto e gratuito de catalogação de bibliotecas que possibilita o cadastro de obras e usuários, tombamento, buscas, controle de empréstimos e a emissão de relatórios e etiquetas, possibilita um controle organizado das entradas e saídas de obras do acervo. Como o LEGH usualmente empresta seus livros a estudantes, e com o aumento significativo de títulos adquiridos pelo Projeto Mulheres de Luta, o BibLivre foi proposto como ferramenta mais adequada às necessidades das/os pesquisadoras/es.

Muitos títulos de produções culturais feministas e de estudos de gênero foram adquiridos durante a execução do Projeto, a maioria deles em português, inglês e espanhol. Obras de Elena Ferrante, bell hooks, Margareth Atwood, e muitas outras autoras feministas ou não, destacam-se como aquisições que ampliam referências e constituem uma Biblioteca. É uma expansão significativa do escopo de acesso à produção teórica feminista nacional e internacional, que carece de mais algum tempo para uma descrição elaborada e uma discussão sobre alcance e conexões latino-americanas da produção cultural feminista, não apenas científica, embora o campo acadêmico predomine, mas também ativista, literária e educativa. O arquivo feminista que identifiquei no acervo do LEGH inclui as publicações do acervo bibliográfico relativas à temática.

A coleção bibliográfica passou por um importante processo de ampliação do número de títulos, devido aos recursos direcionados à compra de livros pelo Projeto Mulheres de Luta, que aconteceu entre 2017 e 2019 e cujo produto final são um webdocumentário e um livro para o qual produzi, em conjunto com minha orientadora um capítulo sobre o Acervo e

suas principais características, um pouco da história de seu acúmulo documental, e onde apresentamos acervos pesquisados no decorrer do projeto (IRE; SILVA, 2019). É um tópico decorrente da escrita da dissertação, onde procuro apresentar esses acervos de forma ampliada e relacionando, sempre que possível, às falas das professoras em suas entrevistas e aos relatórios e documentos a que tive acesso.

### **2.3.4 Acervo de História Oral**

Observando o desenvolvimento do Núcleo de Informação e Pesquisa em História do Trabalho em Santa Catarina pelos documentos que chegaram a nós, no processo de sua criação, nota-se que a produção de entrevistas orais para ser utilizadas como fontes acompanham as metodologias do grupo desde o princípio, pensando-as como alternativas às fontes escritas:

Muitas informações que devem ser preservadas, não estão escritas, precisando, portanto, serem gravadas, é o caso de depoimentos que não foram registrados em documentos escritos. Torna-se, pois, necessária a produção destes documentos históricos, através das Técnicas da História Oral (CZESNAT; PEDRO, 1985, p. 3).

As entrevistas do acervo foram produzidas pensando em se criar “documentos históricos”, neste caso, registros que poderiam ser utilizados como fonte para estudos históricos, tanto imediatamente após a coleta de entrevistas, no escopo dos projetos da vez, quanto depois, em pesquisas subsequentes. A noção de documento histórico, para arquivistas, costuma integrar a ideia de documento e arquivo permanentes. As entrevistas são produzidas como parte do acervo desde o princípio, com valor permanente, embora nem sempre exatamente da mesma forma. Algumas são feitas com roteiro mais abrangente, outras são feitas em decorrência de uma pesquisa específica e então são entregues ao acervo pelas pesquisadoras/es. Este não é um movimento automático, nem todas as entrevistas realizadas por pesquisadoras/es do LEGH integram o acervo, por motivos que vão desde a restrição das entrevistadas ao simples esquecimento a respeito do assunto ao fim das pesquisas, porque a realização delas não inclui necessariamente pensar o arquivamento. Assim, essa doação é algo que acaba por depender também do quão sistemático é o “arquivo de fontes” das historiadoras/es.

Em março de 2014, segundo relatório de Eloísa Rosalen, havia 163 entrevistas contabilizadas, sendo que apenas 41 estavam totalmente transcritas sem revisão, 67 transcritas e revisadas e 7 sem transcrição. Eloísa vinha na época se dedicando ao trabalho

de formatação das transcrições, conversão de áudios e depósito no repositório da UFSC (ROSALEN, 2014, p. 4). Desde o ano anterior o processo de revisão das entrevistas vinha acontecendo com auxílio das bolsistas de iniciação científica e apoio técnico, principalmente, mas também com contribuição de mestrandas e doutorandas. O trabalho, de modo geral, consistia em:

Levantar e verificar todas as entrevistas, busca de áudios digitais e em fita cassete, digitalização da autorização para utilização da entrevista, etc, a fim de perceber qual era a situação em que cada uma das entrevistas se encontrava e quais já poderiam ser digitalizadas e disponibilizadas no espaço digital (ROSALEN, 2013, p. 5).

Normalmente, cada entrevista pensada e executada tem como produto direto quatro documentos: roteiro de entrevista, autorização para utilização da entrevista em pesquisa, áudio digital e transcrição. Os áudios de entrevistas gravados em fita cassete foram convertidos para áudio digital em 2014, como pudemos observar pelos registros realizados. Durante a execução do Projeto Mulheres de Luta houve também a gravação de entrevistas em vídeo, para a produção do *webdoc* que é um dos conteúdos produzidos por este projeto. Esses documentos permitem que a informação seja recuperada e utilizada com mais facilidade para citação, já que não é necessário transcrever os trechos selecionados, mas é possível ver/ouvir as entrevistas para ter um contato com a entrevistada que abranja mais os sentidos, ainda que já não mais no ambiente da própria entrevista, que por si só é uma experiência importante para as pesquisadoras.<sup>50</sup>

A organização das entrevistas orais conta com um trabalho coletivo de planejamento de roteiro, gravação, transcrição e revisão, ao qual não escapa praticamente nenhuma pesquisadora do LEGH. A maior parte das entrevistas realizadas nos diferentes países do Cone Sul são protagonizadas por mulheres e, no caso do Brasil, o número aumentou significativamente com aquelas realizadas pelo Projeto Mulheres de Luta, do início de 2017 até o fim de 2018, como podemos observar no quadro atualizado abaixo. As entrevistas estão disponíveis para consulta, mediante autorização para acesso no Laboratório e almejamos que em breve pelo menos a maioria seja disponibilizada no Repositório da UFSC (<http://www.repositorio.ufsc.br>).

---

<sup>50</sup> Sobre a metodologia da História Oral, ver: Alberti (2004), Portelli (1997, 2006) e Amado; Ferreira (1998).

Quadro 1 – Número de entrevistas por país do Cone Sul

<b>País</b>	<b>Nº de entrevistas</b>
Argentina	23
Bolívia	31
Brasil	102
Chile	29
Paraguai	34
Uruguai	19
<b>TOTAL</b>	<b>238</b>

Fonte: a autora, 2019.

### 2.3.5 Acervo de Periódicos

O acervo de periódicos reúne títulos de publicações acadêmicas, como revistas e boletins, periódicos de imprensa alternativa, dos movimentos sociais, de direitos humanos, movimentos de esquerda e feministas do Brasil e do Cone Sul. A planilha “Banco de periódicos”, salva no arquivo *Dropbox* nos permite uma contagem de 120 títulos e 307 números de revistas científicas e publicações de imprensa em formato de livros, revistas, boletins e informativos, que na planilha em questão não se apresentam discriminados por espécie documental, apenas foram listados em formato de referência. Os títulos que se destacam em maior número são a **Revista Estudos Feministas** (31 números), **Dictadura y Memória** (23), **Cotidiano Mujer** (14), **Boletim ASOFAMD** (*Asociación de Familiares de Detenidos, Desaparecidos y Mártires por la Liberación Nacional* – Bolívia) (19), **Revista do IGH/SC** (10), **Cadernos Pagu** (8) e **Revista de Ciências Humanas** (8).

Os periódicos, de modo geral, são fontes frequentemente utilizadas por pesquisadoras do LEGH nas pesquisas do Cone Sul e anteriores, tanto os da imprensa hegemônica quanto os de imprensa alternativa. Como imprensa hegemônica compreendo aquela gerida por grandes conglomerados de comunicação, aqueles que geralmente possuem tanto veículos impressos quanto rádios e emissoras de TV, ou que representem e/ou sejam controlados por grandes poderes econômicos, o que se costuma chamar de “grande mídia”. Há exemplares impressos e fragmentos digitalizados da **Folha da Tarde**, **Folha de São Paulo**, **Correio do Povo**, **Zero Hora**, dentre outros. As narrativas sobre as pesquisas que percorremos no primeiro capítulo nos permitem afirmar que o que orienta a coleta de fontes, especialmente em se tratando da imprensa hegemônica, são os assuntos sobre os quais as



investigações se debruçam. Os recortes selecionados que podemos visualizar no arquivo digital, salvos no *Dropbox*, versam sobre aborto, divórcio e feminismos, por exemplo.

Os jornais, revistas, boletins e demais informativos de imprensa alternativa (CARDOSO, 2004) que encontramos no LEGH foram produzidos por organizações feministas – autônomas, legalmente instituídas e/ou institucionalmente vinculadas – organizações, associações e partidos de esquerda, organizações de direitos humanos relacionadas às famílias de mortos e desaparecidos nos regimes ditatoriais do Cone Sul, sindicatos, dentre outras publicações. A produção destas, de modo geral, é financiada coletivamente e com baixo custo, conseqüentemente com menor circulação que os periódicos de imprensa hegemônica. Mesmo aqueles produzidos com algum financiamento empresarial, como a fundação Ford e fundos ligados a organização das nações unidas (ONU), carregam um caráter mais modesto de publicação e circulação, estando aqui inseridos como periódicos de imprensa alternativa – os boletins do Centro Informação Mulher (CIM) do início da década de 1990 são um exemplo.

Elizabeth Cardoso traz um levantamento de 75 periódicos feministas consultados nos arquivos do CIM, AEL e FCC (Fundação Carlos Chagas), feito para sua pesquisa sobre imprensa feminista brasileira pós 1974 e que resultou na sua dissertação de mestrado. A autora estabelece duas gerações de imprensa feminista a partir da análise de corpo editorial, pautas e títulos de matérias dos jornais e informativos. Uma geração anterior a 1981, mais ligada a questões de classe, e outra posterior, segundo ela, mais ligada a questões de gênero. Estes periódicos selecionados por Elizabeth, no entanto, diferentemente do caso do LEGH, não incluem conteúdo acadêmico nem cadernos analíticos. Guardados os limites da categorização, este trabalho nos permite reconhecer diversos títulos feministas utilizados em muitas pesquisas no campo dos estudos feministas e de gênero.

Os periódicos – jornais, revistas, publicações informativas no geral – são fontes que nem sempre tiveram seu status de fonte fidedigna para o exercício da historiografia. Muitas foram as discussões a respeito de como abordar estes documentos desde a popularização da imprensa no início do século XX. No Brasil, desde pelo menos a década de 1960 há debates sobre o uso dos jornais e informativos periódicos entre intelectuais brasileiros. A princípio visto com algumas desconfianças, o uso dos periódicos como fontes para historiografia, sociologia e outras áreas foi ganhando espaço, tanto com o desenvolvimento de uma “história da imprensa”, tanto pela construção de histórias “por meio da imprensa” (LUCA, 2005, p.

118), questionando e localizando os interesses de quem financiava e produzia jornais e as famosas “revistas de variedades” no século XX, por exemplo.

Essas “revistas ilustradas”, os jornais de maior e menor circulação também aparecem com maior variedade e inserção nos cenários urbanos, acompanhando temas contemporâneos a eles, como a imigração, o mundo do trabalho, e a própria urbanização. Tania de Luca revisa trabalhos historiográficos que discutem essas fontes impressas mais ou menos efêmeras que são os periódicos, e nos mostra relações que culminam no mercado editorial e sistema de comunicação que vivenciamos hoje. Como a própria autora reconhece, os estudos de gênero trabalham muito com os periódicos, identificando e fazendo a crítica dos discursos sobre mulheres nas páginas dos jornais, bem como as filiações político-partidárias da imprensa, como fez a professora Joana Maria Pedro em sua tese sobre as “mulheres honestas” e “mulheres faladas” de Desterro.

Há fragmentos de periódicos utilizados nesta e em outras pesquisas subsequentes da professora Joana Pedro. Eles habitavam algumas pastas suspensas no antigo arquivado de metal e nos antigos ficheiros do LEGH. Reuni diversos documentos relacionados em duas caixas, reunindo assim um “arquivo de fontes” de importantes pesquisas historiográficas no campo dos estudos de gênero. Eles não fazem parte do acervo de periódicos propriamente dito, já que de forma geral não há exemplares completos<sup>51</sup>, mas fragmentos selecionados para consulta direcionada à pesquisa, fichamentos, citações, e construção de referências. No entanto, quis explicitar um dos motivos pelos quais os periódicos acabaram por se destacar como conjunto específico do acervo do LEGH, ainda que possa ser integrado ao acervo bibliográfico através do BibLivre, que permite o registro de todo tipo de publicação.

Muitos dos periódicos constantes na pesquisa de Elizabeth Cardoso figuram na listagem do acervo de periódicos do LEGH, como os boletins do CIM, os jornais **Brasil Mulher** e **Nós Mulheres**, o Boletim **ChanaComChana** e o Informativo **Nzinga**, dentre muitos outros (CARDOSO, 2004, p.51). Uma parte destes periódicos são originais impressos, outra parte são fotocópias destes e uma terceira parte são originais fotografados ou digitalizados. No quadro abaixo listei as principais publicações impressas (originais e fotocópias) de imprensa constantes no acervo e que identifiquei como periódicos feministas. Não incluí nesta listagem os periódicos acadêmicos, nem os de imprensa alternativa que

---

<sup>51</sup> Será necessário fazer uma identificação item a item para afirmar com certeza quais fragmentos existem e quais publicações estão completas, também é possível verificar a quais pesquisas se relacionam essas fontes impressas.

tratam de movimentos sociais organizados contra a ditadura, de organizações de direitos humanos, sindicatos e partidos de esquerda.

Quadro 2 – Periódicos feministas no acervo do LEGH

<b>Periódicos feministas impressos e originais</b>	<b>País de publicação</b>
<i>Brujas</i>	Argentina
<i>Muchacha</i>	Argentina
<i>Todas – Publicación de las mujeres</i>	Argentina
Informativo Nzinga	Brasil
Mulherio	Brasil
Boletim CIM	Brasil
Boletim ChanaComChana	Brasil
Liberta	Brasil
Flor – Ação	Brasil
Debate	Brasil
Luta e Prazer	Brasil
Brasil Mulher	Brasil
Nós, mulheres	Brasil
<i>La escoba</i>	Bolívia
Nos/Otras	Chile
<i>FemPress y recortes</i>	Chile
<i>Círculo de estudios de la mujer</i>	Chile
<i>No Idonne</i>	Roma, Itália
<i>Boletín internacional de las mujeres</i>	Itália
<i>Nosotras</i>	Paris, França
Isis Internacional	França
<i>La Micrófona</i>	Paraguai
<i>Enfoques de mujer</i>	Paraguai
<i>Informativo Mujer</i>	Paraguai
<i>Cotidiano Mujer</i>	Uruguai

Fonte: A autora, 2019.

As experiências das mulheres, de maneira geral, e das mulheres que vivenciaram as experiências das ditaduras, em específico, como a clandestinidade, prisões, tortura, guerrilha e exílio, além das formas de organização das militâncias políticas, de associações de familiares de desaparecidos, partidos e sindicatos, assim como organizações feministas, caracterizam uma produção cultural/intelectual que permite vasta exploração historiográfica, por meio de fontes diversas. Como procurei exhibir até aqui, estes temas guiaram a coleta de fontes a todo momento na formação do acervo do LEGH. Numa avaliação mais apurada dos conjuntos de periódicos e demais acervos, é possível indexar a informação, criar catálogos temáticos, permitindo buscas mais precisas e um uso efetivo da riqueza do conteúdo dos materiais. Sabemos que cada novo olhar sobre a mesma fonte pode trazer novos sentidos e diferentes interpretações acerca de abordagens diversas, um acervo acadêmico de pesquisa historiográfica guarda em si essa riqueza, razão pela qual procuramos explorá-lo de forma abrangente e o mais detalhadamente possível, extrapolando o mero exercício descritivo.

### 3 PENSANDO ARQUIVOS FEMINISTAS A PARTIR DO LEGH

Creio que devo começar este capítulo me justificando na escolha dos caminhos que tomei nesta pesquisa. Dada a demanda pela organização do acervo do LEGH, que acontece em algumas frentes – entrevistas, periódicos, livros, doações - procurei agir conforme o possível sobre estes e outros conjuntos, com o objetivo fundamental de, através do diagnóstico, identificar e mapear o acervo, localizando pontos onde eram/são necessárias ações de organização, preservação e conservação<sup>52</sup>. Por ser o acervo do LEGH um acervo proveniente, em grande parte, de estudos feministas, a reflexão sobre os arquivos metafóricos me auxiliou a buscar marcas de consignação cuja função é revelar quantas partes forem possíveis do arquivo em seu sentido prático, aquele em conformação com a origem em termos institucionais<sup>53</sup>. Chegamos agora ao ponto de exercício da abstração, quando partimos desse estudo de caso para pensar arquivos feministas num sentido que, embora não se limite à definição da arquivística, também não está totalmente desfeito de materialidade, habitando a produção mesma dos registros das atividades.

Quando comecei a pensar sobre arquivos atravessados pela temática feminista, num exercício inicial, busquei os fundos do Arquivo Nacional e de arquivos públicos estaduais onde, sem surpresa, observei a grande quantidade de fundos nominais de homens, famílias e instituições no geral, contrastando com poucos fundos nominais de mulheres e/ou organizações femininas/feministas. Na base de dados do SIAN (Sistema de Informações do Arquivo Nacional) constam 941 fundos arquivísticos, dentre os quais 305 são fundos privados recolhidos ao acervo. Destes, 26 são fundos nominais de mulheres (não necessariamente feministas) e quatro relativos a organizações femininas<sup>54</sup>. Foi através da pesquisa nos fundos do Arquivo Nacional que descobri a existência da Fundação Brasileira pelo Progresso Feminino, de Bertha Lutz, da feminista Comba Marques Porto e da historiadora e militante do movimento negro Maria Beatriz Nascimento, dentre outras

---

<sup>52</sup> O fundamental conhecer para planejar, para então melhor executar.

<sup>53</sup> Para uma discussão mais apurada sobre ordem original, proveniência e atribuição de valores a documentos ver BROTHMAN, 2018.

<sup>54</sup> Além da já mencionada Federação Brasileira pelo Progresso feminino, dois fundos relativos ao Conselho Nacional dos direitos da mulher e um fundo correspondente à campanha da mulher pela democracia, responsável, dentre outras coisas, pela organização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Um exemplo de como nem sempre a organização das mulheres em defesa de alguma causa política pode ser compreendida como feminista. Neste caso específico, o gênero serve, dentre outras coisas, a uma reafirmação de valores patriarcais e conservadores. De qualquer maneira, estes fundos servem muito à crítica feminista, estando incluídos no que compreendo como “arquivo crítico feminista”, adaptando o conceito de Clare Hemmings, como veremos no tópico 3.2.

mulheres que se destacaram por suas atuações políticas e/ou artísticas (todas no século XX), além de algumas cujo conjunto remete a documentação acumulada por suas famílias.

O processo descritivo de arquivos utilizado pelo SIAN é estabelecido pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), que se aplica pela Política Nacional estabelecida na legislação brasileira de arquivos. Podemos visualizar a descrição de cada fundo do Arquivo Nacional, com suas séries e subséries mais ou menos detalhadas, a depender do fundo, dentro do sistema montado conforme as áreas de descrição estabelecidas pela norma – sete áreas no total<sup>55</sup>. O fundo Comba Marques Porto, por exemplo, está inteiramente organizado e inventariado item a item, em documento disponível a quem quiser analisá-lo mais atentamente. Para nós, importa saber um pouco mais sobre as 31 séries que compõem o fundo, as quais, segundo o preenchimento do campo “história arquivística”, na Área de contextualização, correspondem a:

Correspondência, textos, recortes de jornais e publicações sobre o movimento feminista no Brasil, documentos sobre a participação política da mulher no movimento pela anistia, campanha das eleições diretas, constituinte de 1988, luta contra a repressão no Chile, El Salvador, Nicarágua e Honduras (ARQUIVO NACIONAL, p. 6)

Os documentos mencionados no inventário do fundo Comba Marques Porto constituem-se em fontes para a história feminista e de mulheres, assemelhando-se ao que encontramos entre folhetos, publicações e cartazes no Laboratório. A repressão, a ditadura e as disputas pela abertura política são temas que inevitavelmente entrelaçam-se às políticas femininas e feministas das décadas de 1960 e 1970 nos países onde as ditaduras foram gradativamente sendo acionadas por forças consoantes com as vontades imperialistas estadunidenses. No Cone Sul, a década da mulher estabelecida pela ONU em 1975 marca presença como acontecimento nos arquivos feministas que fui identificando durante as pesquisas. Considerei como arquivos feministas os fundos de organizações e mulheres declaradamente feministas depositados em arquivos públicos e privados (incluindo de organizações não governamentais), e os arquivos das próprias organizações feministas, como o Centro Informação Mulher (CIM) e a União de Mulheres de São Paulo (UM-SP). Dei continuidade à busca por arquivos que considero feministas e que poderiam me dar pistas sobre como trabalhar com o acervo do LEGH. Eu buscava todo tipo de referência que pudesse

---

<sup>55</sup> Área de Identificação; Área de contextualização; Área de conteúdo e estrutura; Área de condições de acesso e uso; Área de fontes relacionadas; Área de notas e Área de controle.

encontrar, e encontrei iniciativas que apesar de semelhantes, eram também bastante específicas.

Dei continuidade à pesquisa nos *sites* disponíveis de arquivos públicos nacionais dos países do Cone Sul a fim de ter uma noção sobre a presença de fundos arquivísticos nominais de mulheres ou de projetos que contemplassem documentação referente ao ativismo de minorias políticas. Destaca-se o Arquivo Nacional Histórico do Chile, com a iniciativa *Archivo Mujeres y Géneros*, do Programa *Equidad de Género – Patrimonio y Género de la Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos*. São 21 fundos recolhidos que contemplam pessoas, instituições e organizações feministas daquele país. Desde 2011, a iniciativa recolheu vários fundos ao acervo com objetivos bem definidos, dentre eles reunir fontes históricas que “permitam valorizar a contribuição de uma diversidade de mulheres ao patrimônio social e dar conta das formas de representação das mulheres e do gênero ao longo de nossa trajetória nacional” (AN CHILE, 2019)<sup>56</sup>.

Um desses fundos é o da organização Isis Internacional, cujas publicações figuram também no acervo do LEGH pelas cópias de muitos de seus boletins e cadernos informativos. Considerando o Cone Sul, a experiência chilena foi a única que encontrei voltada especificamente a reunir, conservar e dar acesso à informação produzida por pessoas e organizações feministas e de mulheres num arquivo histórico nacional, incluindo neste conjunto um fundo específico sobre mulheres lésbicas<sup>57</sup>. Voltando ao Brasil, embora não encontremos experiência semelhante no arquivo nacional brasileiro, a seção “arquivo na história” que encontramos no *site* do AN traz em suas subseções seis mulheres cujos arquivos estão guardados no acervo. Além das já mencionadas Bertha Lutz, Comba Marques Porto e Maria Beatriz Nascimento, são apresentadas a economista paraibana, feminista e ex-militante do PCB, Hildete Pereira de Melo, a fundadora do Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro, Niomar Moniz Sodré Bittencourt, e Eulália Maria Lahmeyer Lobo, primeira mulher a doutorar-se em história no Brasil e exímia pesquisadora no campo dos estudos sobre política e administração e história econômica.

---

<sup>56</sup> “Objetivos del Archivo Mujeres y Géneros: Reunir fuentes históricas que permitan valorar la contribución de una diversidad de mujeres al patrimonio social y dar cuenta de las formas de representación de las mujeres y del género, a lo largo de nuestra trayectoria nacional. Conservar en diversos formatos documentales información producida por organizaciones sociales feministas, de mujeres y de la diversidad sexual, así como objetos y documentos que han formado parte de la vida cotidiana de una pluralidad de personas. Dar acceso a los diversos fondos que dan cuenta de las transformaciones políticas y sociales que las mujeres han vivido durante el siglo XX, así como los cambios en la construcción social y simbólica del género en Chile” (AN CHILE, 2020). [<https://www.archivonacional.gob.cl/sitio/Secciones/Mujeres-y-generos/>]

<sup>57</sup> Fondo Trabajo y Estudios Lésbicos/Salón de las Preciosas.

Pela denominação utilizada e por semelhança institucional com o Acervo do LEGH, destaco desta busca inicial por arquivos feministas, também, aqueles produzidos pelo *Centro de Investigaciones y Estudios de Género* da *Universidad Autónoma de México*, que disponibiliza em sua “*Biblioteca Rosario Castellanos*” algumas bases de dados voltadas à pesquisa no campo dos estudos de gênero. Segundo descrição disponível no *site* do projeto, “a coleção de arquivos das publicações e sua disponibilidade ao público é dirigida ao movimento feminista, assim como a pesquisadoras e pessoas interessadas do México e do mundo no movimento feminista mexicano” (CIEG, 2019).<sup>58</sup> Os *Archivos históricos del feminismo* tiveram início com a digitalização e disponibilização das revistas feministas mexicanas *La revuelta* (1976-1978), *Cihuat* (1977-1978), *La boletina* (1982-1986), *La correa feminista* (1991-1998) y *Fem* (1976-2005), publicações que tratavam, dentre outros temas, da luta pelo direito ao aborto legal, trabalho doméstico e *cyber* feminismo.

Descrevi brevemente iniciativas que tem em seu bojo a intenção de reunir e resguardar as produções do ativismo e da intelectualidade feministas. Trouxe apenas alguns exemplos, mas há experiências semelhantes em muitos países europeus e norte e sul americanos, tanto em Universidades e arquivos públicos quanto iniciativas independentes. Pensando nestas últimas, destaco o *Lesbian Herstory Archives*, uma experiência de ativismo arquivístico (ALEXANDER; FLINN, 2015) que se propõe a um trabalho coletivo de catalogação de forma horizontal, num movimento de base (“*grassroots lesbian archives*”, como as suas fundadoras definem). O acúmulo começou em 1972, pelas mãos de Joan Nestle e Deborah Edel, duas ativistas lésbicas que deram curso à ideia e fizeram da sua casa a morada dos arquivos lésbicos reunidos por 15 anos. A origem da união entre elas e outras mulheres foi na *Gay Academic Union* da *City University of New York*, quando, num movimento parecido com o do grupo Lésbico Feminista (LF) brasileiro<sup>59</sup>, as lésbicas criaram um grupo exclusivo para discutir questões específicas e o sexismo dos homens gays<sup>60</sup>:

---

<sup>58</sup> “Este proyecto tiene como propósito dar visibilidad a los archivos históricos del feminismo en México y, de manera particular, a las revistas que aquí mencionamos. La colección de archivos de las publicaciones y su disposición al público está dirigida al movimiento feminista, así como a investigadoras y personas interesadas de México y el mundo en el movimiento feminista mexicano” (CIEG/UNAM, 2020). [<https://archivos-feministas.cieg.unam.mx/>]

<sup>59</sup> O grupo Lésbico-Feminista (LF) era um destacamento do grupo Somos, um dos primeiros movimentos de homossexuais organizados no Brasil. Após algumas reuniões e a constatação da necessidade de se criar um grupo exclusivo e independente do Somos, as lésbicas do LF acabaram saindo em 1979, fundando o Grupo Ação Lésbica Feminista, a GALF. Ver capítulos sobre o Movimento Homossexual e Lésbicas na ditadura na publicação do Projeto Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985).

<sup>60</sup> “As was common in the early 1970s, after a year of working together, several of the women decided they needed a separate meeting space to discuss sexism in the organization, among other things. Two



Como era comum no início dos anos 1970, depois de um ano de trabalho coletivo, várias mulheres decidiram que precisavam se reunir em separado para discutir o sexismo na organização, dentre outras coisas. Dois grupos de consciência foram formados e um deles, que incluía Joan Nestle e Deborah Edel, tornou-se o local de fundação dos Arquivos Históricos Lésbicos. Num encontro em 1974, Julia Stanley e Joan Nestle, que haviam saído antes do Movimento de Liberação Gay, falou sobre a precariedade da cultura lésbica e como muito do nosso passado cultural era visto apenas através de olhos patriarcais. Deborah Edel, Sahli Cavallaro e Pamela Oline, com histórias que vão do feminismo lésbico ao lesbianismo político, se juntaram ao grupo, e assim nascia um novo conceito - **um arquivo lésbico de base** (LHA, 2019. Tradução livre. Grifo meu).

Em diálogo com o acervo do LEGH há diversos arquivos que podemos considerar como “de base”, que se caracterizam pelo acúmulo consciente de documentação produzida e coletada pela ação de ativistas políticos. É o que ocorre com o conjunto documental que deu origem ao Arquivo Edgard Leuenroth e com Centros de documentação e Informação de organizações não governamentais relacionadas a defesa dos direitos humanos contra as violações ditatoriais no Cone Sul. Os arquivos “de base” são arquivos dos ativismos, dentre eles o feminista. O CIM se destaca para nós, tendo sido pensado desde a sua fundação como um grande ponto de conexão e troca de informações entre os vários movimentos feministas brasileiros. Não à toa há uma vasta documentação concernente a muitos encontros feministas (atas, cartas, resoluções, compromissos) sob guarda do CIM.

Nos anos 1960 e 1970 parece se expandir o reconhecimento da importância de arquivos e processos de arquivamento numa larga gama de movimentos sociais e políticos por todo o continente americano. Parece também que esta expansão se deve em parte a própria ampliação do estatuto das fontes históricas, que passaram a incluir publicações e documentos produzidos por movimentos sociais diversos - movimentos de trabalhadores, de mulheres, de gays e lésbicas e por direitos civis. A História Social, a História Oral e a produção de fontes, bem como a crítica à neutralidade profissional de arquivistas e historiadores, apontando sua inevitabilidade política, são parte do caldo onde os arquivos de ativismos se produzem. Há uma espécie de “chamado por aproximações mais ativas e

---

consciousness- raising groups were formed and one of them, which included Joan Nestle and Deborah Edel, became the founding site of the Lesbian Herstory Archives. At one meeting in 1974, Julia Stanley and Joan Nestle, who had come out before the Gay Liberation Movement, talked about the precariousness of lesbian culture and how so much of our past culture was seen only through patriarchal eyes. Deborah Edel, Sahli Cavallaro and Pamela Oline, with histories ranging from lesbian-feminism to political lesbianism, joined in and, thus, a new concept was born - **grassroots Lesbian archives**”. (LHA, 2020). [<https://archivos-feministas.cieg.unam.mx/>]

criativas às práticas arquivísticas” (FLINN; ALEXANDER, 2015, p. 330) no intuito de tornar herança os produtos de registro das lutas políticas.

Do trabalho do anarquista Edgard Leuenroth à consolidação do AEL, dos conjuntos cuidadosamente reunidos aos achados acidentais (ou, no mais das vezes, um pouco de cada coisa ao mesmo tempo), testemunhamos a sobrevivência de uns registros e a destruição de outros. Seja em prol de uma causa ou de uma obra, pessoas “comuns” se tornam arquivistas a seu próprio modo, com ou sem auxílio do profissional arquivista com título de Bacharel (ou Bacharela). A historiadora Sandra Jahy Pesavento<sup>61</sup> é um exemplo de exímia arquivista de si mesma, assim como Hélio Oiticica<sup>62</sup>, artista plástico carioca cuja obra cuidadosamente arquivada foi perdida num incêndio que atingiu a reserva técnica do projeto de tratamento de seu arquivo pessoal. O acervo digital foi o que restou de contato com o conjunto. E é perceptível que ainda engatinhamos na investigação das consequências dessa mudança na intermediação entre usuário e arquivo. Ainda assim, considerando que “todo auto arquivista é alguém cioso de sua posteridade” (COELHO, 2013, p.265), notamos que nos ativismos que incluem o ímpeto de arquivar há também a presença de uma certa escrita de si (e de nós).

Os acervos pessoais dialogam com o ativismo arquivista no sentido em que, a princípio, frequentemente a casa de alguém recebe a incumbência da guarda documental no princípio do processo de acumulação. Mesmo nos tempos dos arcontes gregos, que possuíam além da posse a autoridade heurística e hermenêutica sobre os documentos, “os arquivos não podiam prescindir de suporte nem de residência” (DERRIDA, 1995, p.13). De certa forma, essa máxima é também verdadeira para os arquivos contemporâneos de forma geral. Nem sempre, no entanto, o arquivo é tão minuciosamente construído como nos casos mencionados, que aliás destoam um pouco do sentido ativista de arquivamento do qual tratamos aqui, mas nos ajudam a perceber o quanto arquivar-se e aos outros relaciona-se à figura do arquivista “fantástico”, mítico, que pontua uma posição de poder de memorialização. Essa posição nunca é absolutamente neutra, racional e objetiva, por menos apaixonada que se proponha a ser. A “inevitabilidade política” (FLINN; ALEXANDER, 2015, p.329) do ofício de arquivista profissional, nesse sentido, é não negar o poder investido

---

<sup>61</sup> Sandra Jahy Pesavento foi Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), era historiadora e escritora. Constituiu durante sua carreira um acervo de pesquisa metodicamente organizado, sobre o qual atualmente se desdobram cuidados arquivísticos e explorações historiográficas, hoje sob guarda do Instituto do Patrimônio Histórico do Rio Grande do Sul.

<sup>62</sup> Hélio Oiticica pintou a famosa "Seja Marginal, Seja Herói"(1968), no ano do AI5, para discutir a morte de Cabeça de Cavalos, um "marginal" assassinado por um esquadrão da morte carioca (a milícia daquela época).

na manipulação de fragmentos históricos, memórias, discursos, lembranças e obliteração, admitindo e assumindo suas posições e decisões como políticas.

Procurei aliar em minha reflexão as dimensões do que entendemos por arquivo e arquivos, as experiências de salvaguarda de acervos de movimentos sociais, os “ativismos arquivísticos”, especialmente os que produzem arquivos feministas, os arquivos de ativismos recolhidos ou não em centros de memória e documentação, e as condições de acesso e uso desses arquivos em pesquisas sobre a história do feminismo, dos estudos de gênero e das mulheres realizadas pelo LEGH. O “arquivo feminista” que construo imaginativamente neste trabalho reúne fundos de arquivos públicos e de organizações de ativistas voltadas diretamente ou não a um ativismo arquivístico. O acervo do LEGH é um deles. Discutirei alguns dos arquivos que dialogam com o acervo do LEGH, no intuito de contextualizá-lo em suas relações, destacando arquivos de ativismos e ativismos arquivísticos.

### 3.1 CONEXÕES ARQUIVÍSTICAS – ENTRE ATIVISMOS E ACADEMIA

No percurso das pesquisas do LEGH ao longo dos anos, lugares e pessoas diversas forneceram fontes que puderam ser utilizadas na construção de histórias de mulheres feministas e militantes de esquerda nas resistências às ditaduras<sup>63</sup>. Os lugares que discutiremos neste tópico foram visitados em diferentes ocasiões por diferentes pessoas nas viagens pelo Cone Sul, como vimos no primeiro capítulo, aparecendo como pontos de inflexão da narrativa sobre o acúmulo de fontes e, conseqüentemente, sobre a constituição de um acervo acadêmico de pesquisa. No interior dele, um arquivo feminista em diálogo com arquivos de ativismos, e destacado pelo ativismo arquivista que adotei como premissa profissional e base epistemológica.

Antes de adentrar na questão do(s) arquivo(s) feminista(s) e finalmente refletir sobre memória e história em relação a ele(s), faço um apanhado geral de alguns arquivos de ativismos no Cone Sul pesquisados pelo LEGH em algum momento. Os arquivos de ativismos aqui apresentados são aqueles provenientes de pessoas (acervos pessoais) ou de organizações que atuaram na resistência às ditaduras do Cone Sul como militantes políticos

---

<sup>63</sup> As pesquisas realizadas no LEGH não estão todas necessariamente atreladas ao Projeto Cone Sul, mas trato especificamente dos arquivos pesquisados durante os projetos de pesquisa que se incluem sob esse guarda-chuva. Este tópico é dedicado a destacar alguns dos lugares mencionados pelas pesquisadoras, considerando, quando possível conhecer a associação, quais conjuntos guardam e o que forneceram ao LEGH.

de esquerda, de associações por direitos humanos contra violações ditatoriais (desaparecimentos, prisões, tortura, assassinato), que tanto podem ser religiosas quanto civis. Destaquei também aqueles em que os registros produzidos ou recolhidos o foram com o intuito de se buscar justiça, conscientização e memorialização, “memória e verdade”. Procurei nas experiências que apareceram em cada país do Cone Sul destacar as relações entre arquivos e academia que, como veremos, são permeadas por intenções de pesquisa. Escolhi me demorar mais naquelas que considereei significativas para trazer mais detalhes, pelos relatos das viagens, referências a pesquisas existentes e textos produzidos com auxílio ou a respeito de arquivos pesquisados e sobre o próprio acervo do LEGH<sup>64</sup>.

Antes de fazermos esse percurso pelos principais acervos que se conectam ao acervo do LEGH e pesquisados para o Projeto Cone Sul, gostaria de explicar por que proponho esse tópico como um diálogo entre ativismos e academia. Na verdade, faço mais trazer um diálogo à tona, dar espaço a um debate acerca da custódia de arquivos e do acesso a eles. Durante a pesquisa, principalmente ao conhecer o CIM e o LHA (ver tópico 3.2), ouvi e li críticas ao “encastelamento” acadêmico e às restrições que o recolhimento de arquivos dos ativismos às Universidades coloca entre usuários e documentos. Tento oferecer um contraponto a essa visão pois, apesar da defesa da difusão dos acervos ser acertada, não vemos como ela necessariamente se oponha à guarda de arquivos dos ativismos dos movimentos sociais nas Universidades, tanto no caso do Brasil quanto no Cone Sul. De forma geral, há relações estabelecidas não só entre universidades e arquivistas (num sentido amplo), mas entre as próprias organizações, como veremos a seguir. No entanto, também não dispense a crítica de que o controle sobre a documentação também estabelece limites sobre quem e como se acessam os arquivos.

Não tratarei especificamente daqueles conjuntos de documentos oficiais resgatados das forças de repressão política (documentação das polícias políticas, dos serviços de inteligência do Estado e processos judiciais), cujo destino, quando conhecido, geralmente são os arquivos públicos. No entanto, eles não deixam de figurar nas pesquisas do LEGH e aparecem enquanto fundos de projetos como o *Memoria Abierta*, na Argentina e Londres 38, no Chile; e nos processos guardados pelas organizações que intervinham pelos presos políticos. Além disso, são parte fundamental da história do *Archivo del terror*, no Paraguai, do qual também trataremos brevemente. Digo “resgatados” porque esses documentos muitas

---

<sup>64</sup> Sobre isso ver WOLFF, 2013; SILVA, 2013; IRE, 2018; SILVA, PEDRO, WOLFF, 2018.

vezes escaparam da destruição, já que as transições democráticas no Cone Sul não garantiram a abertura imediata dos arquivos dos regimes militares, favorecendo o apagamento dos registros existentes e a “sobrevivência” emblemática de conjuntos específicos. De todo modo, os arquivos da repressão que restaram se devem ao ativismo arquivístico da resistência à ditadura e ao apagamento:

Quanto aos documentos relativos à repressão mantidos em outros arquivos públicos, sua sorte dependeu do grau de mobilização da sociedade civil e da relação de forças entre os setores que reivindicavam a abertura desses arquivos e aqueles que, ao contrário, queriam fechar-lhes o acesso. As políticas arquivísticas tornaram-se um terreno de lutas, assim como as políticas da memória relativas ao passado recente, cujas feridas ainda não estão cicatrizadas (GROPPO, 2014, p. 18).

Trataremos então mais das instituições de custódia de arquivos dos ativismos, da produção cultural relacionada às resistências às ditaduras (informativos, boletins, revistas, panfletos, cartazes, correspondências) e de coletas variadas feitas por diferentes pessoas. São conjuntos que costumam ser recolhidos pelos próprios ativistas ou pesquisadores durante a vida e depois doados a arquivos públicos ou que permaneceram nas organizações por direitos humanos e associações de vítimas dos regimes ditatoriais, voltadas também a salvaguarda desses e de outros conjuntos. Dentre as instituições que se destacam na salvaguarda de arquivos estão os centros de documentação e pesquisa nas Universidades, as organizações de atendimento às vítimas de violações, de familiares e amigos de desaparecidos, e aquelas especificamente voltadas a constituir arquivos e memorialização.

Muitos dos arquivos que forneceram materiais ao LEGH pertencem a Universidades, seja no Brasil, no Uruguai ou na Argentina. Os Centros de documentação, informação e pesquisa se propõem a estabelecer “políticas de memória” por meio dos arquivos. Essas políticas, no caso dos ativismos em questão neste tópico, são voltadas a elaboração de memórias coletivas que tragam conscientização sobre direitos e práticas repressivas do Estado, que por outro lado, num contexto autoritário, costuma impor sua própria política de memória. Mesmo quando o Estado passa a ser governado com pressupostos de direitos fundamentais, não é garantida a prática de memorialização coletiva implícita nos processos de reparação e indenização aos perseguidos e familiares. Por isso “é preciso exercer uma vigilância crítica com relação à política de memória: é preciso praticar uma política de memória e, num mesmo movimento, exercer uma crítica da política da memória” (KETELAAR, 2018, p. 202).

É possível afirmar que a preocupação com a preservação da produção intelectual e política de diferentes ativismos se relaciona também ao desenvolvimento da disciplina

histórica no Cone Sul. Os Centros de Documentação universitários são geralmente voltados a subsidiar pesquisas com fontes cuja proteção é menos garantida fora do espaço institucional, formam-se em torno de um ou mais conjuntos documentais cuja importância é reconhecida por pesquisadores e que aos poucos vão agregando novos conjuntos, retroalimentando a relação entre estrutura e conteúdo e pensando na coleta em relação às pesquisas acadêmicas de interesse. São organizações que têm como missão institucional a preservação e difusão de documentos e informações que tratam tanto da memória universitária quanto, nos casos que mencionarei, dos movimentos sociais brasileiros com interesse na pesquisa histórica (e nas humanidades em geral).

O Centro de Documentação e Memória da Universidade estadual de São Paulo (CEDEM/UNESP) foi criado em 1987 por um grupo de historiadores da Universidade, liderado pela professora Anna Maria Martinez Corrêa, Teresa Malatian e John Monteiro. Foi concebido como um “lugar de memória” e investido de grande responsabilidade com a proteção documental. O CEDEM nasceu a partir do interesse acadêmico e social despertado pela abertura democrática, pelas transformações que esta causou nas Universidades e pela valorização da pesquisa histórica, utilizando-se de documentos “originais”. A criação do CEDEM também se deve muito à criação do sistema estadual de arquivos em São Paulo, que oferecia um embasamento legal às iniciativas de organização de acervos documentais nas instituições públicas, fornecendo, portanto, uma proteção legal aos anseios do grupo.

De forma semelhante, o Centro de Documentação e Informação Científica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (CEDIC/PUC-SP) foi criado em 1980, por iniciativa de professores, num contexto de intensa atividade das ciências humanas e de afirmação da Pós-Graduação na Universidade. Estruturou-se como centro de documentação com o objetivo de dar suporte à pesquisa e às atividades de ensino e extensão. A partir de 1986 passou a reunir, tratar e disponibilizar conjuntos documentais de movimentos sociais ligados à Igreja Católica, como o movimento estudantil e juventude operária, constituindo-se num espaço de preservação de documentos importantes para a memória dos movimentos sociais brasileiros, permitindo o aprofundamento de investigações históricas sobre a organização social no país (CEDIC/PUC-SP, 2019).

Ambos remontam à década de 1980 e estão relacionados às lutas contra a ditadura, quando a demanda por arquivos, por resguardar informações produzidas pelo regime, pela oposição e/ou outras manifestações sociais, tornou-se determinante às pesquisas de ciências sociais e humanas interessadas no tema. Por esse motivo, estes arquivos foram pesquisados

na execução do Projeto Mulheres de Luta em 2018 e forneceram cópias de muitos de seus documentos ao acervo digital do LEGH. É importante salientar que a demanda por arquivos das ditaduras não existia apenas nos centros de pesquisa universitários. Antes disso, ou no mínimo simultaneamente, organizações em defesa dos direitos humanos, de familiares de desaparecidos e os próprios militantes políticos partem em busca da memorialização e da prova, pela via do testemunho direto e do recolhimento de documentos, para reivindicar indenizações e reparações por parte do Estado que, mesmo muito reticente e anistiando torturadores e assassinos, admitiu seus crimes de repressão e perseguição política.

Percebemos nos movimentos de produção e recolhimentos de arquivos que estes são processos dinâmicos no qual interferem usuários e arquivistas, construindo documentos de maneira ativa para usos distintos e até contraditórios aos do registro inicial. A produção de documentos pelas ditaduras, seja nas suas atividades repressivas ou estatísticas, é posteriormente reivindicada como prova das violações de direitos e perseguições praticadas pelos regimes. Assim, percebemos que “cada ativação deixa marcas no documento ou em seu contexto, as quais constituem os atributos de significação ilimitada dos arquivos” (KETELAAR, 2018, p. 197). Quando então esses documentos são reivindicados como artefatos de justiça e memória, é porque há fatos a serem extraídos tanto da sua forma, num sentido diplomático, quanto do que registram e comunicam em discursos.

Outra ação que exemplifica esse movimento, que também acaba por produzir fontes para contar histórias da ditadura, é o trabalho da única sobrevivente da guerrilha do Araguaia, Crimeia de Almeida, e de outros familiares de pessoas desaparecidas, na reunião de relatos e documentos sobre este episódio cheio de contradições e vazios narrativos, através da Comissão dos Mortos e Desaparecidos políticos na ditadura. Ainda na década de 1980, a comissão fez uma caravana ao Pará, nos municípios de Marabá, São João do Araguaia e Conceição do Araguaia; colheu testemunhos, e recolheu documentos, entre outros lugares, no Instituto de Medicina Legal (IML) da USP. Para Margareth Rago:

Construir esses arquivos, que foram reunidos no Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos (1964-1985) (2009), passa a ser uma nova frente de luta. Exige que se parta dos pequenos traços deixados pelo exército em diferentes locais, ou que se recorra à memória dos familiares e amigos, em busca da recomposição das histórias perdidas dos/das ativistas políticos brutalmente assassinados, alguns esquartejados, outros definitivamente eliminados (RAGO, 2010, p. 163).

Os “arquivos da luta armada” ou os “arquivos da resistência”, como muitos arquivos reunidos durante e após as ditaduras são designados, foram organizados, assim como no caso

acima, pelas associações de vítimas, seus familiares, e por organizações em defesa dos direitos humanos. Eles reúnem tanto documentos da repressão, das polícias políticas e dos sistemas judiciários ditatoriais, quanto a produção cultural do ativismo e da organização política e intelectual das resistências às ditaduras. O *Archivo de la lucha armada “Davi Cámpera”*, um dos fundos do *Archivo del Centro de estudios interdisciplinarios uruguayos* (CEIU), guarda documentação e bibliografia sobre o Movimento de Libertação Nacional Tupamaros e as experiências de luta armada na América Latina. Não há muita informação descritiva sobre este arquivo disponível no *site* do CEIU. O índice da coleção traz dados gerais como o espaço de armazenamento, número total de arquivos e número de itens por espécie documental (livros e ensaios, entrevistas e testemunhos, imagens, cronologias e informações sobre indivíduos), sem grandes especificações ou índice temático.

Este arquivo pertence à *Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación*, da *Universidad de La República*, em Montevideu, no Uruguai, e é dedicado a conservar documentos da história recente do país sobre organizações políticas e partidos, organizações de direitos humanos, sindicatos, sobre o exílio e a solidariedade internacional. Inclui fotografias, documentos sonoros e audiovisuais. Percebemos que dos seus 29 fundos, apenas dois correspondem a nomes de mulheres: o de Marta Valentini, militante comunista, presa política durante a ditadura, esposa do dirigente comunista Luís Masera; e o de Lucía Sala, historiadora, professora e pesquisadora da própria Faculdade. É dessas perceptíveis lacunas que nasce o ímpeto de resgatar e registrar as omissões históricas que se verificam nos arquivos. As experiências de prisão, exílio, desaparecimentos de pessoas (filhos e filhas, irmãos e irmãs, pais ou mães) e a repressão constante em que também viveram as mulheres acabam pedindo um outro tipo de arquivamento. Marta Valentim é uma das criadoras da convocatória “Memoria para armar”, voltada a recolher testemunhos de mulheres sobre a ditadura uruguaia. Moriana Hernandez Valentim, filha de Marta, foi entrevistada pelo LEGH em 2008. A entrevista está armazenada no acervo digital do LEGH salvo no repositório da UFSC.

A convocatória chamava mulheres a dar seus testemunhos sobre a ditadura uruguaia através do *slogan*: “Te convidamos a contar porque também te aconteceu”. Essa ação, que começou nos anos 2000, reuniu mais de 300 testemunhos que constituem um valioso acervo de História Oral especializado em memórias de mulheres acerca da ditadura no Uruguai. Isso possibilitou a publicação de memórias, estudos referentes às vivências das mulheres uruguaias na ditadura, e até ficções dentro da temática. Nota-se que o arquivo em questão é



produzido “de um ponto de vista solidário com as mulheres, outorgando-lhes a qualidade de “protagonistas”” (SAPRIZA, 2010, p. 97). Os relatos apelavam uns aos outros como ao *slogan*-convocatória, que apelava a falar quem estava silenciada.

Nesse sentido, dois processos marcaram significativamente a vida das mulheres na ditadura uruguaia: a implantação do terrorismo de Estado a partir da ruptura institucional em 1973 e a deterioração das condições de vida e salários da população.

Estas duas situações afetaram profundamente as mulheres e suscitaram respostas políticas de resistência propiciando o nascimento de um importante movimento social – estruturado pelo feminismo – que se pôs em evidência na transição para a democracia através de massivas manifestações públicas e da luta sustentada pela conquista da visibilidade do papel de protagonismo assumido pelas mulheres na recuperação da democracia (SAPRIZA, 2010, p. 95).

Num projeto semelhante, embora bem mais amplo, um grupo de organizações de direitos humanos começou a se reunir para participar de maneira coordenada em ações locais e nacionais em prol da memória sobre a última ditadura na Argentina, constituindo-se o *Memória Abierta*. O principal objetivo do grupo, criado em 1999, era contribuir com a elaboração da memória sobre o que aconteceu durante o regime em que o terrorismo de Estado foi vigente, e a construção de uma democracia que fortalecesse e promovesse o respeito aos direitos humanos. As organizações em questão<sup>65</sup> se reuniram com a convicção de que a ação conjunta no “trabalho pela memória” (JELIN, 2002) os tornaria mais fortes em sua luta. Desde o início, o *Memoria Abierta* agiu com a intenção de fundar um Museu da Memória, com extenso programa de tratamento arquivístico de documentos histórico-institucionais das organizações de direitos humanos e a produção de um Arquivo Oral de testemunhos em formato audiovisual sobre o terrorismo de Estado. Havia também a intenção de sistematizar fotografias em um Arquivo fotográfico e produzir registros para a visibilização dos espaços de repressão e resistência, buscando sua transformação em “espaços de memória”.

O *Memória Abierta* participou de demandas sociais por políticas estatais de memória coletiva na Argentina, desenvolvendo um trabalho de valorização do patrimônio documental no interior das organizações de direitos humanos e criando vínculos internacionais para

---

<sup>65</sup> Asamblea Permanente por los Derechos Humanos, Buena Memoria Asociación Civil; Centro de Estudios Legales y Sociales; Comisión de Homenaje a las Víctimas de Vesubio y Protobanco; Comisión por la Memoria, la Verdad y la Justicia de Zona Norte; Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas; Fundación Memoria Histórica y Social Argentina; Madres de Plaza de Mayo – Línea Fundadora; Servicio de Paz y Justicia (MEMORIA ABIERTA, 2020).

incidir de maneira conjunta na busca por “memória, verdade e justiça” em outros países latino americanos. Em 2006, quando acontece o primeiro julgamento desde a abertura dos processos por crimes contra a humanidade, o grupo atua nas causas judiciais como perito, fornecendo documentação e novas ferramentas que reconstruíam e demonstravam o funcionamento dos Centros Clandestinos de Detenção (CCD’s). Segundo a própria organização:

Memória Aberta é uma aliança de organizações de direitos humanos argentinas que promove a memória sobre as violações aos direitos humanos do passado recente, as ações de resistência e as lutas por verdade e justiça, para refletir sobre o presente e fortalecer a democracia. (MEMORIA ABIERTA, 2020. Tradução livre)<sup>66</sup>

Para isso, o projeto cataloga e dá acesso a diversos arquivos institucionais e pessoais; produz entrevistas audiovisuais que compõem um arquivo oral; contribui com a visibilidade dos lugares usados pela repressão através de diversas ferramentas e registros, elabora recursos temáticos para difusão dos arquivos com fins educativos, buscando promover debates sobre as formas de narrar os acontecimentos e colaborar com a atuação da justiça. Em 2013, o *Memoria Abierta* mudou de sede, reunindo-se no *Espacio Memoria y Derechos Humanos* com outras organizações e órgãos estatais. Este espaço havia funcionado como um dos centros clandestinos de detenção, onde foram torturadas e assassinadas diversas pessoas que combateram o regime militar na Argentina.

No Chile, a ditadura do Pinochet matou mais de duzentas pessoas em dez meses nos quatro dos centros de detenção criados para prender opositores políticos na região metropolitana de Santiago. O *Movimiento Izquierda Revolucionária* (MIR) perdeu 40% de seus quadros nesse período<sup>67</sup>. O imóvel localizado no endereço da Rua Londres, 38 ficou conhecido como quartel *Yucatán*, e foi objeto de muitas disputas até ser transformado em um “espaço de memórias” sobre mortos e desaparecidos na ditadura chilena. As pesquisadoras do LEGH testemunharam dois momentos diferentes deste processo:

Em nossa primeira estada no país, Joana e eu (Cristina) tínhamos reservado um hotel pela internet, um bem barato, mas muito conveniente por ser no centro da cidade, o Hotel Londres. Quando falávamos onde estávamos hospedadas e passávamos o endereço para várias das entrevistadas, sentíamos que elas nos

---

<sup>66</sup> “Memoria Abierta es una alianza de organizaciones de derechos humanos argentinas que promueve la memoria sobre las violaciones a los derechos humanos del pasado reciente, las acciones de resistencia y las luchas por la verdad y la justicia, para reflexionar sobre el presente y fortalecer la democracia” (MEMORIA ABIERTA, 2020). [<http://memoriaabierta.org.ar/wp/>]

<sup>67</sup>. Segundo a própria organização a ofensiva inicialmente foi contra o MIR, incluindo depois o Partido Socialista (PS), o Partido Comunista (PC) e outras agremiações e grupos de esquerda.

olhavam de um jeito diferente; “Ah, na Rua Londres, é?” Na quinta-feira à noite, ao voltarmos de mais uma entrevista, nos deparamos com uma cena para nós inusitada: havia um círculo de pessoas, segurando velas, algumas fotos preto e branco nas mãos ou com camisetas impressas, muitos cartazes, uma delas tocando violão, e chamavam nomes, aos quais as pessoas respondiam: “Presente”. Era uma manifestação do grupo de familiares de desaparecidos, pois nosso hotel ficava em frente a um conhecido centro de tortura dos anos de 1973 e 1974, “Londres 38”. Essa experiência de virar a esquina e dar de cara, literalmente, com as consequências da ditadura sobre a qual estávamos estudando foi muito importante. E mais, no outro dia, de manhã, a casa que na noite anterior tinha a fachada coberta por cartazes colados, tinha sido repintada de cinza durante a madrugada, por cima dos cartazes, certamente em função de que ali ainda funcionava uma repartição do Exército Chileno. Quando Joana voltou lá, com Gabriel e Karina, encontrou a casa transformada em um centro de memória sobre os desaparecidos. “Presente”. Essa mudança certamente esteve relacionada aos caminhos políticos do Chile no período com o governo de Michele Bachelet (PEDRO; WOLFF, 2011, p. 33).

Os centros de detenção eram administrados pela recém-criada *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA), onde se planejava e se mandava executar a política de detenção, tortura, extermínio e desaparecimento de opositores políticos à ditadura de Augusto Pinochet. A estratégia de desaparecimento forçada de oponentes políticos foi levada a cabo pelo governo a partir de abril de 1974, e o quartel de *Yucatán*, na rua Londres 38, foi parte importante dessa ofensiva ditatorial. Em 1975, a DINA abandona o imóvel e, em 1978, Pinochet o concede via decreto ao *Instituto O'Higiniano*, órgão vinculado ao exército e financiado pelo Estado chileno.

Com a recuperação da democracia no país, apesar dos sucessivos governos da centro-esquerda *Concertación*, o imóvel não foi reivindicado pela coalizão. O Partido Socialista preferiu receber uma indenização pela casa com os benefícios da Lei de bens confiscados, abrindo mão do seu resgate memorial. Em 2005, o *Colectivo Londres 38* dá início a um longo processo que misturava ações urbanas e movimentações institucionais para recuperar o lugar e transformá-lo no espaço de memória onde pretendiam instalar, entre outras coisas, um arquivo oral em formato audiovisual com testemunhos de vítimas e sobreviventes detidos em Londres, 38 e nos outros centros de detenção da região metropolitana de Santiago. A intenção se justificava também para proteger o imóvel da venda ou da destruição, que foi o destino dos outros imóveis onde funcionaram esses centros.

Outras organizações de memória e direitos humanos, como o *Colectivo 119*, voltaram a se manifestar no ano de 2005 em frente ao antigo prédio. Junto à *Corporación de Promoción y Defensa de los Derechos del Pueblo* - CODEPU e a coordenadoria de ex presos e presas políticas de Santiago fizeram um chamado público contra a retomada do local pelo *Instituto O'Higiniano*, em fevereiro de 2006. Utilizaram-se da solicitação que haviam feito

anteriormente ao Conselho de monumentos nacionais de que se transformasse Londres 38 num monumento nacional em memória aos presos e desaparecidos políticos. As mobilizações em frente ao prédio, reivindicando-o como memorial, foram semanais entre 2005 e 2007. De fato, o governo de Michele Bachelet, conforme observou a Professora Cristina Wolff, esteve envolvido no processo de transformação do espaço, mas não sem muitas disputas e controvérsias. Através de uma permuta administrada pelo governo, o imóvel foi recuperado pelo Estado, e em dezembro de 2007 o Instituto O'Higginiano abandonou Londres 38, produzindo-se a primeira ocupação massiva da casa.

O governo Bachelet atrelou a recuperação à criação de um Instituto de Direitos Humanos que administraria o prédio, o que foi contestado pelas organizações envolvidas na sua reivindicação memorial. Conforme as mobilizações se davam, com a presença dos coletivos e organizações de direitos humanos em datas e atividades especificamente permitidas, uma certa rotina foi se instalando e permitindo reuniões e ações de trabalho relacionadas ao uso e destino do imóvel. Durante toda a história de Londres 38 vemos que as ações dos ativistas pelo seu espaço de memória foram determinantes na consolidação da ideia. A partir desses trabalhos iniciais, os coletivos e organizações propuseram uma mesa de trabalho<sup>68</sup> ao governo, buscando também financiar as propostas que haviam estabelecido para utilizar de forma integral a tão disputada casa, e conseguiram que a ideia do Instituto fosse substituída por um enorme trabalho de parceria em torno da memorialização pelas vítimas da ditadura pinochetista. A mesa de trabalho, no entanto, foi apenas o início de uma nova fase que também teve embates com o governo de Sebastián Piñera a partir de 2011. A concessão formal de Londres 38 só viria a se consolidar em abril de 2014, já num novo governo de Michele Bachelet.

Ainda no Chile, o acervo da *Fundación de Documentación y Archivo Vicaría de la Solidaridad* (FUNVISOL) se destaca também com fornecedor de fontes para o LEGH e, conseqüentemente, cópias de publicações e documentos para o acervo do Laboratório. A Fundação guarda e administra o patrimônio documental do trabalho que realiza desde quando ainda atuava como *Comité de Cooperación para la Paz en Chile* (COPACHI), na defesa e promoção dos direitos humanos durante a ditadura chilena. A Fundação tem como

---

<sup>68</sup> Desta Mesa participaram os coletivos Londres 38, 119, familiares e amigos; e Memória 119; a Comissão de assessoria presidencial de Direitos Humanos; Ministério de bens nacionais, Intendência de Santiago; O Programa de direitos humanos do Ministério do Interior, o Conselho de Monumentos nacionais, O Museu Histórico Nacional e, na qualidade de assessores, dois acadêmicos do Programa Domeyko da Universidade do Chile. A secretaria executiva da mesa esteve à cargo de dois profissionais do Programa de Governabilidade da FLACSO.

objetivo dar acesso e atuar na difusão à documentação que produziu e recolheu durante sua atuação na ditadura e depois, já na abertura política para a democracia. A documentação inclui 85.000 documentos “de caráter único”, segundo a Fundação, organizados em dois fundos e quatro coleções que só podem ser acessadas presencialmente, o que torna nossas cópias bastante valiosas, já que é pequena a proporção do acervo que está digitalizada.

O Fundo jurídico refere-se a todas as pessoas atendidas pela instituição ao longo de sua história, incluindo originais e cópias de processos judiciais, por delitos políticos, pedidos de *habeas corpus*, recursos de proteção, processos por mortes, sequestros, desaparecimentos, torturas; testemunhos, depoimentos e denúncias ante os órgãos internacionais, entre outros. O Fundo iconográfico reúne fotografias produzidas tanto pelo Comitê, quanto pela Fundação, no decorrer das suas funções, com o objetivo de documentar as atividades e os atos de violência estatal que ocorriam no Chile. Este fundo também inclui uma coleção de obras doadas por artistas nacionais e estrangeiros pela ocasião do Simpósio Internacional de Direitos Humanos realizado no país em 1978, em comemoração ao 30º aniversário da declaração universal. Parte deste fundo está digitalizado e pode ser consultado no site da *Vicaría de la solidaridad* (<http://www.vicariadelasolidaridad.cl/>).

A coleção bibliográfica é composta por documentos concernentes aos direitos fundamentais, desde 1973 até os dias atuais. Inclui publicações da própria instituição, como os documentos de trabalho registrados pelo LEGH em acervo digital – cinco volumes anuais (1985-1988) - relatórios que buscavam mostrar a situação corrosiva dos direitos humanos no Chile em anos ditatoriais, através da análise de leis e dados da própria instituição. Como oferecia assistência jurídica, social e médica, o Comitê e posteriormente a Vicaría produziam relatórios e estatísticas que tornavam possível medir o termômetro das violações de direitos. A coleção bibliográfica só pode ser acessada presencialmente, mas é possível consultar o catálogo disponibilizado no *site* da instituição.

Também é possível acessar virtualmente uma parte da coleção de recortes de imprensa, um material classificado de acordo com tema e cronologia. O conjunto é uma recompilação de recortes de imprensa nacional e internacional que tratavam de temas dos direitos humanos. Há também uma coleção de revistas de circulação nacional e internacional do período 1973-1992. Por fim, a coleção audiovisual reúne documentários e filmes sobre direitos humanos. Não há maiores especificações sobre estas duas últimas coleções, mas no site da Fundação é possível acessar um arquivo digital que inclui uma seleção de documentos

produzidos entre 1973 e 1990, e uma parte do arquivo fotográfico da revista *Solidaridad*, uma publicação da própria organização.

Vemos que neste caso a organização que trabalha em defesa de cidadãos contra o regime ditatorial preocupa-se em criar um espaço para salvaguardar as informações produzidas pelo seu próprio trabalho. Há um sentido orgânico, na medida em que documentar faz parte do trabalho de atender vítimas de violações de direitos, e há um sentido intencional concomitante, que pensa num legado a ser deixado pelo trabalho. São sentidos que determinam primeiro a guarda e depois o acesso aos documentos, na intenção de “não esquecer”. Neste caso em específico, a FUNVISOL é uma organização também religiosa, o que nos indica uma consonância na região onde a teologia da libertação esteve atrelada às resistências contra as ditaduras do Cone-Sul (e latino-americanas no geral), incluindo movimentos feministas (MARQUES, 2011, p. 193).

O Arcebispo de Santiago foi um dos locais nos quais Amanda Strauss fez visitas e entrevistas para sua pesquisa sobre arquivistas e os movimentos de direitos humanos no Chile. Ela selecionou “lugares de memória” (museus, parques, monumentos e repositórios arquivísticos) que documentassem as violações aos direitos humanos pela ditadura pinochetista e a partir deles entrevistou três arquivistas que trabalharam diretamente com essa documentação (STRAUSS, 2014, p. 11). Assim como o arcebispo, a *Corporación de Promoción y Defensa de los Derechos del Pueblo* (CODEPU) tinha como missão ajudar vítimas e familiares de vítimas contra as violações de direitos humanos e lutar contra a impunidade dos crimes cometidos pelo Estado repressor. A CODEPU é uma das mais antigas organizações de defesa dos direitos humanos no Chile, tendo se destacado na defesa jurídica e no atendimento psicológico às pessoas que atendiam, perseguidas pelo regime ou próximas a quem era perseguido, preso ou assassinado.

Vimos que a CODEPU esteve envolvida nas reivindicações e construção do projeto memorial em Londres 38. Já os fundos da própria CODEPU estão reunidos a outros no *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos*, inaugurado em 2010 pela Presidenta Michele Bachelet. Este é outro espaço voltado a dar visibilidade às violações aos direitos humanos cometidas pelo Estado chileno entre 1973 e 1990, segundo a própria instituição: “oferecendo dignidade às vítimas e às suas famílias e estimulando a reflexão e o debate sobre a importância do respeito e da tolerância, para que estes fatos não se repitam”<sup>69</sup>. O Museu é

---

<sup>69</sup> “El Museo de la Memoria y los Derechos Humanos es un espacio destinado a dar visibilidad a las violaciones a los derechos humanos cometidas por el Estado de Chile entre 1973 y 1990; a dignificar a las

administrado por uma Fundação de direito privado da qual participam representantes do mundo acadêmico, organizações de promoção e defesa dos direitos humanos, incluindo *La Vicaría de solidaridad* e pessoas convocadas por seu compromisso histórico com os direitos humanos.

Não nos interessa aqui entrar em detalhes sobre os acervos de cada organização já pesquisada pelo LEGH, mas fazer aparecer as nuances dos processos de formação dos acervos das ditaduras, e explicitar as relações complexas que se estabelecem para que esses espaços ou lugares de memória possam vir a existir, sejam aqueles internos ou externos às organizações. Também me interessa fazer notar que a circulação e uso dos arquivos não precisa estar atrelada necessariamente às Universidades, mas que, em estando, isso não precisa necessariamente ser sinônimo de restrição e “encastelamento”. Por outro lado, é importante que se utilize o trabalho coletivo e colaborativo para buscar financiamento aos arquivos, seja junto ao Estado ou em organismos privados, pois não há circulação e difusão possíveis sem a preservação adequada dos materiais que guardamos, mesmo em meio digital. Todas as experiências que destacamos são marcadas pela participação, mesmo que tangencial, de estudiosos e pesquisadores no seu processo constitutivo e nas ações de defesa da documentação.

O *Archivo del terror*, no Paraguai, imbrica dois temas já discutidos neste tópico: documentos e arquivos produzidos pelos aparatos autoritários do Estado, neste caso sob o governo de Alfredo Stroessner, e resgatados ao fim do regime; e a constituição de um “lugar de memória” para tratamento, uso e difusão desses arquivos, neste caso um Centro de Documentação especializado. “Nesse mar de papéis se podia encontrar desde uma carta pessoal até depoimentos de centenas de detentos nos cárceres da ditadura”<sup>70</sup>. Esse “mar de papéis” trazia comprovações importantíssimas sobre as ações da Operação Condor no Cone Sul. O *Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos* foi criado em 1993, quando a documentação da polícia política saiu de um quarto de delegacia em Lambaré, nos arredores de Assunção, e foi para o Palácio da Justiça. A documentação é farta e extensa não só pela longevidade da ditadura paraguaia (1954-1989), mas também pela intensidade da vigilância e da repressão praticadas pelo governo Stroessner.

---

víctimas y a sus familias; y a estimular la reflexión y el debate sobre la importancia del respeto y la tolerancia, para que estos hechos nunca más se repitan” (MUSEO DE LA MEMORIA, 2020).

<sup>70</sup> “En ese mar de papeles se podía encontrar desde una carta personal hasta las declaraciones de cientos de detenidos en las cárceles de la ditadura” (VERA, 2002, p. 85).

Martín Almada foi o primeiro ex preso político a solicitar um *habeas data* à justiça paraguaia. A nova figura constitucional serviria de instrumento às vítimas da repressão como recuperação das provas das torturas, desaparecimentos e assassinatos de militantes de esquerda e opositores do regime. A figura do juiz José Agustín Fernández também é fundamental no processo de recuperação desses documentos, que incluíam livros de entrada e saída de presos, fotos, fichas de detentos, informes de atividades políticas, declarações, livros, folhetos e até gravações de programas de rádio. A cobertura da imprensa sobre a busca das vítimas por documentos é outra característica peculiar a este resgate. A partir da abertura inicial dos arquivos e com o processo atribulado de mudança, algumas perdas acabaram acontecendo, até por medo da destruição dos registros pelas autoridades, mas nada que mudasse o fato de que aquela era uma grande descoberta para as vítimas e familiares.

Aos arquivos encontrados inicialmente se somaram mais três conjuntos encontrados dois dias depois e levados ao poder judiciário em janeiro de 1993. Os arquivos da *Dirección Nacional de Asuntos Técnicos* (DNAT, conhecida como “Técnica”), os arquivos de um Departamento Judicial de polícia de Santiago e da delegação de governo do distrito de Caaguazú. Pela lentidão com que o Ministério do Interior, responsável pelos arquivos da Técnica, procedeu com a entrega dos arquivos, suspeita-se que tenha sido realizada “uma limpa” nos documentos, excluindo-se aqueles que diziam respeito às ações do centro de tortura que essa instituição abrigava. Os cortes cronológicos específicos são um dos indícios de alteração dos arquivos (VERA, 2002, p. 94). Apesar disso, os documentos encontrados davam conta de que este órgão de governo era especializado na espionagem política, principalmente de comunistas. Dentre os documentos havia manuais de capacitação de agentes que incluem instruções para interrogatórios e torturas. Martín Almada denunciou o desaparecimento de alguns destes documentos, que implicavam a CIA na repressão dos anos 1970.

Embora os documentos encontrados depois tenham sido importantes para o esclarecimento de casos específicos, como aqueles relacionados às Ligas Cristãs Agrárias, eles cobrem um menor período de tempo (são mais recentes) e suas séries são bem menos completas que as dos *Archivos del terror* da polícia política do Ministério do Interior. Com a abertura inicial, no entanto, e o uso intensivo do arquivo por familiares de vítimas e pela imprensa, o juiz Fernández acabou por restringir o acesso aos documentos. Foi quando começou o apoio e colaboração do *Centro de Documentación e Estudios* (CDE) e do *Comité de Iglesias para Ayudas de Emergencia* (CIPAE) e as disputas com integrantes da



*Asociación por el derecho a la Vida* (ADAVI), uma organização de vítimas e familiares. Havia muita desconfiança por parte da associação com as decisões do poder judiciário paraguaio.

A desconfiança tinha razão de ser, depois de tantos anos de ataques às liberdades cidadãs no país. Glória Estragó, integrante da ADAVI, foi a responsável por um projeto de lei proposto em 1993 que declarava os arquivos como patrimônio nacional e cultural do Paraguai, estabelecendo a obrigatoriedade do seu recolhimento ao *Archivo General de la Nación*. A lei, sancionada em 1998, no entanto, não se cumpriu, pois o poder judiciário tinha a custódia dos arquivos por conterem provas de julgamentos. Estabeleceram-se então as primeiras ações do *Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos del Poder Judicial*, sob direção dos juízes José Agustín Fernández e Luis Benítez Riera e coordenação da documentalista do CDE, Rosa Palau. A partir daí o arquivo se institucionaliza e a documentação é ordenada e classificada para ser disponibilizada ao uso público (VERA, 2002, p. 101).

Por fim, discuto brevemente o CeDInCI - *Centro de documentación e investigación de la cultura de izquierdas* e o Arquivo Edgard Leuenroth como arquivos que começaram como acervos pessoais de caráter colecionista e voltados ao uso histórico e acabaram se tornando referência para pesquisadores do mundo todo, estabelecendo inclusive relações entre si<sup>71</sup>. Ambos são fornecedores de fontes às pesquisas do LEGH, principalmente o AEL. Durante o Projeto Mulheres de Luta A desconfiança com espaços públicos e estatais de memória que atinge movimentos sociais, fruto das disputas destes contra o próprio Estado, suscita reflexões importantes sobre a guarda e uso dos arquivos que tratam da produção cultural e das atividades comuns a essas organizações (atas de reuniões, cartas, propostas, decisões coletivas, cartazes, folhetos, informativos, etc).

O acervo que deu origem ao CeDInCI era inicialmente o arquivo pessoal de Horacio Tarcus, um historiador argentino que reuniu documentos relacionados às esquerdas durante 20 anos. Quando reuniu seu próprio arquivo com o arquivo pessoal de José Paniale, um militante anarquista, que corresponde em sua maior parte à produção da imprensa alternativa de movimentos políticos da primeira metade do século XX, deu-se a ideia de disponibilizar estes fundos à consulta pública. Hoje o Centro de documentação é reconhecido como um

---

<sup>71</sup> No dia 30 de janeiro de 2020 se realiza na UNICAMP o evento “Centro de Documentação, Movimentos Sociais e Universidade: diálogos, desafios e lutas”, com a participação de Laura Fernández Cordero, responsável pela área acadêmica do CeDInCI.

dos principais acervos de movimentos sociais na América Latina<sup>72</sup>, também por isso assemelhando-se ao AEL. Ambos reúnem acervos da produção cultural de movimentos operários, de trabalhadores do campo e da cidade, e de movimentos políticos nascidos no século XIX, além de obras das grandes correntes teóricas e dos movimentos sociais.

Edgard Leuenroth começou a trabalhar aos 15 anos, como tirador de provas e tipógrafo no Jornal “Comércio de São Paulo”. Trabalhou em vários grandes jornais onde também organizou e dirigiu arquivos<sup>73</sup>. Líder da primeira greve geral do país e militante anarquista engajado, Leuenroth fundou seu primeiro jornal – “o Boi” aos 16 anos. Nele defendia a liberdade de expressão e pensamento e a imprensa livre (LOPREATO, 2009). Seu “pendor vocacional” de arquivista, como ele mesmo afirmava, e a “mania” de guardar papéis, foram determinantes para a constituição do acervo entregue em 1968 à Universidade de Campinas, sob intensa repressão política. (LOPREATO, 2009, p. 203). Pela amizade que tinha com Aziz Simão e Antônio Candido, e principalmente pelo respeito que inspirava entre anarquistas, comunistas e socialistas, o trabalho de arquivista de Edgard Leuenroth era considerado fundamental para a história do anarquismo e da imprensa anarquista. Essas relações foram imprescindíveis para costurar o projeto de aquisição que levaria seu acervo para a Unicamp após a sua morte, começando a constituição do que viria a ser, a princípio, o “Centro de Pesquisa e Documentação social”. Atualmente o AEL é considerado o maior acervo em História Social<sup>74</sup> (AEL, 2016) da América Latina.

A inauguração da primeira sede do CeDInCI, em Buenos Aires, por sua vez, se deu em abril de 1998, trinta anos depois do recolhimento do arquivo de Leuenroth pela Unicamp. O Centro nascia como uma organização sem fins lucrativos dedicada à preservação do patrimônio documental e cultural das esquerdas<sup>75</sup> (CEDINCI, 2019). Possui periódicos

---

<sup>72</sup> Su fondo documental reúne la mayor colección de documentos sobre la cultura de izquierdas en América Latina, incluyendo la producción de las grandes corrientes políticas (anarquismo, socialismo, sindicalismo, comunismo, trotskismo, maoísmo, guevarismo, nueva izquierda, nacionalismos revolucionarios) así como la de los movimientos sociales (movimiento obrero, estudiantil, de mujeres, de derechos humanos, campesinos, artísticos e intelectuales). Ofrece además un cuantioso caudal de documentos y colecciones bibliográficas y hemerográficas de otras familias políticas (liberalismo, radicalismo, conservadurismo, nacionalismo, democracia cristiana, cristianismo social, peronismo y otros populismos latinoamericanos). Dispone también de numerosas colecciones de arte y literatura, sobre todo aquellas vinculadas a la praxis política (CEDINCI, 2019).

<sup>73</sup> São eles “A Noite (edição paulista), Jornal de São Paulo (em suas duas fases), A Época e Jornal do Comércio (Recife).

<sup>74</sup> Segundo números do próprio AEL, estão sob sua guarda 120 conjuntos documentais, 13 mil títulos de periódicos, 25 mil livros, 12 mil rolos de microfílm, 60 mil fotografias, objetos e outros suportes.

<sup>75</sup> O Centro de documentação reúne institucionalmente uma hemeroteca, uma biblioteca e um arquivo, onde se acomodam 150 fundos pessoais de arquivo, 10.000 títulos de periódicos, 160.000 monografias e 4.000 cartazes, além do maior acervo existente de panfletos eleitorais e folhetos da Argentina.

produzidos em nosso continente por organizações políticas, culturais, sindicais, estudantis, de direitos humanos, de mulheres e feministas, todos disponíveis para consulta pública. Nos últimos anos, tornou-se um dos principais centros de referência em ciências humanas e sociais da América Latina, recebendo regularmente pesquisadores de Universidades de todo o mundo.

Mesmo num contexto de muita dificuldade política, os arquivos de Leuenroth possibilitaram uma empreitada ainda maior. Ao longo de mais de 50 anos de história, o AEL ampliou muito a extensão e diversidade dos seus Fundos, incluindo temas como o sindicalismo, resistência à ditadura, personalidades das ciências sociais, movimento homossexual, negro e feminista, dentre outros, institucionalizando-se e ampliando a estrutura e o acervo<sup>76</sup>. Da mesma forma, conforme o acervo do CeDInCi crescia, estabelecia-se a certeza de que teria que abrir sua condição de “*archivo de izquierdas*” às expressões emancipatórias de todo tipo de movimento social (CORDERO, 2019, p. 12).

As limitações de acesso que o tratamento técnico dos arquivos exige acaba por parecer, muitas vezes, um encastelamento em torno dos acervos, o que pode destoar da proposta de difusão a partir dos acervos de movimentos sociais. Não se pode negar também que o controle dos arquivos é um exercício de poder sobre o uso dos documentos. A escolha sobre quem e por que recebe autorização para acessar um documento considerado sensível, por exemplo, recai sobre arquivistas e demais profissionais envolvidos nesse controle. E sempre será uma escolha política relacionada a uma permissão de uso da memória guardada no documento. Apesar disso, todas as ações, institucionalizadas ou não, voltadas ao resguardo de dispositivos de memória como os documentos dos movimentos sociais se destacam pela influência que exercem como fontes para pesquisas históricas que abordam a efervescência política do século XX, especialmente nos casos dos movimentos sociais brasileiros que se estabelecem a partir da resistência à ditadura iniciada em 1964, dentre eles os movimentos de mulheres e feministas, muitos deles encabeçados por mulheres de esquerda.

Desde 2007 o CeDInCI integra a *International Association of Labour History* (IALHI), associação que por sua vez compõe a *Fondazione Giangiacomo Feltrinelli*, o *International Institute of Social History* de Amsterdam (IISG) e a *Bibliothèque de documentation internationale contemporaine* (BDIC) de Nanterre, entre outros grandes

---

<sup>76</sup> Ver fundos consultados pela equipe do Projeto Mulheres de Luta em capítulo sobre o movimento homossexual brasileiro (LUCENA; POSSAMAI; ZANDONÁ, 2019).

arquivos do movimento operário e das esquerdas, formando uma “rede de memória e história fundada nos arquivos e bibliotecas do movimento operário latino-americano” (CEDINCI, 2019). O crescimento do acervo se deu, sobretudo, por doações, que somam mais de cem ao ano. O CeDInCI abriga pesquisadores e realiza publicações, com destaque para a revista *Políticas de la Memoria*.

Como pudemos perceber ao longo deste rápido olhar sobre os arquivos da repressão e da resistência<sup>77</sup> às ditaduras no Cone Sul, os arquivos são utilizados como instrumentos de políticas de memória. Eles conferem autoridade aos discursos, seja por seu caráter de evidência, seja pelas práticas de memorialização que viabilizam. De certa forma, os arquivos da repressão conferem legitimidade aos arquivos da resistência, na medida em que documentam a perseguição e o esforço do Estado em fazer sumir certas ideias de circulação na memória coletiva. Não à toa a queima de arquivos é uma preocupação constante para a produção cultural relacionada às esquerdas e aos movimentos populares. Busca-se também para os movimentos feministas da atualidade destacar a trilha deixada pelos documentos, marcando a trajetória das suas lutas, que hoje se destacam por manifestações massivas e cheias de jovens.

Antecedentes para o feminismo, sobram. Há dezenas de ancestrais. É por essa história densa que dá base ao presente que se instalam inumeráveis livros e artigos; que as instituições fazem crescer secretarias e áreas onde não queriam olhar, que em uma semana de agenda porteña temos três atividades feministas marcadas no mesmo dia. Em suma, a onda não é a imagem de algo que explode onde havia calma, mas de uma força enorme que varre os sentidos comuns e inunda o presente com seu antigo poder contido (CORDERO, 2019, p. 12).

É desse “poder contido” que emerge também essa pesquisa, motivada pela identificação dos vazios históricos no feminino, e por uma procura por essa ancestralidade feminista cujos vestígios, rastros, fontes, não se encontram tão facilmente, o que não significa sua inexistência. A criação de arquivos feministas acompanha a necessidade de prover conflitos sociais contemporâneos de sentido histórico, fornecendo a possibilidade da identificação e do pertencimento.

---

<sup>77</sup> Expressão inspirada no primeiro evento acadêmico a que compareci, em 2013, sobre arquivos da ditadura brasileira. O “I Seminário Internacional Documentar a Ditadura: arquivos da repressão e da resistência” aconteceu nas dependências do Arquivo Nacional e foi uma experiência determinante em meus estudos.

### 3.2 OS ARQUIVOS FEMINISTAS

Ao buscar por arquivos feministas de forma geral, através da internet<sup>78</sup>, em diversos países do mundo (EUA, França, Espanha, México, Chile, Reino Unido, etc) pude observar diferentes formas de identificação, classificação e descrição dadas a arquivos físicos e digitais das produções feministas e dos estudos de gênero. O atrelamento às Universidades e Centros de pesquisa se verifica em muitos casos, com diferenças nas estruturas e formatos de organização, mas seguindo práticas arquivísticas cotidianas que se verificam em sistemas de busca e instrumentos de pesquisa disponíveis *online*. Seja como for, a proliferação de bibliotecas, arquivos e acervos temáticos, acervos digitais, centros de documentação e museus virtuais cujo intuito é transmitir o conhecimento produzido pelas mulheres em suas demandas políticas, dentro e fora das Universidades e demais instituições, reafirma para nós a importância do reconhecimento e mapeamento desses recursos de memória política.

Estabeleci três formas de identificação de arquivos feministas: fundos de arquivos públicos (aqui me restringi aos arquivos nacionais, mas poderíamos estender essa busca para arquivos estaduais), fundos presentes em centros de documentação universitários, especializados ou não na temática feminista/de gênero; e “arquivos de base”, de organizações feministas, sejam eles planejados ou contingenciais. Procurarei explicar mais demoradamente o que considero aqui como arquivos feministas e como faço uso do “arquivo imaginativo” para compreendê-los assim, bem como apresentar as fontes epistemológicas dessa reflexão. Utilizo-me dos exemplos do Centro Informação Mulher (CIM) e da União de Mulheres de São Paulo (UM-SP) para caracterizar as diferenças que decorrem de se ter ou não um projeto político de memória relacionado aos arquivos. Ambos são arquivos que forneceram fontes para o LEGH pelo Projeto mulheres de Luta e em outras ocasiões.

A marcação do acervo do LEGH como um desses arquivos feministas se dá pela sua especificidade temática. Ela reflete todo um histórico de opções teóricas e metodológicas na investigação dos feminismos, seja em relação às ditaduras do Cone Sul ou não. Vimos que

---

<sup>78</sup> Além das pesquisas diretamente nos sítios de arquivos públicos, fiz buscas pelas expressões “arquivos feministas”; “*feminist archives*”; “*archivos feministas*” no intuito de também observar como se dava essa identificação, já que são possíveis outras denominações e formatos na salvaguarda de acervos, como centros de documentação universitários, bibliotecas e museus especializados. Os arquivos feministas que buscava poderiam habitar qualquer um desses formatos, pois me interessam justamente as distintas marcas de consignação. As buscas se deram tanto em ambientes mais abrangentes, como o *Google* ou *Duck Duck Go*, quanto em bases de periódicos específicos, revistas eletrônicas e os sistemas de arquivos públicos e suas publicações (Revista Acervo e Cadernos AEL são exemplos).

os estudos sobre mulheres e feministas são anteriores ao grande Projeto de investigação das ditaduras e feminismos latino americanos pelo LEGH. É por conta da baliza das pesquisas com diversos temas pertinentes à análise feminista, incluindo aí a própria história da ideia feminista, dos movimentos feministas pelo mundo e de suas relações políticas com o “mundo dos homens”, que restamos com tantos exemplares de publicações independentes, tantas obras acerca de temas atravessados pelo eixo do feminismo, sem falar nas próprias entrevistas com mulheres que atuaram e atuam ainda hoje pela emancipação política das mulheres, e que em muitos casos também foram militantes em partidos e organizações de esquerda.

No Brasil, Mariana Xavier, sob orientação de Nair Kobashi, da Universidade de São Paulo (USP) pesquisou dezenove “unidades de informação sobre mulheres” existentes no Brasil<sup>79</sup>. Sua dissertação nos apresenta Bibliotecas e Centros de documentação universitários e de organizações feministas, dentre eles incluindo o CIM, O CEDOC-IEG (Centro de documentação do Instituto de Estudos de Gênero<sup>80</sup> da UFSC) e o Acervo do LEGH. Além de um importante panorama sobre a história das mulheres e dos feminismos dentro e fora do Brasil, Mariana faz uma varredura importante para nós que estamos pensando arquivos feministas brasileiros. As unidades de informação mapeadas pela autora nos dão certa dimensão da ampliação dos estudos feministas, das organizações de mulheres e de suas redes de influência nas últimas quatro décadas, bem como a importância do estabelecimento de acervos arquivísticos e bibliográficos voltados à informação feminista.

A coleta de fontes em arquivos diversos durante o Projeto Mulheres de Luta, entre março de 2017 e outubro de 2018 é representativa das experiências anteriores que descrevemos no primeiro capítulo, em muitos aspectos. Todas as experiências nos remetem a lugares bastante distintos entre si, mas com histórias de acumulação e acomodação de documentos que, a despeito das diferenças nominais e espaciais, podemos observar que se encontram nas temáticas e em algumas das formas de organização. Neste universo, o Centro Informação Mulher (CIM) é o mais destacado arquivo feminista a fornecer fontes para o

---

<sup>79</sup> As unidades de informação identificadas pela autora são em sua maioria provenientes do estado de São Paulo e Rio de Janeiro, seguidos pelo sul do Brasil, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, do Distrito Federal e de dois estados do Nordeste: Bahia e Pernambuco. É algo que também se percebe no acervo do LEGH, as fontes textuais existentes são daquelas organizações mais urbanas e majoritariamente localizadas no eixo sul-sudeste brasileiro. Sabemos, no entanto, que as mulheres do norte e centro do Brasil, mulheres indígenas, ribeirinhas, mulheres do cerrado, do sertão e da floresta também se organizam e tem histórias de ancestralidade das suas organizações. O limite do arquivamento atrelado ao registro em suporte de informação é que nos remete a um arquivo imaginativo, habitante da oralidade e que pode ser captado em fragmentos como fonte para a história oral, mas que ainda assim não pode ser totalmente apreendido por essa via.

<sup>80</sup> O IEG integra núcleos e laboratórios de pesquisa de diversos centros e departamentos da UFSC dedicados aos estudos feministas e de gênero.

LEGH. Foi constituído por feministas que, desde o seu início, caracterizaram-no como um Centro de informação e documentação, um Centro de Memória que também se pretendia um grande *hub*<sup>81</sup> entre as diversas organizações feministas brasileiras. Também é aquele que abrange um maior período e inclui produções e documentos de várias personalidades e organizações feministas, nacionais e internacionais.

O CIM surgiu em março de 1981, da iniciativa de algumas mulheres que, participando ativamente do movimento feminista, se ressentiam da falta de um Centro de Informação e documentação que subsidiasse o movimento e, ao mesmo tempo, registrasse a história de nossas lutas. A experiência nos situa de forma intransigente, enquanto grupo, dentro do marco do feminismo autônomo, sem qualquer vínculo orgânico com partidos políticos ou instituições. Acreditamos que os diferentes grupamentos e associações, que lutam de diversas formas pela liberação da mulher, significam um avanço e, nesse sentido, devem ser igualmente incentivados. Desde a criação do CIM, nosso propósito foi continuamente reafirmado e estamos lutando para colocar em prática aquilo que consideramos nossos objetivos básicos: a reunião, organização e disseminação da informação e o Centro de Memória, no desejo de resgate de nossa história. Pretendemos com este boletim, que deverá ter uma frequência bimestral, estabelecer um contato mais periódico com todas as mulheres ou grupos interessados na questão feminista, e com as quais podemos fazer intercâmbio de material e informações. (CIM, 1983).

Desde 1979 esse grupo de mulheres vinha coletando e organizando documentos – livros, folhetos e artigos de periódicos – e em 1981, com a constituição legal do grupo e a entrada de bibliotecárias, teve início “o trabalho efetivo de organização” (CIM, 1986). Equipes do LEGH fizeram visitas ao CIM em diferentes momentos, procedendo-se normalmente com a coleta de fontes. A visita mais recente aconteceu no final de 2018, quando a equipe do Projeto Mulheres de Luta esteve na cobertura do Edifício Regência, em frente ao metrô Anhangabaú, no Centro de São Paulo. Desta vez, foram tiradas fotografias dos primeiros boletins do CIM, encadernados em capa dura vermelha, e de diversos periódicos feministas constantes no acervo, além de documentos específicos sobre “mulheres rurais” e fotografias. Alguns desses boletins já foram fotocopiados em outras ocasiões, e há pelo menos dois volumes originais no acervo do LEGH. Ainda assim, foi nessa coleta que acessamos pela primeira vez o primeiro catálogo do acervo do CIM, publicado em 1986.

Procurei por notícias sobre o CIM através de ferramentas de busca na internet, dado que, para além dos registros nos boletins e do catálogo, há pouca informação disponível sobre o histórico da documentação guardada nele. Apesar de um pouco imprecisas no que concerne a números, as informações que acessei indicam que sob a guarda da artista e militante

---

<sup>81</sup> *Hub* ou concentrador é um dispositivo de informação que se comunica a vários receptores ao mesmo tempo.

feminista Marta Baião esteja um grande arquivo dos feminismos brasileiros. Em 2011, na ocasião do despejo da organização pela gestão de Gilberto Kassab na Prefeitura de São Paulo, o CIM contava com “12 mil livros, 1.700 títulos de periódicos, 3.060 cartazes nacionais e internacionais, sobre a história da vida e lutas das mulheres” (CUT, 2011). Segundo reportagem publicada pela Central Única dos Trabalhadores, o CIM ocupava um espaço na Praça Roosevelt<sup>82</sup>, por conta de um decreto de permissão de uso concedido pela Prefeita Luiza Erundina, em 1991.

Por duas décadas, o CIM serviu também para acolher reuniões e atividades de muitos movimentos e grupos, pela localização central e característica de espaço. Tornou-se a sede de reuniões históricas para organização das manifestações do 8 de março, entre outras mobilizações feministas (CUT, 2011).

Isso fica evidente nos boletins do CIM<sup>83</sup> recolhidos pelo LEGH, que trazem relatos dessas reuniões e de muitas atividades e discussões realizadas no espaço do Centro nesse período. As integrantes se propunham a funcionar como um grande radar, receptor e emissor de informações feministas de todo Brasil e com ânimos internacionais, reunindo publicações em idiomas como o espanhol, o francês e o italiano (CIM, 1985). Podemos afirmar que o arquivo do CIM é um dos mais importantes arquivos feministas da América Latina. O local onde hoje se encontra instalado enfrenta problemas sérios de estrutura e acomodação dos materiais. Os louváveis esforços de organização e preservação das integrantes do CIM ajudam a amenizar os impactos destes problemas, enquanto seguem permitindo o acesso de pesquisadoras e divulgando o conteúdo do acervo em seus ativismos e “ativismos”.

Em matéria publicada na Revista Apartes, na ocasião do Prêmio Heleieth Saffioti de 2016, concedido pela Câmara dos vereadores de São Paulo, os números apresentados para o acervo do CIM foram de 15 mil livros e 5 mil títulos de periódicos, sem maiores detalhes. As notícias sobre o CIM e informações a que tivemos acesso por pesquisa na internet se justifica pela escassez de fontes acerca da história de acumulação dos seus fundos e coleções. Nos vários artigos em que é citado como fonte de documentos históricos dos feminismos e dos movimentos de mulheres, pouco sabemos sobre suas fundadoras<sup>84</sup>,

<sup>82</sup> Praça Roosevelt, 605. No Boletim Bimestral “Cunhary Informa” de março de 1992, produzido pela Rede Mulher, há uma nota sobre a “casa nova” do CIM: “A Prefeita Luiza Erundina inaugurou no dia 9 de março a nova sede do Centro de Informação Mulher. São 390m<sup>2</sup> cedidos pela Prefeitura, em pleno centro da cidade o que permitirá um melhor atendimento às mulheres e ao público em geral” (CUNHARY INFORMA, p. 2).

<sup>83</sup> Publicações do grupo que traziam relatos das atividades, textos, prestação de contas e outras informações pertinentes a organização de feministas do CIM e de todo país.

<sup>84</sup> A Geógrafa Rosa Beatriz Gouvêa e a Bibliotecária Miriam Botassi têm seus nomes gravados em placa como feministas fundadoras do CIM. As placas ficam acima das portas de duas salas onde parte do acervo é guardado. Elas também aparecem como interlocutoras nos primeiros boletins do CIM.



tampouco sobre o percurso entre a fundação, a mudança para a Praça Roosevelt, e detalhes do fatídico despejo, nem o que ocorreu depois dele. Não temos listagens nem instrumentos de pesquisa disponíveis sobre as centenas de cartazes que o CIM guarda, nem temos noção quantitativa sobre documentos secretariais de encontros e organizações feministas que habitam seus arquivários de metal. Segundo Marta Baião, com quem tivemos contato em visita ao CIM em março de 2019, o CIM tinha uma estrutura apropriada aos seus materiais no início de sua existência. Podemos constatar que houve financiamento da Fundação Ford nesse início, que se deu, provavelmente, antes da produção do que pode ser o primeiro instrumento de descrição e pesquisa, o catálogo de 1986.

Há diferenças fundamentais entre o CIM e a UM-SP no que concerne a acumulação arquivística. Como vimos, a proposta inicial do CIM circundava a concentração e compartilhamento de informações entre grupos feministas no país, além da coleta deliberada de materiais feministas ser um de seus objetivos. Já a União de Mulheres de São Paulo, uma organização também autointitulada autônoma e feminista, tem um acervo cujo processo cumulativo se deu de forma mais contingencial, conforme o desenvolvimento de suas atividades ativistas. Entre os materiais pesquisados pelo Projeto Mulheres de Luta em 2018, estão as pastas organizadas ano a ano, de 1981 a 1989, com produções informativas da própria UM e publicações relacionadas às atividades da organização que saíam na imprensa hegemônica e alternativa, e algumas correspondências.

A União de Mulheres foi fundada em 16 de dezembro de 1981. Terezinha Gonzaga Oliveira, uma das fundadoras, junto com Crimeia de Almeida, Amelinha Telles, Maria de Lourdes Rodrigues, Katia Antunes, entre outras, conta que a União foi fundada com 300 mulheres, num trabalho de base que vinha acontecendo desde pelo menos 1975. Este trabalho contava com mulheres periféricas, engajadas em movimentos sociais de luta por creches e moradia e contra a carestia, além das militantes partidárias – como algumas das próprias fundadoras citadas, militantes do PCdoB – professoras e sindicalistas (OLIVEIRA, 2013). Por esta razão, a entidade, apesar de não estar subordinada a nenhum partido, trazia em seu bojo os ideais comunistas, anarquistas e feministas de autoras como Emma Goldman, Alexandra Kollontai e Rosa Luxemburgo.

Foi na experiência das reivindicações sindicais e contra a ditadura que essas mulheres foram se dando conta da necessidade de encamparem as lutas feministas, muito por conta das relações tensas com os homens nos movimentos de esquerda e sindical, temperadas pelo silenciamento e desprezo dos companheiros pelas questões específicas das mulheres. Já havia

alguma experiência das militantes nos debates dentro do sindicalismo e das reuniões de mulheres, como o I Congresso da Mulher Metalúrgica e o I e II Encontros da Mulher Paulista, ocorridos entre 1978 e 1980. Já havia também larga experiência com “os tumultos que permeavam as reuniões e manifestações, além da falta de continuidade das atividades” (OLIVEIRA, 2013, p.14) o que tornou fundamental, para as integrantes da organização, a necessidade de constituírem uma associação autônoma feminista. A partir de então a UM-SP esteve envolvida na luta pela anistia, participação democrática e todo tipo de manifestações políticas das mulheres, especialmente as trabalhadoras.

Uma das principais iniciativas da UM-SP é o projeto de formação política das Promotoras Legais Populares (<http://promotoraslegaispopulares.org.br/>), voltada para a formação cidadã de mulheres no combate à discriminação e à opressão, oferecendo possibilidades de acesso à justiça, serviços e políticas públicas. O projeto conta cinco mil promotoras formadas em 22 anos, dos 30 dedicados à militância e organização política feminista. A UM se destaca por sua intermediação com o Estado e por seu caráter autônomo e popular. Ações como o YAYARTES Bloco Carnavalesco Casa de Dona Yayá, os cursos em parceria com outras instituições – tais como a Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo e Instituto do Legislativo Paulista da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo –, os seminários, as rodas de conversa e os atos públicos, entre os quais o já consolidado 8 de Março e o Abraço Solidário às Mulheres em Situação de Violência, são ações ampliam o debate sobre os diferentes mecanismos de opressão patriarcal que historicamente atingem as mulheres no Brasil e no mundo.

Foi pesquisando a virada arquivística como movimento teórico e fazendo imersões com as pesquisas mais generalistas pela *web* que encontrei a obra de Kate Eichhorn, versando sobre uma virada arquivística no feminismo no contexto estadunidense. A autora discute a influência das políticas públicas na preservação da memória e produção editorial de estudos feministas e de mulheres e a influência do neoliberalismo sobre esta produção e sobre o acesso e difusão das pesquisas a partir da década de 1980. Ela discorre demonstrando preocupação em se resguardar a produção cultural feminista num contexto politicamente desfavorável nas relações com o Estado, semelhante ao que vivenciamos hoje no Brasil. Muitas foram as publicações resultantes de apoios advindos da Secretaria de Políticas para Mulheres, atuante desde o primeiro governo trabalhista de Luís Inácio Lula da Silva e extinta após o golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff. A SPM possibilitou maior circulação de

conhecimentos feministas através de parcerias com grupos diversos de mulheres organizadas, tanto acadêmicas quanto militantes.

Kate Eichhorn destaca o reconhecimento do arquivo como uma estrutura discursiva que conduz uma virada arquivística no ativismo e na produção cultural do feminismo pós 1960 nos EUA. O boicote aos financiamentos públicos, para a autora, forçou deslocamentos nos discursos a fim de não se perder a possibilidade de se discutirem questões feministas através de pesquisa e financiamento privados, e procurar representação política para validar uma autoridade construída paulatinamente. A autora se baseia em três estudos de caso para discutir a virada arquivística no feminismo: as coleções de zines do Centro Sallie Bingham para Cultura e História das Mulheres, que fica alocada na Biblioteca de Manuscritos e Livros raros da Universidade Duke, na Carolina do Norte; a Coleção *Riot Grrrrl* na Biblioteca e Coleções Especiais *Fales* da Universidade de Nova York; e a Coleção de Zines da Biblioteca da Faculdade Barnard<sup>85</sup>, também na cidade de Nova York; todas nos Estados Unidos.

Através das coleções percebemos que jovens ativistas feministas, produtoras culturais e acadêmicas abraçaram o arquivo, e o utilizaram para organizar alianças políticas entre épocas e gerações (EICHORN, 2013, p.3). Aqui identifico um paralelo que pode ser feito a partir da análise do acervo do LEGH enquanto arquivo feminista, onde também acontece uma “convergência frequente da academia com o ativismo”. O fazer dos arquivos<sup>86</sup>, neste caso a constituição de um acervo de pesquisa, é onde a produção de conhecimento feminista “começa”. Eichhorn enfatiza que o arquivamento e o arquivo têm significado específico para feministas nascidas desde o fim da década de 1960, porque seu conhecimento e produção cultural se tornou, por necessidade, profundamente atrelado ao arquivo. Voltando os olhos novamente ao meu objeto, identifico o mesmo processo de produção de conhecimento que se preocupa com a relação de “herança”, representativa da continuidade do trabalho acadêmico e ativista.

Mais do que um lugar de preservação ou lugar de resquícios do passado, as feministas deste período que abrange a chamada “segunda onda” feminista e adentra a “terceira onda”, onde nos localizaríamos<sup>87</sup>, buscam, segundo Eichhorn, um aparato para

---

<sup>85</sup> A título de curiosidade, esta Faculdade se auto intitula em sua página na internet como uma “Faculdade de Mulheres” (“*A Woman’s College*”).

<sup>86</sup> “*The making of archives*” (EICHORN, 2013, p.3). Não traduzi “*making*” como “produção” pois não daria o mesmo efeito ao sentido da frase. O “fazer” remete a uma manufatura que é própria das condições em que o conhecimento feminista se desenvolve, no pelo e contrapelo das instituições.

<sup>87</sup> Clare Hemmings faz uma leitura extensa das narrativas sobre “as ondas” feministas no discurso historiográfico, colocando em questão seu caráter supostamente evolutivo, como se as conquistas feministas a

legitimar novas formas de conhecimento e produção cultural num presente política e economicamente precário. Novamente a semelhança com nosso caso se apresenta, isto porque a autora sugere que três “viradas” ocorrem simultaneamente: a “virada arquivística” e a “virada digital” no contexto de uma “virada neoliberal”.

Seguindo David Harvey, se nos tornamos mais interessados no arquivo como objeto de investigação e locus criativo para o ativismo e a arte durante as duas últimas décadas, então tais interesses são em parte devidos à habilidade do arquivo em nos restaurar o que nos é continuamente retirado sob o neoliberalismo – não a história em si mas sim a habilidade de entender as condições de nossas vidas cotidianas longitudinalmente e, mais importante, a convicção de que nós devemos, mais uma vez, ser agentes de mudança no tempo e na história (EICHHORN, 2013, p.6).

São muitas as questões sobre o uso dos arquivos em um contexto de multiplicação e transformação de suportes, mídias, formatos e tipos de documentos, a começar pelo alargamento de significações que a palavra “arquivo” vem incorporando nesse processo. Basta lembrarmos que qualquer computador de uso pessoal é organizado pela lógica dos ícones de “arquivos”, “pastas” e “documentos”. Deste modo, arquivos se acumulam não apenas pela máquina burocrática dos Estados e corporações, mas também por pessoas e comunidades que os constituem por diferentes motivações. Como produzir histórias com consistência teórica e metodológica diante desses desafios é algo que continua a ser intensamente discutido.

O(s) arquivo(s) não podem ser desvinculados de seu caráter político, nem mesmo em seu uso mais metafórico. Quando nos remetemos ao(s) arquivo(s), voltamo-nos a uma consignação de conhecimento, uma construção atravessada por vontades de reunir o que queremos ou devemos lembrar, por consequência o que queremos ou devemos esquecer; pela vontade, conveniência ou contingência do arquivamento. Se nos voltamos aos arquivos devemos fazê-lo atentamente, mesmo que o arquivo em si não seja nosso objeto de reflexão enquanto tal, mas enquanto sustentáculo das histórias que se costuram com linhas de documentos. Por esta razão optei por explorar, ainda que superficialmente, de onde partiram muitos dos documentos que hoje são parte do acervo do LEGH ao longo do trabalho.

Cabe aqui explicar a ideia de arquivo imaginativo, a qual recorro para pensar arquivos feministas sem estar presa às conformações de ordem e espaço, mas trabalhando

---

partir do século XIX seguissem uma progressão das manifestações por direitos políticos, civis e posteriormente adentrando o campo epistemológico dos estudos de gênero e sexualidade. É preciso, segundo a autora, não simplificar áreas do pensamento feminista e da disputa sobre o significado do feminismo que caracteriza a história dos movimentos.

com elas consignações possíveis de se identificar. Clare Hemmings monta um arquivo imaginativo, segundo ela anarquista e prefigurativo, baseando-se na obra de Emma Goldman, no seu arquivo pessoal, bem como nos estudos que decorrem de diferentes olhares e críticas sobre a filósofa anarquista e suas produções. Nele ela identifica um arquivo subjetivo, um arquivo teórico e um arquivo crítico, que se sobrepõem e dialogam entre si. Goldman é o guia do projeto de Hemmings “por vários motivos relacionados aos diferentes contextos de arquivamento que a enquadram para um público contemporâneo” (HEMMINGS, 2018, p.6). O uso do arquivo como categoria imbrica neste trabalho dimensões subjetivas e materiais, mas de maneira distinta quanto a abordagem sobre a ambivalência.

O arquivo crítico sobre Emma Goldman constitui-se das críticas (particularmente, mas não exclusivamente feministas) direcionadas a sua vida e obra. Este arquivo, para Hemmings, é por si estruturado através de ambivalência, não por apresentar componentes materiais e subjetivas analisadas separadamente, mas por comportar interpretações ambivalentes no discurso de Goldman – a respeito da homossexualidade, questões raciais e liberdade sexual das mulheres, por exemplo. Já o arquivo crítico se constitui de revelações e dissimulações que ora cobrem, ora descobrem Emma Goldman no meio de “uma sequência de presunções teóricas e afetivas” que podem até esquecê-la completamente (HEMMINGS, 2018, p.6). Interessa-nos o que se pode aprender sobre o arquivo de Goldman e o presente teórico e político quando nos atentamos ao arquivo crítico estruturado por si mesmo através de ambivalência. Com isso, podemos refletir sobre a questão do investimento e investigação histórica como dinâmicas afetivas assim como processo de investigação e interrogação pacientes. O afeto dedicado à Goldman se relaciona com a maneira como ela é descrita e comentada por seus estudiosos. A demonstração de intimidade dos críticos aparece tanto na forma como ela é nomeada quanto no que se interpreta em suas ações e palavras no passado e no presente.

Os engajamentos com a escrita e pessoa de Goldman são apresentados por Clare Hemmings como um arquivo subjetivo. O conjunto de suas obras publicadas e não publicadas, cartas escritas e recebidas por ela, suas ações e autobiografia, e os comentários da mídia e do governo federal estadunidense sobre sua vida e trabalho, são parte deste arquivo. Nota-se que a materialidade não está em questão no entendimento de Clare Hemmings sobre o(s) arquivo(s) de Goldman. O acúmulo arquivístico é discursivo, é o que registra Emma Goldman em texto e contexto, interpretação e reinterpretação. No entanto, lembrando o que Derrida postula sobre não haver arquivo sem lugar de impressão, identifica-

se na elaboração de Hemmings não uma negativa à materialidade, mas a sua escolha por trabalhar a consignação desses arquivos de maneira imaginativa, dando inclusive sua contribuição ao arquivo imaginativo que perfigura, dedicando a última parte do texto à construção de cartas entre Emma Goldman a Almeda Sperry que preencheriam os vazios deixados pelo arquivo pessoal, o material bruto que dá suporte à imaginação.

O arquivo teórico estabelecido pela autora, por fim, “inclui um conjunto de presunções e práticas que enquadram o que pode ser incluído como parte de um projeto feminista ou *queer* no presente” (HEMMINGS, p. 7). Este arquivo inclui interpretações sobre o que conta como “igualdade de gênero” e como atingi-la, o que significam “políticas sexuais” e o que podem ou não incluir, e o lugar da “raça” num imaginário político contemporâneo. No seu âmago, este arquivo diz respeito aos diálogos feministas e *queer* que Hemmings acredita ser possível ao arquivo de Emma Goldman responder, intervir e em alguns pontos remodelar radicalmente. Os arquivos são concebidos pela autora como componentes metodológicos de um estudo sobre Emma Goldman. Considerada uma revolucionária de fervor internacional, por conta das conferências e textos que produziu durante toda a vida, principalmente no período em que morou nos EUA, as reflexões sobre políticas sexuais e de gênero de Goldman, e o renovado interesse pelo anarquismo que se evidencia nas leituras e críticas feitas sobre seu trabalho militante e trajetória de vida são permeados pelo que Hemmings chama de uma “política da ambivalência” e apreendidos como essenciais para a imaginação política radical contemporânea.

Candance Falks, responsável pelo *Emma Goldman Papers Project*, é nos apresentada como “sua devota arquivista” (HEMMINGS, 2018, p.3). Este projeto reúne o arquivo físico completo de Goldman, seu trabalho, cartas, escritos inéditos e publicados e efemeridades. Goldman tinha noção do seu status de ícone, teve o cuidado de reunir seus documentos e esteve atenta às respostas, tanto duras quanto ternas ao seu trabalho. Por ser frequentemente descrita com paixão por seus estudiosos, ou como uma pessoa apaixonada, por si, as contribuições de Goldman como teórica política séria foram rapidamente dispensadas por alguns autores. Também por isso ela acabou por suscitar o renovado interesse já mencionado em sua vida e trajetória política.

Os arquivos de Clare Hemmings sobre Emma Goldman, como a autora nos deixa claro, não estão sempre separados nem são sempre separáveis. Eles se conectam no decorrer das leituras e interpretações sobre Goldman de modo que façam sentido em nosso contexto. Eles apresentam ambivalência com relação a temas caros ao feminismo contemporâneo, e é

sobre esta ambivalência que Hemmings quer nos botar a pensar, admitindo que nossas interpretações partem do presente e de nossa própria ambivalência, que os afetos nos movem os entendimentos, e que devemos ser honestos quanto às pretensões futuras do que produzimos no presente como história sobre o passado. Da forma semelhante, talvez um pouco mais híbrida entre a metáfora e a materialidade, procurei apresentar e discutir o acervo do LEGH e os arquivos e acervos que pude identificar e criar na sua interpretação.

### 3.3 POLÍTICAS DE MEMÓRIA: PERSPECTIVAS PARA PENSAR ARQUIVOS FEMINISTAS

Perto do encerramento deste texto, uma recente e calorosa discussão sobre a “neutralidade política” de arquivistas veio à tona com um episódio específico nos Estados Unidos. O *National Archives* (NA) alterou uma imagem que seria exposta numa exibição que comemorava o centenário da conquista do voto feminino pelo movimento sufragista naquele país, com a ratificação da 19ª emenda à Constituição. A imagem ampliada e posta em frente à entrada de uma das galerias mostra a Avenida Pensilvânia, em Washington, tomada por manifestantes em dois momentos distintos: 1913, numa marcha sufragista e 2017, na última grande marcha de mulheres<sup>88</sup>, colocando em perspectiva manifestações feministas com pouco mais de um século de distância entre si. No entanto, na imagem da marcha de 2017, foram borradas as referências ao Presidente Donald Trump que apareciam nos cartazes, assim como aqueles em que apareciam palavras como “*vagina*” e “*pussy*”.

As manifestações de repúdio a esta atitude foram imediatas. No *twitter*, muitas pessoas, dentre elas historiadoras e arquivistas, se manifestaram contra a atitude, comentando a matéria do Washington Post. O que nos chama atenção, nessa flagrante tentativa de silenciamento e apagamento, é que a justificativa apresentada pela porta-voz do NA apela à surrada neutralidade da instituição arquivística, uma agência federal “não partidária” e “apolítica” que, para “manter o foco no registro” altera uma imagem com mensagens políticas para, justamente, não se envolver em “controvérsias políticas”. As palavras da anatomia feminina, por sua vez, poderiam ser percebidas como “inapropriadas” pelas

---

<sup>88</sup> A *Women's March* aconteceu em 21 de janeiro de 2017. Buscava reiterar a luta pelos direitos das mulheres, pedir reformas na imigração e defender direitos LGBTQ+, além de abordar o racismo, questões trabalhistas e ambientais.

crianças e jovens que circulam nos espaços do NA<sup>89</sup>. Considerando que a marcha foi motivada também pela eleição do misógino Trump, a decisão de alterar a imagem, mesmo não sendo uma imagem do próprio acervo, na intenção de se isentar da política, criou justamente um fato político.

Ao tentar uma desativação da política pelo apagamento, borrando cartazes “inapropriados”, acabou-se por justamente criar uma política de memória um tanto perigosa, a do revisionismo direto na fonte. Como apelar à neutralidade do registro e ao mesmo tempo alterá-lo pode parecer razoável? As tecnologias atuais são ainda mais desafiadoras para nós em termos quantitativos e dinâmicos<sup>90</sup>, do que a reprodutibilidade técnica de Walter Benjamin. Para nós, arquivistas, que buscamos dar as coisas o seu devido lugar, seria interessante adotar, frente a isso, um “ambientalismo arquivístico” e cautela ao lidar com o vasto universo da informação, como nos alerta Brien Brothman. Nossas ações conferem valores aos documentos, valores que determinam ordem e espaço. Com a tecnologia computacional e da programação nos permitindo reproduzir espaço e ordem num meio virtual conectado e comunicante, os desafios éticos da valoração dos documentos e dos usos políticos conferidos a eles se multiplicam.

Quando falamos de teorização sobre a memória no campo histórico, alguns nomes masculinos “clássicos” imediatamente aparecem como referências importantes. Pierre Nora e Jaques Le Goff se destacam com as teorizações sobre arquivos como lugares de memória e documentos como monumentos no campo histórico. Outros autores, num espectro mais abrangente, que vai da filosofia às ciências sociais em geral, como Maurice Halbachs, Michael Pollak e Paul Ricoeur, colocam-nos diante de indagações sobre os significados da memória. O conceito de memória também se encontra emaranhado nas questões tecnológicas que influenciam a produção de documentos, arquivos e suas relações com a produção histórica, filosófica e sociológica no século XXI, ao expandir-se enormemente a possibilidade de armazenamento de informação nas memórias dos computadores.

Frequentemente, ao trabalhar com arquivos, centros de documentação e com o campo do patrimônio, somos remetidas ao apelo pela preservação da história e da memória de alguém, de algo, de algum lugar, de forma bastante genérica. Teorizações sobre o binômio

---

<sup>89</sup> As declarações foram feitas por Miriam Kleiman ao jornalista do Washington post por e-mail. A matéria completa pode ser acessada aqui ([https://www.washingtonpost.com/local/national-archives-exhibit-blurs-images-critical-of-president-trump/2020/01/17/71d8e80c-37e3-11ea-9541-9107303481a4\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/local/national-archives-exhibit-blurs-images-critical-of-president-trump/2020/01/17/71d8e80c-37e3-11ea-9541-9107303481a4_story.html)).

<sup>90</sup> Dinâmicos no sentido de as tecnologias permitirem uma imensa reprodutibilidade técnica que permite alterações milimétricas em textos, imagens e hipertextos, mas também sofrem de certa “efemerabilidade”.



memória e história não nos faltam para ampliar nossas noções sobre os conceitos, mas uma oposição viciosa e pouco produtiva entre técnica e teoria costuma aparecer nas discussões entre arquivistas e historiadores. Não costumamos, no que concerne a arquivistas, atentar-nos ao que estamos entendendo como preservação de memórias e histórias, e que histórias e memórias buscamos preservar, lembrar, rememorar ou esquecer com nossas ações. Quanto ao campo da história, as discussões são vastas e variadas, e não daremos conta de uma varredura teórica satisfatória, nem é esse o nosso objetivo. No entanto, faremos algumas incursões necessárias.

Todos os processos de reconstrução ou recolecção de dados extraídos de arquivos e documento em “unidades de informação” (XAVIER, 2018) são permeados por um apelo à memória e à história, o que também é verdadeiro para a história das mulheres ou dos movimentos sociais. Vimos que o trabalho de memorialização, ou o “trabalho de memória” (JELIN, 2002) passa por muitas disputas sobre os discursos que reverberarão na memória coletiva, principalmente no que concerne a reivindicações sociais e memórias dos grupos que não controlam o Estado, que não figuram nos seus arquivos históricos, mas volta e meia rendem “arquivos da repressão”. A disputa pelos arquivos é uma disputa por memórias, por produção de histórias, pela consignação de significados históricos. Como observamos nas experiências dos acervos que apresentamos e que se relacionam de alguma forma com o acervo do LEGH, “os dados supõem a intervenção (mediação) de sujeitos que recordam, registram e transmitem essas recordações” (JELIN, 2002, p. 64). Os sujeitos, a oralidade e a eficácia do registro precedem essa transmissão.

O sociólogo Maurice Halbwachs discute a memória individual e seu caráter psicológico, como esta é parte integrante, influente e influenciável da memória coletiva, considerando esta última como a memória testemunhada pelo grupo, fixada por ele, e sustentada pelo indivíduo. O autor utiliza a rememoração e a duração da lembrança, para os indivíduos e para os grupos, para demonstrar como essa relação determina o que a memória coletiva preserva e como preserva, e como os indivíduos agem e são influenciados por ela na sua própria perspectiva, e de acordo com os grupos nos quais estão inseridos. Sobre a memória coletiva, Le Goff resume seu valor após discuti-la em diferentes contextos:

A evolução das sociedades, na segunda metade do século XX, elucida a importância do papel que a memória coletiva desempenha. Exorbitando a história como ciência e como culto público, ao mesmo tempo a montante, enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e aval, eco sonoro (e viva) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de

desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção. (LE GOFF, 2003, p.410)

O silêncio que se apresenta quando se trata das mulheres na História está atrelado à sua ausência de autoridade política. Hannah Arendt coloca a autoridade em questão como "conceito outrora fundamental na teoria política", que estaria passando por uma profunda transformação naquele início de século XX, marcado pelos embates ideológicos entre marxismo, conservadorismo e liberalismo, pelas guerras mundiais e os fascismos, e por inovações da história social que buscavam pluralizar as narrativas históricas, analisando grupos sociais até então ausentes das obras históricas. Ela descreve uma crise da autoridade na modernidade que - apesar de Arendt não ser abertamente feminista - remete-nos aos embates feministas com a autoridade política masculina estabelecida, e que segundo ela estaria também em crise:

O sintoma mais significativo da crise, a indicar sua profundidade e seriedade, é ter ela se espalhado em áreas pré-políticas tais como a criação dos filhos e a educação, onde a autoridade no sentido mais lato sempre fora aceita como uma necessidade natural, requerida obviamente tanto por necessidades naturais, o desamparo da criança, como por necessidade política, a continuidade de uma civilização estabelecida que somente pode ser garantida se os que são recém-chegados por nascimento forem guiados através de um mundo pré-estabelecido no qual nasceram como estrangeiros (ARENDR, 2009, p.128).

Nota-se que para Arendt, o campo da vida privada, onde habitavam as mulheres – embora saibamos que isso não seja verdade para as mulheres de todas as classes, etnias e localizações sociais – seria “pré-político”. A noção de vida privada feminina e vida pública masculina, como nos lembra Michele Perrot, ganha ênfase no século XIX europeu. Neste contexto, principalmente entre mulheres burguesas, as expressões de memória feminina em cartas e registros de família sofreram de destruição e supressão, pelo posicionamento “da mulher”, entidade quase mítica para os homens, num lócus de bibelô, representativo do poder masculino, este sim, fartamente documentado e descrito, falante. Para Perrot, por este motivo são escassas as fontes para a escrita de histórias de mulheres: “olhar de homens sobre homens, os arquivos públicos calam as mulheres” (PERROT, 2005, p.35). Restringindo-se a circulação pública das mulheres, tornando seus discursos sempre históricos ou desnecessários, restringiu-se também os registros, dada a sua suposta desimportância para a história no masculino.

O campo de história das mulheres e a produção de memórias de mulheres aparecem, então, como desdobramentos da crise a que se referia Hannah Arendt, pois contestam a

autoridade da história estabelecida, tradicional, e mesmo da história social, sobre o que podem ser considerados fatos, acontecimentos, eventos e personalidades históricas. Contestasse a autoridade masculina nas ciências, e a autoridade do sujeito universal do conhecimento – que não costuma se reconhecer enquanto homem, branco, europeu - ao mesmo tempo em que parecem reivindicar a autoridade do discurso feminista sobre sua própria epistemologia e sobre o estabelecimento dos estudos que fundamentassem sua ação política, produzindo também teorias feministas diversas, atravessadas por recortes étnico-raciais, socioeconômicos, sexuais e anticoloniais.

François Thébaud discute a “feminização dos saberes e dos seus produtores”, uma “sexualização dos saberes” no campo das ciências humanas, ao abordar as políticas de gênero exemplificando com a disciplina histórica na França. As historiadoras francesas, a começar por Isabelle Ernot, que incorporou discussões de historiadoras norte-americanas, procedem com a observação do campo histórico identificando, desde o fim do século XVIII até a década de 1930, uma centena de obras de cinquenta historiadoras francesas, e apontam a sua invisibilidade. Apesar dessa já considerável produção, as únicas historiadoras a assinarem artigos na Revista dos Anales entre a fundação em 1929 e a morte de Marc Bloch, em 1944, foram Lucie Varga e Thèrese Schlafer. Michelle Perrot e Yvonne Knibiehler são outras duas pioneiras da História das mulheres na França.

Na perspectiva de Thébaud, “a história das mulheres é, a princípio, filha do feminismo e das ciências humanas do seu tempo”, contrapondo-se a uma “história no masculino”. Com os estudos acerca da categoria de gênero, as circulações internacionais se imiscuíram a uma especificidade francesa, com sua abordagem empírica e pluralista. Uma “fuga do gueto” da produção da historiografia feminista, com a criação de periódicos específicos (Revista *Clio* em 1995; *Reviews.org*), abre-se para os paradoxos do panorama atual, do “gênero” enquanto “laboratório de inovações”, da perspectiva construtivista da relação natureza/cultura, uma “história das identidades sociais e sexuadas”, no contexto de uma “história nacional marcada pela imigração e colonização” (THÉBAUD, 2009, p.35), e, portanto, atravessada por questões étnico-raciais. A história contemporânea seria então uma história de visibilidade intelectual.

Segundo Joan Scott (SCOTT, 1992, p.63) o campo de história das mulheres se torna definível nos Estados Unidos entre as décadas de 1960 e 1980, após a entrada massiva de mulheres nas Universidades na década de 1950 e apesar do apelo midiático no culto à dona de casa educada, “perfeita mãe e esposa” (FRIEDAN, p.19). Neste período o campo de

história das mulheres começa a se estruturar, com diferenças de recursos alocados, representação e lugar no currículo, mas com práticas que foram estabelecidas em muitas partes do mundo. Scott (1992) propõe um relato complexo da história desse campo, considerando a posição variável das mulheres na história, o movimento feminista e a disciplina histórica.

Mudar o modo como a história é escrita através da história das mulheres, para Scott, é “sempre uma narrativa política”. Ela não opõe, portanto, o “profissionalismo” acadêmico e a ação política no feminismo. Até porque, para ganhar espaço dentro da academia, também extremamente masculino a esta altura, era necessário praticamente formarem-se “facções” de mulheres para pressionar por suas exigências nas associações de disciplinas acadêmicas nos Estados Unidos. A atuação das mulheres era presumida, sua conduta criticada como “não profissional”, como se não houvesse uma exclusão deliberada, quando não uma proibição explícita, da presença das mulheres nas profissões intelectualizadas (e de muitas outras profissões) até então.

As historiadoras, segundo Joan Scott (1992), incorporavam em seus estudos as regras de linguagem, exatidão, evidência e investigação, desafiando e subvertendo as regras, questionando a constituição e condição de produção de conhecimento da disciplina histórica. A história das mulheres não deveria ser um “suplemento inócuo” a uma “história estabelecida”, mas sim um “deslocamento radical” dessa mesma história. Isso coloca em questão o lugar do sujeito histórico e a perspectiva que estabelece os homens como atores primários do discurso histórico. O foco da história social nas identidades coletivas muito se deve também à ênfase dada à legitimidade dos estudos das mulheres, na busca, ao meu ver, pela sua própria autoridade.

Enfim, o feminismo desenvolveu uma enorme interrogação sobre a vida das mulheres obscuras. Tornar visível, acumular dados, instituir lugares de memória (arquivos de mulheres, dicionários...) foram preocupação de uma história das mulheres em pleno desenvolvimento, por cerca de quinze anos. E na falta de testemunhos escritos, procurou-se fazer surgir o testemunho oral. Interrogou-se sobre o papel das mulheres nos acontecimentos públicos (PERROT, 2005, p. 42).

Em Pierre Nora encontramos a noção de “lugar de memória” associada aos arquivos<sup>91</sup>. Embora a postura de Nora seja crítica em relação a essa descrição, o autor ainda

---

<sup>91</sup> A professora Janine Gomes da Silva coordenou entre 2012 e 2016 o projeto “Espaços de memória. Arquivos e fontes documentais (re)significando as ditaduras militares (Brasil e Paraguai)”, na qual a experiência do *Archivo del terror* se destaca. A historiadora Josiély Koerich, sob orientação de Janine, produziu o TCC e dissertação estudando este marcante “espaço de memória” do Cone Sul.

assim explicita que “nenhum lugar de memória escapa aos seus arabescos fundadores”, o que nos remete às enunciações que permitem lembrar ou esquecer, o ornamento enunciativo que os produtores de arquivos inserem no seu “gerir”, invocando na ação um princípio de preservação/reinvenção da memória. Criar e desenvolver nossas políticas de memória inclui estabelecer esses lugares onde é possível ativar memórias a partir de documentos que produzimos e reunimos durante a prática política feminista. Esses lugares não necessariamente precisam ser imensos acumuladores, como os antigos prédios de arquivos públicos, mas *hubs* onde é possível encontrar registros e narrativas que nos interessam para continuar abrindo brechas no arquivo patriarcal da história política.

Refletindo sobre a história oral de mulheres, elemento fundamental ao desenvolvimento das análises feministas contemporâneas no campo historiográfico, Silvia Salvatici aponta “o resgate de uma história oculta” que foi produzido por movimentos sociais e políticos a partir do final dos anos 1960. Este resgate se dá pela aproximação da história das mulheres com a história oral, áreas semelhantes em seus propósitos, objetivos e campos de interesse, numa “época das origens” na qual a “exclusão das mulheres dos documentos escritos” motivou a introdução de fontes de diferentes naturezas nas pesquisas. Este processo é bastante relacionado às transformações tecnológicas de produção de informação (fotografia, filme, gravador, computador) e à necessidade de arquivamento e de produção de arquivos feministas. As memórias femininas de guerra percorridas por Salvatici se assemelham às memórias das militantes feministas (declaradas ou não) que estiveram envolvidas na resistência à ditadura, no sentido que revelam uma resistência ativa baseadas na “coragem do cuidado”. Em ambos os casos, as memórias das mulheres espelham uma imagem mais fragmentada e articulada se comparada ao discurso público que se faz sobre a guerra ou sobre a resistência, dando “destaque às contradições e repressões do discurso público” (SALVATICI, 2005, p.41).

No Brasil, o campo de história das mulheres é fértil e está por ser explorado mais ostensivamente. Identificamos em nosso *locus* de produção de conhecimento problemáticas às que Joan Scott (1992) discute com relação às acadêmicas feministas norte-americanas. A disputa por espaço, reconhecimento e recursos para pesquisa segue acontecendo em um contexto neoliberal, como aponta Kate Eichhorn, o que nos impõe limitações várias, principalmente no que tange ao acesso a recursos para pesquisa e manutenção dos acervos produzidos por elas. Como a autora destaca sobre as coleções documentais do feminismo nos EUA, o boicote aos financiamentos públicos acaba por forçar um deslocamento dos discursos

a fim de não se perder a possibilidade do trabalho de se discutirem questões feministas e procurar representação política para validar sua autoridade. Os financiamentos privados e públicos sofrem do mal da descontinuidade, o que também praticamente inviabiliza arquivos de base sustentados exclusivamente por uns ou outros.

A institucionalização do feminismo brasileiro a partir da abertura política após a ditadura no Brasil nos remete a esse quadro neoliberal, no qual os recursos em muito dependem de investimentos privados, principalmente de fundações corporativas multinacionais (A Fundação Ford se destaca como financiadora de vários projetos e organizações feministas na América Latina, para citar um exemplo), cujo escopo já delimita certos limites sobre os quais podem ser reclamadas as demandas políticas do feminismo. No que concerne aos arquivos feministas, ainda assim, os registros acontecem, e ainda estão por se descobrirem acervos que permanecem num âmbito privado e inacessível, aguardando uma difusão contundente.

Nas instituições de ensino, notadamente as Universidades, o quadro é um pouco menos instável. Apesar dos esparsos recursos direcionados exclusivamente aos acervos de pesquisa no geral, que dirá aos de estudos feministas e de gênero especificamente, o fato de serem acervos produzidos no âmbito da Universidade lhes garante prerrogativas legais, fundamentadas no artigo nº 216 da Constituição Federal, que podem salvaguardar esses conjuntos documentais ao menos legalmente, permitindo a busca por recursos para manutenção do acervo através de projetos específicos. O acervo do LEGH incorpora simultaneamente um acervo de pesquisa, um arquivo feminista e um campo de exploração para a história das mulheres. Seu conteúdo nos interessa enquanto manifestação da autoridade epistemológica feminista e seu potencial de ação política, no sentido em que entendemos a produção, preservação e difusão de conhecimento encerrado em arquivos como ação política, e uma política de memória. Interessa-nos a multiplicação de memórias das mulheres (na resistência, no afeto e na subjetividade) e o estabelecimento de nossas próprias formulações no sentido de ajudar a constitui-las, sem, no entanto, apelar à glorificação acrítica nem à negação de seu potencial revolucionário.

Refletir acerca de nosso lugar na produção de um acervo passa pela proposta de Katrynn Burns, de historicizar o arquivo, analisá-lo enquanto produção (con)textual, enquanto manifestação não apenas do que se registra, mas do que está sedimentado sob o registro, ou seja, as condições políticas e econômicas que estampam seu pano de fundo. Em tempos de golpes e retrocessos, ataques abertos aos direitos das mulheres em geral, a proteção

de nossa produção intelectual, de nossa autoridade epistemológica e de nossa ação política de memória, através da preservação e difusão de arquivos feministas, se faz fundamental para combater o apagamento histórico que nunca deixou de nos sondar.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer este trabalho foi uma experiência típica aos arquivistas brasileiros, de fazer aprendendo e aprender fazendo. Em se tratando de acervos acadêmicos de pesquisa, ou simplesmente dos arquivos científicos, esta experiência tem a marca da experimentação, da precaução e da coragem, da sensibilidade e do cuidado. Cada arquivo trabalhado por nós traz nova perspectiva sobre os processos cumulativos de documentos. As atividades que os geram, os discursos que comunicam, as funções e objetivos que cumprem, o valor e a importância que adquirem. Mas afinal, o que nos importa saber? Frequentemente, se não caímos no discurso básico da defesa de uma memória ou memórias genéricas, questionamos, e devemos mesmo questionar, qual a utilidade e finalidade de nossos trabalhos?

Por vezes a insegurança e talvez a vaidade me fizeram questionar a validade e viabilidade de meu trabalho, tanto no campo teórico quanto prático, pois nossa profissão, assim como a de bibliotecários, é frequentemente tomada como ocupação menor ou atividade simplória, para onde não se necessita direcionar recursos, atenção e reflexão mais demoradas. Ainda assim, temos serviços de excelência tanto nas bibliotecas e arquivos públicos quanto nos bancos de periódicos e centros de documentação das Universidades, na sua maioria também públicas. Apesar das dificuldades gerais, sabendo da importância dos equipamentos culturais de cultura, das imbricações entre arquivos, bibliotecas e museus, e do seu papel fundamental na construção de discursos e memórias individuais e coletivas, quis entender um pouco melhor as discussões sobre o conceito de arquivo e como ele poderia ser mobilizado para produzir uma epistemologia do(s) arquivo(s) que se aplicasse à experiência do acervo do LEGH enquanto objeto de pesquisa. Como tal, o acervo em questão foi gatilho de afeição, identificação e estranhamento, como se ao me relacionar com o acervo, estivesse me relacionando indiretamente com as sujeitas que ajudaram a produzi-lo. Pensar as implicações metodológicas de uma extensa indagação teórica – que certamente não foi satisfatoriamente resolvida – foi o mais desafiador na produção desse texto.

Os registros das memórias e as formas de documentar são hoje mais variadas e complexas, assim como a Arquivologia que pretende continuar agindo sobre a cultura de arquivar. Por isso mesmo devemos proceder com adaptações na epistemologia arquivística. “Arquivo” é um conceito plástico, flexível e adaptável a tudo que se acumula e guarda, pela intenção e sob contingências, consignando significados. Organizar e analisar arquivos é lidar com categorias, identificações que pressupõem enquadramentos por vezes bastante



arbitrários, até pela necessidade de recuperar informações com o uso de meta dados estruturados nos sistemas de catalogação. Em nome da objetividade dos sistemas, muitas vezes, renunciamos a nos atentarmos à complexidade das decisões tomadas sobre os documentos.

Depois do primeiro ano de mestrado, no qual as disciplinas e as tarefas do Projeto Mulheres de Luta foram prioridade, pude dar início a algumas ações práticas sobre meu objeto de pesquisa. A primeira ação que realizei no material acumulado na sala do Laboratório, como descrevi, foi um esforço de identificação. Realizei um primeiro diagnóstico arquivístico cujo levantamento apresentou um panorama geral dos conjuntos, localização física, e formas de identificação e catalogação, quando existentes. Durante este processo, movi muitas coisas de seus lugares, procurando facilitar o manuseio dos diferentes gêneros e espécies<sup>92</sup> de documentos, sem interferir nas suas conexões funcionais e temáticas, que caracterizam fundos identificáveis.

Procurei verificar a correspondência entre identificação e conteúdo de caixas e pastas, bem como verificar a reunião intelectual de conjuntos aparentemente avulsos que poderiam vir a corresponder ou não a fundos ou séries do arquivo do LEGH. Descobri durante este percurso que não seria tão fácil assim reconstruir os caminhos que fizeram os itens do acervo até chegarem às minhas mãos. De qualquer maneira, muito me foram úteis as organizações prévias realizadas pelas bolsistas do Laboratório ao longo das pesquisas anteriores, nos seus empreendimentos de organização e catalogação. Mesmo com muitas lacunas, foi possível me guiar através dos diferentes tipos de listagens e catalogação. Ainda se faz necessária uma organização das fichas catalográficas antigas, onde estão registrados fichamentos de fontes de projetos passados, como o do SINERGIA e os primeiros projetos sobre contracepção e aborto.

Foucault nos adverte que “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar qualquer coisa” (FOUCAULT, 2007 p. 9). O desconforto que a revelação do arquivo causa, de maneira geral, em quem o produziu e sistematizou, lembra-nos que é bastante particular o que se quer lembrar ou esquecer, e aquilo cuja importância não se reconhece de imediato.

---

<sup>92</sup> Os gêneros documentais encontrados no LEGH são textuais, bibliográficos, micrográficos, iconográficos, fonográficos e digitais. Segundo o Dicionário de Terminologia arquivística, o gênero reúne diferentes espécies documentais, que no caso do LEGH podem ser fichas, fichamentos, cartazes, pôsteres, fotocópias de livros, capítulos, artigos e textos em geral, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, listas de presença, certificados.

Por vezes me deparei com a desimportância dos “arquivos mortos” nas falas corriqueiras das pessoas no cotidiano. Nossa formação e ações arquivísticas imprimem vida ao esquecimento e tornam possíveis as releituras do arquivo. Identificar fundos, séries, gêneros, espécies documentais, dispor do espaço, verificar e fazer listas e produzir um planejamento complementa toda a leitura e estudo realizado antes, durante e depois. Do jeito que as condições materiais permitem, é verdade. Procurei ser objetiva o bastante sem esquecer que a todo momento vivi o conflito de estar entre arquivista e historiadora, de pisar dois campos distintos sem querer colocá-los em simplória oposição.

Desde o início de minha experiência no fazer dos arquivos tenho posto em questão que eles evidenciam, a quem se atentar a observá-los, a estrutura social em sua forma e conteúdo, com dissimulações, afirmações e ocultações de todo tipo que podem ser colocadas em análise juntamente às relações que as produzem. É pelos documentos que constatamos, por exemplo, as mudanças no status legal das mulheres enquanto grupo social marcado pelo sexo/gênero, ao evidenciarem, pela leitura do seu conteúdo e dos discursos que dele saem, transformações ao longo do tempo, quer regressivas ou progressivas num sentido feminista, de conquistas de direitos.

A experiência com a internet foi fundamental neste processo. A preocupação de fazer um bom ativismo usando a internet como meio de difusão de conhecimento e pesquisa sempre esteve presente no meio das reivindicações por um marco regulatório das comunicações, do qual fiz parte ativamente por pelo menos três anos, entre 2011 e 2013. Desde aquela época, já se criticavam as permissividades das plataformas de mídias digitais com discursos de ódio, discriminação de todos os tipos e mentiras das mais desvairadas que circulavam por e-mail desde 2010 pelo menos. A diferença em quase dez anos da primeira eleição de Dilma Rousseff é que a máquina de difamação se disseminou e profissionalizou pelo mundo, o que não foi diferente no Brasil.

Isso não invalida as ações de ativismo das mais variadas que surgiram nos *trending topics* do *twitter* nos últimos anos, ou todas as articulações feitas por *facebook*, *instagram*, *whatsapp* e outros aplicativos de redes sociais. Mas nos coloca dilemas importantes que devemos encarar com alguma objetividade. Nisso tudo, minha formação como arquivista permite que eu estruture os dados do arquivo e acervo do LEGH para que a sua historicização e conexões nos permita alguma reflexão sobre a importância de arquivos feministas disponíveis a gerações de mulheres que convivem com combatentes da “ideologia de gênero” e precisam lidar com esse tipo de discurso, táticas desonestas de debate político, nos

seus cotidianos e batalhas políticas nos círculos de seus afetos e nas esferas institucionais de poder.

Foram três anos de intensa reflexão a respeito da importância/desimportância de meu próprio trabalho, da validade de meus atos, de que decisões tomaria para descrever e manipular esse objeto, se e como poderia fazê-lo por completo, ou o mais completo possível, o que deixaria de fora, e por fim o mais difícil, como utilizar metodologicamente aquilo que propus como corpus de análise teórica deste objeto - a virada arquivística, o arquivo imaginativo, o acervo acadêmico de pesquisa, o conceito de arquivo em diferentes disciplinas e teorias e as discussões da Arquivologia diante de um “giro pós-moderno (CASTRO, 2019) - como categorias válidas e aplicáveis ao “meu” arquivo? Para que um arquivo viva temos de constantemente pensá-lo, enquanto produzimos registros em documentos, e quando voltamos a ele no intuito de desmistificá-lo, abri-lo, disponibilizá-lo e relacioná-lo a outros arquivos, serpenteando entre singular e plural.

A proteção da produção cultural feminista está atrelada aos esforços políticos pelos direitos fundamentais às mulheres, seja diante do Estado, seja dentro dos próprios movimentos mistos (movimentos de esquerda, contra a guerra, movimento negro, sindicatos). Os estudos, notas, boletins, informativos, manifestos, leis e demais registros dos movimentos de mulheres e feministas, bem como os cartazes, folhetos, panfletos, zines e artes em geral, produzidos no decorrer das atividades militantes e políticas, constituem arquivos que merecem estar ao alcance das novas gerações de mulheres feministas, para seu uso crítico, enquanto for premente a rememoração e a continuidade da luta pela emancipação política e econômica das mulheres. Observando a localização da produção cultural feminista brasileira, como publicações editoriais, estudos e instrumentos de divulgação, percebemos que, de maneira geral, ela está sob a guarda de suas autoras e produtoras, em suas casas e locais de trabalho – organizações, universidades e instituições relacionadas às políticas feministas.

É evidente que, em se tratando da amplitude do território como o Brasil, há limites no alcance de minhas reflexões, mas acredito não ser leviano apontar que, além das condições técnicas de produção cultural serem mais precárias no país - com acesso restrito à produção editorial e equipamentos que permitam alguma autonomia - do que em outros países de onde partem algumas das referências deste trabalho, o investimento no tripé museus, bibliotecas e arquivos públicos em nosso país é irrisório e errático, sofrendo com escassez e inconstância de recursos para instrumentalizá-los adequadamente. Os acervos virtuais, nesse sentido,

despontam como recurso para ampliar o acesso aos documentos de arquivo, ainda que não resolvam questões concernentes ao tratamento técnico.

Houve alguns avanços durante os últimos dez anos, especialmente com a criação dos cursos de Arquivologia e Museologia nas Universidades Federais, com o REUNI, e com o desenvolvimento e implantação da política nacional de Cultura, que possibilitaram algum investimento nos arquivos públicos, bibliotecas e museus, via editais e programas de incentivo e fomento à cultura, regulamentando as atividades artísticas de modo a poder financiá-las e promove-las em sua diversidade. Ainda que de forma insuficiente, eram políticas que apontavam abertura para um campo de trabalho onde, atualmente, voltamos aos tempos das incertezas e das precariedades, e é com elas que temos de nos virar, buscando preservar materiais de pesquisa.

São tempos em que construir pequenas resistências é parte de nosso trabalho acadêmico e militante. Neste caso, a resistência da memória e a preservação da produção de conhecimento que as feministas do século XX vem construindo na teoria e na prática é o que nos move. Para que haja multiplicidade de fontes é preciso que haja arquivos, e é produzindo, salvaguardando e disponibilizando arquivos feministas que passaremos às novas gerações a possibilidade de visitar nossas lutas históricas, criticá-las, renová-las e colocá-las enfaticamente na disputa política cotidiana. Não porque não são possíveis as construções históricas sem arquivos feministas, mas pelo significado político que o arquivo feminista carrega em sua elaboração material e subjetiva.

Por fim, coloco-me a pensar a historicização dos arquivos mencionados e no estudo destes enquanto objetos de pesquisa, enquanto conjuntos permeados pela intencionalidade e contingência, pela necessidade de reflexão historiográfica acerca de sua formação e utilização por pesquisadores no campo da História e ciências humanas. A partir da experiência com o acervo do LEGH-UFSC (Laboratório de Estudos de Gênero e História), ensaio uma projeção deste trabalho aos arquivos de base dos movimentos sociais e seus conjuntos já institucionalizados, principalmente os fundos e arquivos relacionados aos movimentos feministas brasileiros.

Os arquivos que identifiquei como feministas neste trabalho caracterizam-se de forma geral por suas relações com o ativismo e a academia, localizando-se ora em acervos pessoais, ora como parte de acervos acadêmicos de pesquisa, ora como fundos de arquivos públicos e de organizações/grupos feministas, às vezes simultaneamente uma coisa e outra. Pensar a salvaguarda, proteção e preservação de arquivos dos feminismos, dos movimentos de

mulheres e de personalidades feministas num contexto de precariedade dos equipamentos culturais - museus, arquivos e bibliotecas públicas - implica em pensar soluções coletivas, menos custosas e mais abrangentes para a organização, preservação e acesso a esses materiais, respeitando as especificidades que se apresentam.

Por fim, ousou imaginar um arquivo vivo, dinâmico e complexo onde texto, imagens, sons, discursos e críticas se amalgamam a suportes variados, permitindo a ativação de memórias femininas e feministas. Da ânsia, hoje reconhecidamente ingênua, de “saber tudo sobre os arquivos”, pude me deparar com a inexorabilidade informacional que transborda as possibilidades de ordenação e espaciabilidade. Este trabalho é ele todo uma grande experimentação que requer certamente aprofundamento teórico e expansão prática que se justifica pela orientação filosófica feminista e por uma arquivologia e história eticamente engajadas e conscientes das suas reponsabilidades diante da complexidade das políticas de memória no século XXI.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. Da história detalhe à história problema: o erudito e o intelectual na elaboração e no ensino do saber histórico. **Locus, Revista de História**. v. 10, n. 2, p.55, 2004.

ALEXANDER, Ben; FLINN, Andrew. Humanizing an inevitability political craft: Introduction to the special issue on archiving activism and activist archiving. **Archival Science**. v. 15, p. 329-335, 2015.

ANHEIM, Étienne. Arquivos singulares: o estatuto dos arquivos na epistemologia histórica. Uma discussão sobre A memória, a história, o esquecimento, de Paul Ricoeur. *In*: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia. (org.) **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. 364p.

APPADURAI, Arjun. **Archive and aspiration**. Archives Public: A research art project. Disponível em: <https://archivepublic.wordpress.com/texts/arjun-appadurai/> Acesso em: 06.02.2020.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da Arquivologia. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 37, p.61-82, jul. 2013.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, 232p.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011, 453p.

BLAY, Eva. 8 de março: conquistas e controvérsias. **Revista Estudos Feministas**. v. 2, p. 601-607, 2001.

BLOUIN Jr., Francis X. ROSENBERG, William G (ed). **Archives, documentation and institutions of social memory: essays from the Sawyer Seminar**. Michigan: University of Michigan Press, 2007.

BLOUIN Jr., Francis X. ROSENBERG, William G. **Processing the past: contesting authority in history and the archives**. London: Oxford University Press, 2012.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. O Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino: Uma fonte múltipla para a história da educação das mulheres. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1-2, p.131-146, 2005.

BORGES, Jorge Luís. Funes, o memorioso. *In*: **Ficções**. 1989.

BRASIL. Constituição (1988). **Artigo nº 216**, §2º Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_216\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp) Acesso em: 06.02.2020

BRASIL. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre A Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e Dá Outras Providências.** Brasília, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L8159.htm) Acesso em: 06.02.2020.

BRASIL. Decreto nº 4073, de 08 de janeiro de 1991. **Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.** Brasília, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4073.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm) Acesso em: 06.02.2020.

BRASIL. Arquivo Nacional; Ministério da Justiça. Portaria nº 092, de 23 de setembro de 2011. Códigos de classificação e Tabelas de Temporalidade de documentos arquivísticos. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/index.php/codigos-de-classificacao-e-tabelas-de-temporalidade-e-destinacao-de-documentos> Acesso em: 06.02.2020.

BROTHMAN, Brien. Ordens de valor: questionando os termos teóricos da prática arquivística. *In*: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Leticia. (org.) **Pensar os arquivos: uma antologia.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. 364p.

BURNS, Kathryn. **Into the Archive: Writing and Power in Colonial Peru.** Durham: Duke University Press, 2010.

CIM, Centro Informação Mulher. **Boletim n. 1**, jul 1983.

CASTRO, Virgínia. El giro posmoderno en la archivología. **Políticas de la Memoria.** n° 19, Buenos Aires, 2019, pp. 153-159.

CERTEAU, M. A operação historiográfica (1974). *In* CERTEAU, M. **A escrita da história.** Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 56-109.

CZESNAT, Lígia; PEDRO, Joana Maria. Projeto do Núcleo de Informação e Pesquisa da História do Trabalho em Santa Catarina. UFSC. 1985.

COOK, Terry. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, v. 43, p. 18-63, 1997.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e Arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, n. 21, p. 129-149, 1998.

COOK, Terry. The Archive(s) Is a Foreign Country: Historians, Archivists, and the Changing Archival Landscape. **The Canadian Historical Review.** v.90, n. 3, p. 497–534, 2009.

CORDERO, Laura Fernández. Memorias para los feminismos. Instantáneas. **Políticas de la Memoria**, n. 19, 2019, p. 5-12.

DE LUCA, Tania Regina. Fontes Impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997.

- DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. 302p.
- DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo**: Uma impressão Freudiana; tradução, Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- EICHHORN, K. Archival Genres: Gathering Texts and Reading Spaces: The Archive of the Future / The Future of the Archive. **Invisible Culture**, n. 12, p. 1–10, 2008.
- EICHHORN, Kate. **The Archival turn in feminism**: Outrage in order. Philadelphia: Temple University Press, 2013.
- ESKILDSEN, RISBJERG KASPER. Leopold Ranke's archival turn: location and evidence in modern historiography. **Modern Intellectual History**, v. 5, n. 3, p. 425–453, 2008.
- ESKILDSEN, K. R. Inventing the archive: Testimony and virtue in modern historiography. **History of the Human Sciences**, v. 26, n. 4, p. 8–26, 2013.
- FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. Tradução Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (USP), 2009.
- FEATHERSTONE, Mike. Archive. **Theory, Culture & Society**, v. 23, n. 2-3, p. 591-596, 2003.
- FEITH, Johan; MULLER, Samuel e FRUIN, Robert. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**; tradução, Manoel Adolpho Wanderley. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- FRESHWATER, H. The Allure of the Archive. **Poetics Today**, v. 24, n. 4, p. 729–758, 2003.
- HEMMINGS, Clare. Contando Estórias Feministas. **Revista Estudos Feministas**. Vol. 17, n. 1, 2009, p. 215-241, 2015.
- HEMMINGS, Clare. **Considering Emma Goldman**: Feminist political ambivalence and the imaginative archive. Durham: Duke University Press, 2018.
- HUISTRA, P.; PAUL, H.; TOLLEBEEK, J. Historians in the archive. **History of the Human Sciences**, v. 26, n. 4, p. 3–7, 2013.
- IRE, Binah. **Acervos acadêmicos de pesquisa**: a experiência do LEGH-UFSC. In: Anais da III Jornadas do LEGH: Feminismo e Democracia. 2018.
- JEURGENS, C. The untamed archive. **History of the Human Sciences**, v. 26, n. 4, p. 84–106, 2013.
- KETELAAR, Eric. Tacit Narratives: The Meaning of Archives. **Archival Science**, v. 1, p. 131–141, 2001.



- KETELAAR, Eric. Archival Temples, Archival Prisons: Modes of Power and Protection. *Archival Science*, v. 2, n. August, p. 221–238, 2002.
- KETELAAR, Eric. Archival turns and returns. *In*: GILLILAN, Anne J; McKEMISH, Sue e LAU, Andrew J. (ed) **Research in the Archival Multiverse**. Melbourne: Monash University Publishing, p. 228-268, 2017.
- KETELAAR, Eric. (Des)construir o arquivo. *In*: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV editora, 2018. p.193-206.
- LE GOFF, Jacques. Documento - Monumento. *In*. **História e memória**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2006, p.525-541.
- MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... *In*: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia. (org.) **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. 364p.
- MONTEIRO, Beatriz Moreira. Da prisão cor de rosa aos arquivos: fontes documentais sobre a mulher no Arquivo Nacional. **Acervo**, v. 9, n. 1-2, p.203-224, 1996.
- NESMITH, Tom. What's history got to do with it?: Reconsidering the place of historical knowledge in archival work. **Archivaria**, v. 57, n. 1, p. 1–27, 2004.
- NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.
- OLIVEIRA, Julia G. da Silva. Feminismo, direitos e subjetividades: a União de Mulheres de São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2001.
- OLIVEIRA, Julia G. da Silva. Dos Encontros à União: A formação da União de Mulheres de SP. **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**. v. 31, n. 2, p. 1-19, 2013.
- PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe; papéis sociais femininos na sociedade de Desterro/Florianópolis (1880-1920)**. 1992. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- PERROT, Michele. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**. Vol. 9, n.18, 1989, p. 9-18.
- PONS, Anacleto. **El desorden digital: guía para historiadores y humanistas**. Madrid: Siglo XXI España, 2013.
- POSNER, Ernst. Some Aspects of Archival Development Since The French Revolution. **The American Archivist**. v. 3, n. 3, p. 159-172, 1940.
- RAGO, Luzia Margareth. **Do Cabaré Ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar e a Resistência Anarquista – Brasil (1890-1930)**. Editora Paz e Terra, 1985.
- RAGO, Luzia Margareth. Memórias da Clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schimidt e a Guerrilha do Araguaia. *In*: PEDRO, J. M.; WOLFF, C. (org.). **Gênero, Feminismos e Ditaduras do Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. 296 p.

- SALVATICI, Sílvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**. n. 8, p. 29-42, junho de 2005.
- SCHEIBE, Cristina. **Associação de Bocaina: uma conquista dos agricultores**. 1. ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1988. 50p.
- SCOTT, Joan. História das Mulheres. *In*: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 63-95.
- SILVA, Janine Gomes da; PEDRO, Joana Maria; WOLFF; Cristina Scheibe. Acervo de pesquisa, memórias e mulheres: o Laboratório de Estudos de Gênero e História e as ditaduras do Cone Sul. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 71, p. 193-210, dez. 2018.
- SILVA, Janine Gomes da. Laboratório de Estudos de Gênero e História, um arquivo dos feminismos das ditaduras do cone sul? *In*: PEDRO, Joana Maria; ZANDONÁ, Jair (org.). **Feminismos & democracia**. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. 362p.
- SILVA, Tânia Maria Gomes da. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. **Politeia: História e Sociedade**. Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 223-231, 2008.
- SIMON, C. Introduction: Following the Archival Turn. **Visual Resources**, v. 18, n. 2, p. 101–107, 2002.
- STOLER, A. L. Colonial archives and the arts of governance. **Archival Science**, v. 2, n. 1–2, p. 87–109, 2002.
- STOLER, Ann Laura. "The Pulse of the Archive" *In*: **Along the Archival Grain: Epistemic Anxieties and Colonial Common Sense**. Princeton: Princeton University Press. p. 17-53, 2009.
- THÉBAUD, Françoise. Políticas de gênero nas Ciências Humanas: O exemplo da disciplina histórica na França. **Espaço Plural**. Ano X, n. 21, 2º semestre, 2009, p. 33-42.
- VENÂNCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson. **Arquivos & Universidades: Gestão, Ensino e Pesquisa**. 3 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.
- WOLFF, Cristina Scheibe. Resistência e gênero nos arquivos das ditaduras militares do Cone Sul. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 5, n. 9, a. 2013. p. 451 – 471.
- XAVIER, Mariana; KOBASHI, Nair Yumiko. Unidades de Informação sobre mulheres: reflexões sobre sua constituição e desafios para sua consolidação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 13, n. esp., p. 80-84, set. 2017.
- XAVIER, Mariana. **Unidades de informação sobre mulheres: reflexões sobre sua constituição e desafios para sua consolidação**. Orientadora: Nair Kobashi. 2018. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

## APÊNDICE A – Diagnóstico Arquivístico

### **ARMÁRIOS:**

#### **Armário 1:**

**Portas superiores (4):** As portas da direita estavam identificadas como “Acervo Acre”, material de pesquisa de doutorado da Professora Cristina Wolff. Nas portas da direita reuni duas caixas de fita cassete do Laboratório, referentes às entrevistas de História Oral. Desci todo o material do “Acervo Acre” para poder identificá-lo melhor, pelo menos no que concerne às espécies documentais. Em seu lugar armazenei sacolas de eventos passados, como o Fazendo Gênero, liberando espaço nas prateleiras onde estavam antes.

**Prateleiras (8):** Livros, Periódicos e Fitas cassete. As fitas movi para as portas superiores à direita, reunindo esse conjunto por suporte, considerando que coincidem com entrevistas orais realizadas por integrantes do Laboratório. Os livros foram cadastrados no sistema BibLivre e foram mantidos na organização anterior, havendo a necessidade de uma reorganização de acordo com as etiquetas no sistema letras correspondentes aos sobrenomes dos autores e números sequenciais. As coleções doadas pelas feministas Anita Pires e Fani Tabak ocupam a prateleira inferior direita.

**Portas inferiores (4):** Nas portas da esquerda havia seis ficheiros de metal preenchidos com fichas bibliográficas referentes à pesquisa sobre trabalhadores eletricitários (SINERGIA) e outras; nas portas da direita estavam cópias de livros e textos, mais uma caixa poli onda amarela. As fichas foram retiradas dos ficheiros e armazenadas em caixas poli onda de acordo com o projeto a que correspondem. Além da pesquisa sobre o SINERGIA, aparecem fichamentos referentes à pesquisa Negro em terra de brancos, da professora Joana Maria Pedro,

**Armário 2: 12 portas (3 linhas x 4 colunas) com duas prateleiras cada:** esvaziei aquelas onde estavam armazenados livros da Coleção “LG”, passei-os às estantes de metal. Materiais de limpeza e café foram alocados nas portas da quarta coluna, à direita. Materiais de limpeza e equipamentos do laboratório - HD's, máquina fotográfica e projetor – ocupam as portas da coluna à esquerda. Nas duas colunas centrais, ficam livros do Projeto Mulheres de Luta em processo de catalogação e a coleção de Cd's e DVD's.

#### **Armário 3: 2 portas, 14 nichos:**

**Porta direita:** livros do Projeto Cone Sul; Coleção O Pasquim (doação Mirela Maria Vieira).

**Porta esquerda:** livros da Coleção Geral/LG

Preenchi um lado com livros do Cone Sul e o outro está ainda com livros que não couberam na prateleira de metal, coleção LG.

### **ARQUIVO DE METAL – 4 GAVETAS:**

#### **Gaveta 1:**

**Identificação:** Acervo Corrente do LEGH

**Conteúdo:** 8 pastas

#### **Pasta 1:**

**Identificação:** Secretaria

**Conteúdo:**

I Jornadas do LEGH – gênero, poder e subjetividade (3 e 4 de dezembro de 2015):  
Lista de credenciamento (4 folhas); Listas de presença (9 folhas), Certificados (9).

XXVIII Simpósio Nacional de História- Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios: Certificados (4).

#### **Pasta 2:**

**Identificação:** Fichamentos

**Conteúdo:** Fichamentos de obras estudadas nas reuniões semanais do Laboratório, não se identifica uma linearidade completa, porém há fichamentos datados de 2014, 2015, 2016 e 2017.

#### **Pasta 3:**

**Identificação:** Listas de Presença (semestre corrente)

**Conteúdo:** Listas de presença nas reuniões de leitura: semestre 2017/02.

#### **Pasta 4:**

**Identificação:** Listas de Presença (antigas)

**Conteúdo:** Listas de presença nas reuniões de leitura: semestres 2016/02 e 2017/01

#### **Pasta 5:**

**Identificação:** Autorização de uso das entrevistas

**Conteúdo:** Dois termos de compromisso de utilização de entrevistas orais e transcrições.

#### **Pasta 6:** **Identificação:** Roteiro de perguntas das entrevistas

**Conteúdo:** Roteiros de entrevista Projeto Cone Sul (originais e cópias); Cópia de um bloco de notas com dados de entrevistadas e anotações; cópia do processo de retificação

do registro civil de Derlei de Lucca (doada ao Projeto Vidas Clandestinas – Musa Santos); entrevistas com mulheres.

**Pasta 7: Sem identificação**

**Conteúdo:** Cópia de entrevista de Margarida Genevois à Folha de SP; Cópia do discurso de Margarida Genevois na ocasião do recebimento do Título de Cidadania Paulistana (2008); Cartão de Margarida Genevois à prof<sup>a</sup> Cristina S. Wolff.

**Pasta 8: Sem identificação**

**Conteúdo:** Manuais de equipamentos variados

**Gaveta 2:**

**Identificação:** “Documentos Avulsos”

**Conteúdo:** 2 pastas

Ambas sem identificação, uma delas com duas cópias do caderno de programação e resumos do IV Encontro Regional Sul de História Oral – ABHO; e outra com documentos variados, incluindo registros de entrevista, organização de evento (Colóquio Gênero, Feminismos e Ditaduras do Cone Sul e respectivos certificados), além de certificados do IV Encontro Regional Sul de História Oral (2007), que juntei à primeira pasta, já que o conteúdo desta diz respeito ao mesmo evento.

**Gaveta 3:**

**Identificação:** Projeto Prof. Joana – A medicalização da contracepção: conhecimento e autonomia (1960-1980)

**Conteúdo:** 23 pastas

Uma parte do material correspondia a esta pesquisa, mas uma parte significativa guardava outros materiais dos tempos do Laboratório de História Social, porém todas relacionadas a pesquisas dos projetos da professora Joana sobre corpo, aborto e contracepção.

**Gaveta 4:**

**Identificação:** Corpo e Controle: Autonomia e controle do corpo feminino (1900-1996). **Conteúdo:** 14 pastas

**CAIXAS ARQUIVO:**

Parte das caixas estavam alocadas nas estantes de metal que já estavam no Laboratório, outras estavam dentro do primeiro armário.

**Polionda – 9 (8 azuis; 1 amarela)**

**Caixa 1:**

**Identificação:** Pesquisa

**Conteúdo:** Cópias de textos em inglês, espanhol, francês e português sobre (em análise superficial) a temática geral de gênero e guerrilha.

**Caixa 2:**

**Identificação:** Fichamentos de textos discutidos

**Conteúdo:** cópias de fichamentos de textos discutidos no Laboratório, incluindo um caderno com uma compilação dos fichamentos do ano de 2004, ainda do Laboratório de História Social, mas já com o feminismo como temática abrangente.

**Caixa 3:**

**Identificação:** Documentos avulsos sem cadastro (Pesquisa Lab/LEGH)

**Conteúdo:** Cópias de documentos coletados em pesquisas nos/sobre países do Cone Sul.

**Caixa 4:**

**Identificação:** Pesquisa 2

**Conteúdo:** cópias de textos, fichamentos, listas e fichas bibliográficas, *clipping* referente à pesquisa no Cone Sul, além de alguns documentos pessoais (certificado, trabalho), material a princípio parece ter sido coletado pela prof<sup>a</sup> Cristina.

**Caixa 5:**

**Identificação:** Folder/Cartazes

**Conteúdo:** folders diversos sobre direitos da mulher e eventos relacionados, dois envelopes com documentos diversos e documentos avulsos referentes à pesquisa de Tauana Gomes da Silva; processo de institucionalização do Laboratório de História Social.

**Caixa 6:**

**Identificação:** Entrevistas

**Conteúdo:** Entrevistas Projeto Cone Sul - Transcrições

**Caixa 7:**

**Identificação:** Entrevistas LEGH – Projeto Cone Sul

**Conteúdo:** Transcrições de Entrevistas realizadas na execução do Projeto Cone Sul.

**Caixa 8:**

**Identificação:** Autorizações

**Conteúdo:** Autorizações concedidas por entrevistadas aos projetos de pesquisa do Laboratório para utilização de áudio e transcrição para construção dos textos resultantes destes.

**Caixa 9:****Identificação:** Documentos Sindicato - Avulsos**Conteúdo:** Documentos referentes à pesquisa do Sindicato SINERGIA.

**Papelão – 7 caixas:** Todas estas caixas foram trocadas por caixas poli onda em 2019. O conteúdo não foi alterado, mas a identificação aqui descrita corresponde às caixas de papelão, que já não existem mais. As numerações que aparecem em parênteses na listagem abaixo estavam marcadas à caneta diretamente nas caixas.

**Caixa 1:****Identificação:** Microfilme (CX 27)**Conteúdo:** 10 rolos de microfilmes, conforme quadro a seguir:Quadro 3 - Coleção de Microfilmes: *Princeton University American Pamphlet Collection*

1. <i>Human and Civil rights in Chile (P0606) - Reel 1</i>
2. <i>Human and Civil rights in Uruguay (P2406) – Reel 1</i>
3. <i>Woman and Gender Issues in Uruguay (P2408) – Reel 1</i>
4. <i>Woman and Gender Issues in Uruguay (P2408) – Reel 2</i>
5. <i>Human and Civil rights in Argentina (P0106) – Reel 1</i>
6. <i>Human and Civil rights in Argentina (P0106) – Reel 2</i>
7. <i>Woman and Gender Issues in Brazil (P0308) – Reel 1</i>
8. <i>Woman and Gender Issues in Brazil (P0308) – Reel 2</i>
9. <i>Woman and Gender Issues in Brazil (P0308) – Reel 3</i>
10. <i>Human and Civil rights in Brazil (P0306) – Reel 1</i>

Fonte: a autora, 2018.

**Caixa 2:****Identificação:** Documentos Chile / Doc Chile 2013 (CX 46)

**Conteúdo:** Fontes - cópias de documentos - coletadas no Centro de Documentação do Arcebisado de Santiago. Listadas no quadro abaixo:

Quadro 4 - Cópias de documentos feitas no Centro de Documentação Arcebisado de Santiago – Chile.

Documento de trabajo – Derechos Humanos em Chile. Enero – Diciembre, 1985.
Vicaria de la solidaridad - Boletín CODEPU – Julio, 1988.
Boletín CODEPU – Junio-Julio 1989.
Boletín Bajo Estado de Sitio – Diciembre, 1984.
Boletín CODEPU junio, 1991.
Boletín CODEPU Junio/Julio, 1987.

Boletín CODEPU Septiembre – Octubre, 1989.
Boletín CODEPU Abril – Maio, 1989.
Boletín CODEPU julio 1985.
Boletín em estado de emergência 26-6-1985.
Boletín CODEPU Enero-Febrero, 1990.
Comite de cooperacion para la paz em Chile – crónica de sus dos años.
Vicaría de la solidaridad: História de su trabajo social.
Comision Interamericana de derechos humanos – Tercer informe sobre la situacion de los
Contribuciones a uma história de la Vicaría de la solidaridad – textos y entrevistas – Lotty
Boletín Agrupacion Nacional de Familiares de Detenidos-desaparecidos – 1, 3, 5, 6,8.
Donde están? – Agrupacion Nacional de Familiares de Detenidos-Desaparecidos Abril/1981

Fonte: a autora, 2018.

### **Caixa 3:**

**Identificação:** Entrevistas feitas por Denise Rolemberg e Marcelo Ridenti. Entrevistados: Domingos Fernandes; Carlos Eugênio S. C. da Paz; Avelino Capitani; Arthur Machado Scavone; José Carlos Gianni; Sergio Granja; Daniel Aarão Reis Filho; Tomás Togni Tranquino. (CX 19).

**Conteúdo:** Transcrições das entrevistas acima mencionadas (falta analisar detalhadamente).

### **Caixa 4:**

**Identificação:** Separatas (CX 26)

**Conteúdo:** Separatas com textos antigos; pasta com material da pesquisa SINERGIA. Separei a pasta e deixei a caixa apenas com as separatas, conforme identificação, juntei a pasta às fichas bibliográficas correspondentes a esta pesquisa. Armazenei-as no primeiro armário de madeira à esquerda da porta de entrada, portas inferiores, junto a outros conjuntos de fichas que encaixotei nas pastas poli onda novas. Estes conjuntos foram retirados dos ficheiros de metal que foram retirados da sala do LEGH junto com o arquivo de gavetas.

### **Caixa 5:**

**Identificação:** PC do Brasil – teses; BDI's; jornais; documentos. (CX 20)

**Conteúdo:** Documentos referentes ao partido. Não detalhei, precisa de listagem.

### **Caixa 6:**

**Identificação:** Folhetos



**Conteúdo:** Folhetos variados – movimento feminista e de mulheres. Boa parte está listado em planilha, mas houve adição de novos folhetos ao longo do tempo, tornando necessária a adição de registros à planilha. Também é possível fazer o cadastro deste formato de documento no sistema BibLivre.

### **Caixa 7:**

**Identificação:** Livretos

**Conteúdo:** Folhetos variados – movimento feminista e de mulheres. Assim como os folhetos, estão listados em planilha e requerem conferência e adição de registros à planilha. Da mesma forma, é possível cadastrar a coleção de Livretos no Sistema BibLivre. Esta caixa foi analisada item a item. Procedi com a revisão do que já havia cadastrado em planilha e na própria identificação da caixa, e identifiquei os principais temas presentes nestes materiais. Eles se inserem no universo das políticas e direitos das mulheres e de organizações ligadas às reivindicações por direitos humanos, como podemos visualizar no quadro abaixo:

Quadro 5 – temático para Folhetos, Livretos, Panfletos e Informativos

TEMAS – FOLHETOS, LIVRETOS, PANFLETOS E INFORMATIVOS
Políticas públicas para mulheres
Direitos das Mulheres
Enfrentamento à violência contra as mulheres
Mulheres e Meio Ambiente
Representação política das mulheres
População e Meio Ambiente
População e Desenvolvimento
Direitos Humanos
Organização política – trabalhadores rurais
Organização política – Mulheres Camponesas
Organização política – organizações de esquerda
Educação inclusiva
Movimentos e ações por memória, verdade e justiça

Fonte: a autora, 2018.

## **CAIXAS CONVENCIONAIS**

### **Papelão – 3 caixas**

As três caixas estavam identificadas como concernentes ao “Projeto Cone Sul”, cada uma delas contendo textos, documentos coletados, a maior parte fotocópias de periódicos feministas, transcrições de entrevistas, dentre outros. Ressalto que não há apenas um Projeto

envolvendo o Cone Sul, como vimos na primeira seção deste capítulo, portanto, nem sempre foi possível identificar exatamente a qual dos projetos envolvendo o Cone Sul correspondiam os documentos, nem de qual viagem de coleta exatamente se originaram, principalmente quando se tratava de avaliar itens colecionáveis, como livros, periódicos, jornais, *CD's* e *DVD's*, fotocópias de textos e livros, dentre outros, adquiridos ou produzidos em decorrência da execução dos projetos.

## APÊNDICE B – Acervo LEGH/DROPBOX

### Exemplo de listagem – inventário sumário

#### Pasta “Viagem Chile (pasta temporária)”

**Grande Pasta 1:** Chile - Acervo CODEPU (Corporación de Promoción y Defensa de los Derechos del Pueblo) Setembro, 2013.

**Pasta 1:** CODEM (comite defensa de los derechos de la mujer): Cartilha n. 2. 1986 - “a quien beneficia el machismo”.

**Pasta 2:** CIMADE. adolescentes del Cono Sur de America Latina em el exilio. Paris, 1980.

**Pasta 3:** ALDHU (Asociacion Latinoamerina de Derechos Humanos): El exilio chileno no ha terminado: problematica del exilio Chile em Uruguay. Montevideo, Uruguay, 1988.

**Pasta 4:** Martha Ugarte: Contingente femenino: presas politicas, VIII region, Boletin n.3.

**Pasta 5:** Boletin informativo Presas politicas. Números 2,3,4,5,7,8. Mais um número sem capa – “prisioneras politicas denunciam”. 1987.

**Pasta 6:** Boletins CODEPU (*Corporación de Promoción y Defensa de los Derechos del Pueblo*)

**Pasta 7:** caderno Agrupacion de familiares: Linea Fundadora. Santiago, Chile. (Manuscrito)

**Pasta 8:** cartilha CLADEM (*Comite de America Latina y el Caribe para la defensa de los derechos de la mujer*). Memoria: 1987-1997. Lima, Peru. 1997.

**Pasta 9:** CODEPU report. Santiago, Chile. 1986-1989. (26 números)

**Pasta 10:** Comision de informacion sobre o retorno chileno, n 5. 1981

**Pasta 11:** Comite pro-retorno de exiliados. Cartilla del retornado, n. 5. 1986.

**Pasta 12:** Como motivar a los demais. Serie consejos oro - comunicacion y liderazgo. manual 2, 1983.

**Pasta 13:** CODEPU – Prêmio UNESCO

**Pasta 14:** Cuadernos CODEPU: Comision antirepresiva y comite pro retorno, 1983.

**Pasta 15:** Vicaria de la Soliedariedad: Donde Están

**Pasta 16:** El CODEPU y la linea democratica indendiente. Santiago, Chile.

**Pasta 17:** El derecho a saber sobre el matrimonio. Servicio Nacional de la mujer. CIDEM (Centro de Informacion de los Derechos de la Mujer).

**Pasta 18:** El retorno - un desafío. Estolcomo, 1988. Diakonia, Accion Ecumenica Sueca.

**Pasta 19:** Encuentro de Retornados. Pastoral del exilio de la conferencia episcopal de Chile. Santiago, Chile. 1987.

**Pasta 20:** Estudio sobre mujeres presas politicas. CODEPU. Santiago, Chile. 1985.

**Pasta 21:** Informativo agrupacion de familiares de detenidos desaparecidos (pasta excluída – estava vazia)

**Pasta 21:** Informativo Regional - Sebastian Acevedo - Derechos Humanos.

**Pasta 22:** Informe programa – Chile - programa de trabajo de ambientación comunitaria para la reinsertión de exilados. 1986, CODEPU. **(pasta vazia - excluída)**

**Pasta 22:** La mujer chilena lucha, resisti y vencera. Comitê de Solidariedade Chile-Brasil.

**Pasta 23:** La problemática del retorno de los refugiados latinoamericanos. Argentina-Chile-Uruguay. La situacion en los tres países. Separata del informe de Sociala Missionen y Diakonia. 1987.

**Pasta 24:** Las organizaciones que necessitamos alternativas de organización para las mujeres. Programa Mujer – Centro El Canelo de Nos. 2 ed. Santiago, Chile. 1992.

**Pasta 25:** Libertad a los presos políticos. Capacitacion – CODEPU. Folheto.

**Pasta 26:** Maternidad y trabajo remunerado. Servicio Nacional de la mujer. CIDEM (*Centro de Información de los Derechos de la Mujer*).

**Pasta 27:** Metodologia de trabajo con la mujeres. Programa Mujer - Centro y Canelo de nos. n. 13. Out, 1991.

**Pasta 28:** Mujer y democracia: algunos antecedentes y reflexiones. Programa Mujer - Centro el Canelo de nos. Serie documentos de estudio mujer. n.11.

**Pasta 29:** Mujer! conece y defiende tus derechos. Centro de Informacion de los derechos e la mujer (CIDEM). (Folheto)

**Pasta 30:** Pagina Regional: por los derechos humanos la verdad y la justicia. CODEPU. n. 7. Valparaíso, 1990. circulacion restringida. Todas las mujeres nacen libres e iguales en dignidad y derecho.

**Pasta 31:** prisioneiras politicas denuncian. sem capa **(repetido – pasta 5)**

**Pasta 32:** Qué son los derechos humanos de la mujer? Cuaderno de trabajo. Procurador de los derechos humanos – Defensoría de los Derechos de la Mujer. Guatemala, 1997.

**Pasta 33:** Seminario Internacional - Tortura em America Latina. Buenos Aires, 1985.

**Pasta 34:** Registro I Comité Regional para América Latina y el Caribe del Programa Memoria del Mundo. Considerando el valor excepcional y el interés regional de una colección documental que, debe ser protegida para el beneficio de la humanidad, acuerda inscribir en el Registro Regional de la Memoria del Mundo los Archivos de Organizaciones de Derechos Humanos de Chile que reposa en los acervos del Arzobispado de Santiago, Vicaría de la Solidaridad – Santiago de Chile. Dado en la ciudad de Managua, Nicaragua. 2002.

Certificado de inscrição dos Arquivo de Direitos Humanos do Chile da Fundação de documentação y archivos de La Vicaria de la solidaridad del Arzobispado de Santiago no Programa Memória do Mundo. Santiago, Chile. 2003.

**Pasta 35:** Yo opino! Como liderar y formar opinion. Programa educacion. Serie consejos de oro: liderazgo y comunicacion. Escuela de formación de Lideresas “Ciudadanas de primera”. Manual 3. Lima, 1996.

**Documento avulso:** Autorização para uso de entrevista: Maria Elena Ahumada.

**Grande pasta 2:** Chile - Acervo Vicaria. Setembro, 2013.

**Pasta:** Documento de Trabajo - Vicaria de La Solidariedad

**4 subpastas:** Derechos humanos en Chile – 1985, 1986, 1987, 1988. As imagens correspondem a relatórios sobre a situação dos direitos humanos no Chile nos anos correspondentes.

## APÊNDICE C – COLEÇÃO ANITA PIRES

### **Coleção Anita Pires**

**Doação:** Anita Pires

Anita Pires (bio)

#### **Série 1: Recortes da imprensa**

1. Identificação Caderno 1: Imprensa – Releases – Textos jornalísticos – Textos de jornais sobre campanha.
2. Identificação Caderno 2: Adesivo de campanha

#### **Série 2: outras obras**

3. Curso de capacitação política para mulheres: A Integração política da mulher na esfera pública.
4. Coleção Brasil – Instituto Teotônio Vilela. “Anistia 20 anos”
5. BENCKE, Romi Márcia; NUÑEZ DE LA PAZ, Nivia Ivette. Presidenta Dilma: em sororidad mujeres rescatan la historia.
6. FERREIRA, Erinalva Medeiros. Dissertação de mestrado. A figuração da (des)igualdade: Algumas ideias sobre o “espaço público” de poder da mulher desde sua condição “privada”. Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade Federal de Santa Catarina, 1983.
7. MARTINS, Clitia Helena Backx. Dissertação de mestrado. Mulher e Política: as relações de gênero no PMDB de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina.
8. PERUCHI, Juliana. TEIXEIRA, José Paulo. Uma mulher afirmativa. Anita Pires: mulher no singular, política no plural, empresária do social. Florianópolis, Cidade Futura.
9. Perspectivas antropológicas da mulher 1. Zahar Editores.  
Textos: FRANCHETTO, Bruna. CAVALCANTI, Maria Laura V. C. HEILBORN, Maria Luíza. Antropologia e Feminismo; SALEM, Tania. Mulheres Faveladas: “com a venda nos olhos”.
10. MURARO, Rose Marie. Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil. Série Sociologia Brasileira, 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
11. SAFFIOTI, A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1979.

12. SCHPUN, Mônia Raisa (org). Gênero sem Fronteiras. Florianópolis: Editora Mulheres, xxxx.

A recomendação mais imediata para esta coleção no processo de organização do Acervo Bibliográfico é o seu registro no sistema BibLivre, com preenchimento do campo de notas (incluir número do campo) registrando o conjunto como “Coleção Anita Pires”. Desta forma, mantemos a relação do conjunto com o Acervo Bibliográfico do LEGH e registramos o conjunto da doação, que pode ser pesquisado dentro do programa. Recomenda-se também a digitalização dos cadernos de recortes de imprensa, pois o material já é sensível e ficará ainda mais com o tempo. A cola acelera o processo de oxidação do papel, por isso recomenda-se manuseio moderado, sempre com uso de luvas em superfície limpa.

## APÊNDICE D – COLEÇÃO FANNY TABAK

### Coleção Fanny Tabak

**Doação:** Fani Tabak

Fanny Tabak (bio)

#### Série 1: Cadernos NEM: Núcleo de Estudos sobre a Mulher – PUC/Rio

1. DURÁN, Maria Angeles. **Mulher – Ciência – Universidade**. Rio de Janeiro: NEM – PUC/Rio, 1987.<sup>93</sup>
2. CAPELO, Verônica Araújo. **Mudança e Memória: Histórias de vida de mulheres migrantes**. Rio de Janeiro: NEM – PUC/Rio, 1988.
3. TABAK, Fanny (org.). **A Mulher como Objeto de estudo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: NEM – PUC/Rio, 1987.
4. TABAK, Fanny. **Mulher e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: NEM – PUC/Rio, 1987.
5. TABAK, Fanny. **O Impacto da urbanização sobre a participação da mulher de baixa-renda - Favela do Vidigal**. 2ª ed. Rio de Janeiro: NEM – PUC/Rio, 1987. (2 exemplares).
6. TABAK, Fanny. **O Perfil da vereadora brasileira**. Rio de Janeiro: NEM – PUC/Rio, 1987.

#### Série 2: artigos e edições de Fanny Tabak em publicações

7. TABAK, Fanny (editor). **New alternatives for world challenges – Woman’s Rights**. OÑATI PAPERS 2, 1997.
8. TABAK, Fanny (editor). **The Implementation of equal rights for men and women**. OÑATI PROCEEDINGS 7, 1991. (2 exemplares).
9. TABAK, Fanny. *Urbanização e Criminalidade*. In: BENATHAR, Roberto L., BINSZTOK, Jacob (org). **Regionalização e Urbanização**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.
10. TABAK, Fanny. **Autoritarismo e participação política da mulher**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

---

<sup>93</sup> Maria Angeles Durán - Seminario de Estudios de la Mujer - Universidad Autonoma de Madrid. Dois ensaios: “Uma ausência de mil anos (A mulher na Universidade)” (1981); “Liberação e Utopia – A Mulher face à ciência”.



11. TABAK, Fanny. **Tecnologia e desenvolvimento nacional**. Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, nº 5, 1972.
12. TABAK, Fanny. Relatório sobre o trabalho do Instituto de Direito Público e Ciência Política para a formação de pesquisadores em Ciências Sociais em conjunto com o Instituto universitário de pesquisas, a Pontifícia Universidade Católica e o Centro Latino-americano de Ciências Sociais. **Revista de Ciência Política**, v. 5 (4), p. 157-168, out./dez. 1971.
13. TABAK, Fanny. **Alguns problemas de pesquisa no campo da Ciência Política**. Revista de Ciência Política, v. 3 (4), p. 141-166, out./dez. 1969.

### Série 3: Outros Cadernos

14. BORGES, Adélia (coord). **Depoimentos de um trabalho ignorado**. Cadernos de Debate Mulher, n. 2. São Paulo: Brasiliense, 1976.
15. CADERNOS DE GÊNERO E TECNOLOGIA. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPGTE). Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UFTPR) Números 12 (out./nov./dez. 2007) e 13 (jan./fev./mar. 2008).<sup>94</sup>
16. CANADIAN INTERNATIONAL DEVELOPMENT AGENCY. Conference on The role of women in the development of Science and technology in the third world. List of participants. Trieste, Italy. 3-7 october, 1988.
17. CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA<sup>95</sup>. **A mulher da área tecnológica no Brasil**: Pesquisa quantitativa e comparativa entre mulheres e homens na área tecnológica da engenharia, arquitetura, agronomia e afins. Brasília: Cidade gráfica e editora Ltda, 1999.
18. I ENCONTRO DE MULHERES EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Resumo do Evento. Rio de Janeiro: PUC/RIO, 1991.<sup>96</sup> (2 exemplares)
19. MENACHE, Daniel Cazés. El tiempo en masculino. Centro de Investigaciones Interdisciplinarias em Ciencias y Humanidades, Universidad Nacional Autónoma de México, 2001.

---

<sup>94</sup> Fanny Tabak integra o Conselho Editorial.

<sup>95</sup> FERNANDES, Ilka Beatriz Albuquerque (coord). GT da Mulher do Sistema CONFEA/CREAs.

<sup>96</sup> Elaborado por Djenane C. Pamplona – Departamento de Engenharia Civil, Therezinha Costa – Departamento de Informática e Fanny Tabak – NEM.

**Série 4: Serie Mujer e Desarrollo – CEPAL (Comision Economica para America Latina y el Caribe)**

20. CEPAL, División de Desarrollo Social - Unidad Mujer y Desarrollo. Mujeres Rurales de America Latina y el Caribe: Resultados de Programas y Proyectos. N 1.
21. CEPAL, División de Desarrollo Social - Unidad Mujer y Desarrollo. America Latina: el desafio de socializar el ambito domestico. N 2.
22. CEPAL, División de Desarrollo Social - Unidad Mujer y Desarrollo. Mujeres refugiadas y desplazadas en America Latina y el Caribe. N 4.
23. CEPAL, División de Desarrollo Social - Unidad Mujer y Desarrollo. Women, cultures and development: views from latin America. N 5.
24. CEPAL, División de Desarrollo Social - Unidad Mujer y Desarrollo. Women and new technologies. N 6.
25. CEPAL, División de Desarrollo Social - Unidad Mujer y Desarrollo. Nuevas metodologias de participacion em el trabajo com mujeres. N 7.
26. CEPAL, División de Desarrollo Social - Unidad Mujer y Desarrollo. The vulnerability of households headed by women: policy questions and options for latin America and the Caribbean. N 8.
27. CEPAL, División de Desarrollo Social - Unidad Mujer y Desarrollo. Integracion de lo femenino en la cultura latinoamericana: en busca de un Nuevo modelo de sociedad. N 9.
28. CEPAL, División de Desarrollo Social - Unidad Mujer y Desarrollo. Domestic violence against women in Latin America and the Caribbean: proposals for discussion. N 10.

**Série 5: Outras Publicações**

29. BISARIA, Sarojini; SWARUP, Hem Lata. **Women Politics and Religion**. Etawah: A.C Brothers, 1991.
30. BRUSCHINI, Cristina. **Tendências da força de trabalho feminina brasileira nos anos setenta e oitenta**: algumas comparações regionais. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1989.
31. GUERRA, Vânia Maria Lescano; NOLASCO, Edgar César. **Discurso, alteridades e gênero**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2006.

32. JOURNAL OF GENDER STUDIES. Na International fórum for the debate on gender in all fields of study. Volume I, Number I, May 1991.
33. JOURNAL OF GENDER STUDIES. Na International fórum for the debate on gender in all fields of study. Volume 5, Number I, March 1996.
34. MADURO, Lídice A. P. PARAHYBA, Maria Antonieta de A. G. VIANNA, Maria Lúcia T. W. Candidatos versus sistema político – notas de uma pesquisa sobre o acesso aos cargos legislativos na Guanabara. Revista de Ciência Política, n. 5 (4), p. 29-4. Rio de Janeiro, out./dez. 1971.
35. MURARO, Rose Marie. **Os seis meses em que fui homem**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2001.
36. PERERA, Sylvia B. **Caminho para a iniciação feminina**. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.
37. RAJPUT, Pam; SWARUP, Hem Lata. **Environment and the disinherited half: some third world perspectives**. Ashok nagar, Kanpur: Akhil Bharatiya manushiki evam mahila vikas sangathan, 1992.
38. REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, ano I, n. 2, maio 1965.
39. REVISTA NOVA ESCRITA ENSAIO. São Paulo: Escrita, n. 10, 1982.
40. SAFFIOTI, **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1979.
41. SCILIAR-CABRAL, Leonor. **De Senectute Erotica**. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1998. (2 exemplares)
42. STIEHM, Judith H. **Women's views of political world of men**. New York: Transnational publishers, INC.: 1984.
43. STOLTE-HEISKANEN, Veronica. **Women in science: token women or gender equality**. New York: Berg, 1991.
44. STREY, M. N. *et al.* (org). **Construções e perspectivas em gênero**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000, 226p.
45. WOOLF, Virginia. **Mrs. Dallaway**. Porto Alegre: L&PM POCKET, 2013.

A recomendação no processo de organização do Acervo Bibliográfico é o registro da coleção no sistema BibLivres, preenchendo-se no campo de notas a identificação “Coleção Fanny Tabak”. Desta forma o conjunto pode ser pesquisado dentro do sistema. Foram criadas séries internas à coleção para facilitar a catalogação e disposição física dos documentos.

## APÊNDICE E – Arquivo digital *Dropbox*

a. Grande Pasta **Acervo LEGH** > **Pastas:** BibLivre - Cadastro da biblioteca e acervo do LEGH; CDS PC JOANA; Viagem chile (pasta temporária). A pasta BibLivre contém os manuais de uso e *backups* do sistema BibLivre correspondentes ao ano de 2018, acompanhando o processo de catalogação do acervo bibliográfico realizado pelas pesquisadoras/es de iniciação científica e apoio técnico, sob orientação minha e de Jair Zandoná.

A pasta “Viagem Chile” contém duas subpastas: “Chile- Acervo CODEPU. Setembro, 2013” e “Chile. Acervo Vicaria. Setembro, 2013”. A data no nome das pastas corresponde, provavelmente, ao período da viagem que a professora Janine Gomes da Silva me relatou, por conta da menção que ela faz ao cinquentenário do golpe contra Salvador Allende, que aconteceu no mesmo ano. Pude verificar, também, que os documentos não correspondem ao quadro de documentos da caixa “Documentos Chile / Doc Chile 2013 (CX 46)” como imaginei a princípio. As imagens salvas em nuvem são registros fotográficos de documentos e os documentos da caixa são fotocópias. Além disso, apesar de alguns boletins CODEPU aparecerem tanto em uma listagem quanto em outra, são coletas realizadas em tempos distintos.

No Apêndice A apresento um exemplo de listagem para construir um inventário sumário destes documentos para as pastas salvas neste arquivo digital, posto que não temos nenhum índice ou planilha organizando grandes conjuntos de publicações militantes de esquerda e feministas, embora tenhamos algumas listagens salvas.

b. Grande Pasta **Entrevistas – repositório** > **Pastas:** Em catalogação, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai.

c. Grande Pasta **Catalogar** > 516 Fotografias de publicações datadas como salvas na pasta no dia 10 de fevereiro de 2004. Algumas imagens estão sem nitidez o suficiente para permitir a leitura, dificultando a identificação. O nome da grande pasta sugere justamente a necessidade de catalogação do material, mudança que efetuei ao repassar o material salvo anteriormente como descarga de câmera, sugerindo que foi apenas salva, mas não nomeada.

d. Grande Pasta **Folhetos, livretos e separatas** > Listagens das espécies documentais acumuladas até junho de 2013, considerando a data de inclusão no arquivo *Dropbox*. A data coincide com os relatórios das colegas mencionados nos tópicos anteriores, sugerindo que foram produzidas por elas naquele esforço de organização realizado entre 2013

e 2014. Separatas são cópias de artigos específicos de revistas científicas para divulgação. Hoje em dia não são mais produzidas, dada a facilidade de acesso às revistas científicas *online*.

e. Grande Pasta **Lídia Bolívia** > Pastas: Atividade fonte documental (2015), Documentos TUPAMAROS, IZ 01- IZQUIERDA, Periódico. Nº 50, 31 de janeiro 1969. Uruguai. [CD-ROM], Material Organizado.

f. Grande Pasta **Modelos de documentos e manuais** > Instrumentos de catalogação para controle do acervo, produzidos por integrantes do Laboratório, tais como planilhas do Acervo bibliográfico, Banco de periódicos, Banco de Jornais, Banco de *CD's* e *DVD's* (2016), Banco de Jornais (2014), Banco de Dados de Entrevistas em duas versões, uma atualização de 2015 feita por Lídia Bristot e outra mais recente e extensa (2016, com atualização em 2018) duas listagens: Produção Bibliográfica do Cone Sul (2015), Catálogo de fitas de entrevistas para conversão (2014, 2015).